

# Diário do Legislativo de 28/12/1999

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Anderson Aauto - PMDB

1º-Vice-Presidente: José Braga - PDT

2º-Vice-Presidente: Durval Ângelo - PT

1º-Secretário: Dilzon Melo - PTB

2º-Secretário: Gil Pereira - PPB

SUMÁRIO

1 - ATAS

1.1 - 64ª Reunião Extraordinária

1.2 - 65ª Reunião Extraordinária

2 - ORDEM DO DIA

2.1 - Plenário

3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Plenário

4 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

5 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

6 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

## 7 - ERRATAS

ATAS

ATA DA 64ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, EM 15/12/99

Presidência dos Deputados Anderson Aauto, Durval Ângelo e Gil Pereira

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata - Questões de ordem; chamada para recomposição de "quorum"; existência de número regimental para a continuação dos trabalhos - 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Questões de ordem; suspensão e reabertura da reunião - 2ª Fase: Discussão e Votação de Proposições: Requerimento do Deputado Edson Rezende; aprovação - Requerimento do Deputado Paulo Piau; prejudicialidade - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 705/99; discurso do Deputado Sebastião Costa; questões de ordem; chamada para recomposição de "quorum"; existência de número regimental para a continuação dos trabalhos; questão de ordem; prosseguimento do discurso do Deputado Sebastião Costa; questão de ordem; existência de número regimental para a continuação dos trabalhos; discursos dos Deputados Rêmo Aloise, Eduardo Daladier e Alberto Pinto Coelho; questão de ordem; chamada para recomposição de "quorum"; inexistência de número regimental para a continuação dos trabalhos - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Anderson Aauto - José Braga - Durval Ângelo - Dilzon Melo - Gil Pereira - Adelino de Carvalho - Adelmo Carneiro Leão - Agostinho Patrús - Agostinho Silveira - Ailton Vilela - Alberto Bejani - Alberto Pinto Coelho - Álvaro Antônio - Ambrósio Pinto - Amílcar Martins - Antônio Andrade - Antônio Carlos Andrada - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Antônio Roberto - Arlen Santiago - Bené Guedes - Bilac Pinto - Cabo Morais - Carlos Pimenta - Cristiano Canêdo - Dalmo Ribeiro Silva - Dimas Rodrigues - Dinis Pinheiro - Djalma Diniz - Doutor Viana - Edson Rezende - Eduardo Daladier - Eduardo Brandão - Elaine Matozinhos - Elbe Brandão - Elmo Braz - Ermano Batista - Fábio Avelar - Glycon Terra Pinto - Hely Tarquínio - Irani Barbosa - Ivo José - João Batista de Oliveira - João Leite - João Paulo - João Pinto Ribeiro - Jorge Eduardo de Oliveira - José Henrique - Luiz Fernando Faria - Luiz Menezes - Luiz Tadeu Leite - Marcelo Gonçalves - Márcio Cunha - Márcio Kangussu - Marco Régis - Maria José Hauelsen - Maria Olívia - Maria Tereza Lara - Mauro Lobo - Miguel Martini - Olinto Godinho - Pastor George - Paulo Pettersen - Paulo Piau - Rêmo Aloise - Rogério Correia - Ronaldo Canabrava - Sargento Rodrigues - Sebastião Costa - Sebastião Navarro Vieira - Wanderley Ávila.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Anderson Aauto) - Às 9h15min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

Ata

- O Deputado Luiz Tadeu Leite, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

#### Questões de Ordem

O Deputado Hely Tarquínio - Sr. Presidente, solicito o encerramento, de plano, da reunião, porque não há número para o prosseguimento dela.

O Deputado Rêmoló Aloise - Sr. Presidente, solicito seja feita a chamada para recomposição de "quorum".

O Deputado Durval Ângelo - Sr. Presidente, em vez da recomposição de "quorum", conforme a solicitação do Líder Carlos Pimenta, sugiro que a reunião seja suspensa por meia hora. Acho que é o mais correto, porque 26 Deputados, que seriam o número para a discussão, nós temos, com os Deputados em reuniões de comissões. Talvez fosse mais interessante suspender os trabalhos por meia hora.

O Deputado Hely Tarquínio - Sr. Presidente, a minha questão de ordem é para seguir o Regimento Interno. O Deputado Rêmoló Aloise solicitou a recomposição de "quorum". De acordo com o Regimento, deve ser cumprido isso.

O Deputado Durval Ângelo - Mas o Regimento também prevê a suspensão dos trabalhos.

O Sr. Presidente (Deputado Gil Pereira) - A Presidência solicita ao Sr. Secretário que proceda à chamada dos Deputados, para recomposição de "quorum".

O Sr. Secretário (Deputado Luiz Tadeu Leite) - (- Faz a chamada.)

O Sr. Presidente - Responderam à chamada 38 Deputados. Há, portanto, "quorum" para o prosseguimento dos nossos trabalhos.

#### 2ª Parte (Ordem do Dia)

##### 1ª Fase

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 1ª Fase da 2ª Parte da reunião, com a apreciação de pareceres e de requerimentos.

#### Questões de Ordem

O Deputado Rêmoló Aloise - Sr. Presidente, solicito a V. Exa. que suspenda os nossos trabalhos por 15 minutos, para tentarmos um entendimento com a Oposição.

O Deputado Carlos Pimenta - Sr. Presidente, nós também vamos pedir a suspensão dos trabalhos, e eu gostaria de solicitar à Presidência da Casa, para que possamos chegar a um acordo, que convocasse o relator do Projeto de Lei nº 705 no 2º turno, para que, num primeiro momento, ele fizesse uma explanação sobre as modificações que estão sendo apresentadas ao projeto.

Embora essas modificações tenham sido apresentadas ontem, à noite, na Comissão de Fiscalização Financeira, somente sete Deputados tiveram acesso a essas informações. Setenta Deputados não sabem quais são as repercussões das modificações dessas emendas que estão sendo apresentadas ao projeto, que reputo da maior importância para o Estado de Minas Gerais.

Então, no primeiro momento, mesmo estando suspensa a reunião, gostaria que tivéssemos uma explicação sobre isso. Depois, seria preciso um tempo para que as bancadas se reunissem e deliberassem a respeito do assunto. O PSDB tem representante na Comissão de Fiscalização Financeira. Depois das explicações, para que possamos ter acesso às informações, vamos nos reunir com nossos representantes. Gostaria de perguntar a V. Exa. se as modificações que estão sendo apresentadas hoje são só as que foram apresentadas na Comissão ou existe alguma proposta de emenda apresentada à Mesa, em 2º turno, para que tenhamos uma visão global. Penso que estamos sendo surpreendidos de ontem para hoje, e pode vir outra surpresa. Temos de fazer uma análise global das modificações que estão sendo apresentadas ao Projeto de Lei nº 705/99.

O Deputado João Leite - Sr. Presidente, ontem tentamos um acordo com a base do Governo, que tenta votar apressadamente esse projeto. E, como bem disseram hoje os noticiários em Belo Horizonte, parece que é para preencher o rombo do Governo, que deve ser grande, dada a pressão para aprovação do projeto. Estamos surpresos com essa reunião da Comissão de Fiscalização Financeira, e esse rombo tem de ser preenchido de qualquer maneira. E, depois de discutirmos as 129 novas taxas e retirarmos algumas, vêm agora, em 2º turno, novas taxas. E estamos ainda aguardando surpresas no Plenário, dada a voracidade do Governo neoliberal, que quer taxar tudo, colocar impostos em tudo, para, como disse o Secretário da Fazenda, Sr. Tróia Reis, equilibrar as contas do Governo, preencher o rombo nas suas contas. Serão penalizados todos em Minas Gerais. E, pelo que estamos vendo, não conhecemos tudo, porque isso que ocorreu ontem à noite avança agora sobre o DPVAT. Penso que seria equilibrado e de bom-senso encerrarmos esta reunião. Não há possibilidade de um acordo nesta reunião da manhã, depois de sermos surpreendidos dessa forma. Tiramos algumas taxas, e outras vieram. Virão outras, em Plenário, que já estão anunciadas para o 2º turno. Não é possível. Não há acordo que resista a uma voracidade como essa. Não há acordo que resista a um "boeing a jato" como esse, que quer passar atropelando a todos nós. Não permitiremos ser atropelados dessa maneira. Por isso, quero apelar para base do Governo para que nesta manhã encerremos a reunião, porque precisamos avaliar as novas propostas do Governo e as novas taxas. Temos de saber o que vai ser colocado em Plenário, porque não está claro, ainda, se novas taxas virão, além daquelas que a Comissão de Fiscalização Financeira recebeu na noite, ou na madrugada, não sei bem a que horas. Estamos aguardando o representante da Oposição para saber a que horas ocorreu a reunião da Comissão de Fiscalização Financeira. Sei que surgiram mais taxas para serem cobradas do contribuinte de Minas Gerais.

Creio que a reação pública já se faz notar pela imprensa. Hoje pela manhã, foi clara a reação das pessoas. São taxas para cobrir o rombo desse Governo que demonstra a verdade neoliberal, que demonstra o seu mando. O mando vem com mais taxas e impostos sobre a população. Essa é a lógica neoliberal. Alguns governos demonstram o mando militar, mas esse demonstra a sua força com a cobrança de mais taxas. Isso não vai para o código de saúde, para o código sanitário, como alguns estão pretendendo demonstrar. A verdade está na mensagem do Governo, ou seja, essas taxas são para equilibrar as contas. Mas o povo não está enganado, já está dizendo que é para tapar um rombo que o Governo tem.

Apelo para o bom-senso da bancada do Governo. Vamos encerrar esta reunião para que a Oposição tenha tempo de avaliar o que foi recebido na Comissão de Fiscalização Financeira e para que a base do Governo nos fale o que virá a Plenário, para que não sejamos surpreendidos, como fomos surpreendidos pela reunião de ontem à noite. Espero que esta reunião seja encerrada para que a Oposição tenha tempo de avaliar essas novas taxas que a Comissão de Fiscalização Financeira recebeu na noite de ontem. Muito obrigado.

O Deputado Márcio Cunha - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Deputados que me precederam levantando questões de ordem, gostaria, na qualidade de Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e em nome de todos os colegas integrantes dessa Comissão, inclusive o Deputado Mauro Lobo, de dizer, em primeiro lugar, que a reunião foi previamente marcada e transcorreu dentro da normalidade possível e dentro daquilo que dita o nosso Regimento Interno. Em segundo lugar, gostaria de elucidar os fatos. Sem dúvida nenhuma, um projeto de tamanha complexidade sempre suscita o nosso concurso e a nossa intervenção. E não foi diferente com os próprios Deputados da Oposição. Ontem, na Comissão de Fiscalização Financeira, foram apresentadas cinco emendas. Duas delas foram da Oposição. Trata-se de contribuições valorosas da Deputada Elbe Brandão e do Deputado Miguel Martini, que lá representa a Oposição, juntamente com o Deputado Mauro Lobo, nosso Vice-Presidente. Não foi feito absolutamente nada de extraordinário. Os Deputados que lá estiveram e apresentaram suas emendas o fizeram com a consciência tranquila e com a intenção de melhorar o projeto. Não foi diferente, também, com o Deputado João Batista de Oliveira, que, na manhã de ontem, preconizava para todos nós que poderíamos avançar em alguns aspectos do projeto. E assim fez o Deputado João Batista de Oliveira na Comissão. Portanto, não houve nada de extraordinário. É evidente que a suspensão da reunião por alguns instantes propiciará aqueles Deputados que não tiveram oportunidade de comparecer à reunião, porque estavam em Plenário ou com outros afazeres, analisar melhor o projeto. A reunião foi por volta das 19 horas, estava previamente marcada, e todos os Deputados, por meio da Internet ou da assessoria desta Casa, têm acesso às comissões. Aproveito para dizer que hoje temos reuniões marcadas para as 15 e as 21 horas. Todos os Deputados sabem que estamos num esforço concentrado. Não há nenhum aspecto extraordinário. Espero que o que tem ditado até agora os compromissos, ou seja, o esforço que tem sido feito entre a

base do Governo e a Oposição, prevaleça. É evidente que essas emendas, insisto, duas delas apresentadas pela Oposição, são contribuições ao projeto, portanto não há como falar de algum fato extraordinário.

Isso seria cercear o direito dos Deputados de intervir nesse projeto e de melhorá-lo. Espero que prevaleça o bom-senso e a compreensão. Que o esforço que estamos fazendo logre sucesso para que possamos, até sexta-feira, encerrar os nossos trabalhos. Muito obrigado.

O Deputado Paulo Piau - Sr. Presidente, gostaria de fazer uma pequena correção no pronunciamento do nosso Líder da Minoria, Deputado Carlos Pimenta, para que não haja nenhuma dúvida por parte da opinião pública. Nessa questão das taxas, não há acordo, e ele citou essa palavra. A palavra entendimentos seria a correta. Sobre novas taxas, não há acordo por parte da Oposição. Falo em nome da Vice-Liderança do PFL e até em nome da Liderança, já que o nosso Líder não se encontra presente.

Gostaria também de reforçar o raciocínio do Deputado João Leite. Ontem, à noite, fizeram-se cinco emendas: duas, segundo o Deputado Márcio Cunha, são da Oposição, mas três não são. Ninguém sabe se a tal "narcotaxa" está embutida naquele projeto. Gostaria de avisar, de antemão, que, se ela estiver ali, possivelmente, não vamos encerrar os trabalhos neste ano. Isso é indecente, é imoral, e não podemos compactuar com a imoralidade. Essas novas taxas estão sendo criadas independente da autorização do Governo Federal, que não está preparado. O Governo está se antecipando a uma coisa, visando simplesmente à arrecadação, fazendo com que essas taxas desçam goela abaixo da sociedade mineira, porque não foram discutidas. Precisamos de tempo para analisar isso, sob pena de votar projetos danosos para a sociedade. E esse não é o papel de um parlamento que representa o povo de Minas Gerais. Muito obrigado.

O Deputado Rêmoló Aloise - Sr. Presidente, Srs. Deputados, é lamentável ouvir o pronunciamento de alguns Deputados que estão muito mal-informados sobre a reunião da Comissão de Fiscalização Financeira, marcada ontem, pela manhã. Não se reuniu, em hipótese alguma, sem se fazer o que o Regimento Interno determina. Talvez por falta de conhecimento, esses Deputados estão totalmente equivocados sobre as emendas que lá foram aprovadas. Tenho certeza absoluta de que, quando tiverem conhecimento delas, vão achar que o projeto vem somar, e não diminuir. Tanto isso é verdade, que eu, como relator, acatei algumas emendas do PSDB e do PFL. Então, quando um Deputado diz que desconhece as emendas apresentadas por partidos da Oposição, lamentamos profundamente, porque tudo foi feito segundo um processo democrático e com a devida discussão.

Sr. Presidente, tendo em vista a falta de "quorum", solicito o encerramento dos nossos trabalhos.

O Deputado Hely Tarquínio - Sr. Presidente, chegamos a um impasse. Pelas manifestações dos Deputados João Leite e Paulo Piau, ficou bem clara a posição da Oposição, que precisa de tempo para conhecer as emendas. Estamos de acordo com o Deputado Rêmoló Aloise, mas a Oposição precisa de mais tempo para estudar essas emendas.

Estamos sabendo que vão entrar outras emendas no 2º turno, sem parecer. Então, para que possa haver entendimento, para que não haja obstrução absoluta, radical, solicito o encerramento, de plano, da reunião, ou, na pior das hipóteses, que V. Exa. declare suspensa a reunião "sine die", mas termine a reunião ainda pela manhã, para que, até as 2 horas da tarde, tenhamos um posicionamento.

O Deputado Alberto Bejani - Sr. Presidente, Srs. Deputados, lamento profundamente que o Governo do Estado esteja chegando ao final do ano tendo de criar taxas e mais taxas para sobreviver. Nós, que participamos ativamente da CPI do DETRAN, da CPI da Carteira de Habilitação, entendemos que nossa proposta foi colocada ainda no meio do ano e apresentamos números oficiais que mostram que o Rio Grande do Sul, que, em relação a Minas Gerais, tem a metade de veículos, terminou o ano passado com um superávit de quase R\$300.000.000,00, sendo que este Estado, com o dobro de veículos, teve um superávit de quase R\$40.000.000,00. Vejam que Minas está perdendo, no mínimo, R\$260.000.000,00, com a falta de responsabilidade administrativa do DETRAN, com a falta de olhar o horizonte de quem administra esse órgão e, principalmente, com a bagunça generalizada, colocada pelo próprio Tribunal de Contas, em relação à área administrativa e à área de informática, que, na verdade, não sabem sequer quantas novas carteiras de habilitação existem em Minas Gerais. Sabem o número total, somando as carteiras novas, as renovadas e as transferidas, mas não sabem quantas de cada, sendo a taxa que se paga diferente para cada uma delas. Por isso, lamentamos que o Governo do Estado de Minas Gerais tenha de criar taxas e mais taxas, para cobrir um rombo, até mesmo com dificuldades para pagar o décimo-terceiro do funcionalismo, que tem a expectativa e vai pedir ao velhinho barbudo, Papai Noel, que o ajude a receber até o dia 30 de dezembro, para que aquele que trabalha não vire o ano com o bolso vazio. Por isso, nós, da Oposição - ou que fomos tachados de oposição, mesmo antes de iniciarmos os nossos trabalhos nesta legislatura, nesta Casa -, estamos nos colocando radicalmente contra essas taxas. É claro que sabemos que elas serão aprovadas em 2º turno, já que a Maioria está com o Governo, não sei por quê. Posso imaginar, apenas, já que fui do Executivo, em Juiz de Fora. Ali, quando um Vereador começava a obstruir muitas coisas, nós o chamávamos e perguntávamos o que queria: "Ah! Preciso de um mata-burro em tal bairro". Nós lhe dávamos o mata-burro, e ele votava a nosso favor. Então, acho que a coisa funciona por aí. Não estou garantindo, mas acho que é por aí.

Então, ficam aqui registradas as minhas palavras em relação ao rombo do DETRAN. Reafirmo ao Dr. Ronaldo, Diretor do DETRAN, que me mandou uma carta até muito "delicada" - com palavras um pouco pesadas, mas acredito que não tenha sido ele quem a escreveu: o seu DETRAN é uma bagunça generalizada, em que se perdem no ano, pelo menos, R\$300.000.000,00, em um Estado que está com as mãos no bolso e com o bolso vazio. Obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado Antônio Roberto - Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero fazer alguns comentários, que julgo muito oportunos, sobre essas taxas. A Oposição tem feito muito palanque em torno dessas taxas, mas, com toda a sinceridade, ela está entendendo o sentido desse projeto. O que não podemos ver é as Secretarias passarem pelo ridículo de não ter condições de trabalhar. Essas são taxas anuais, às quais os Secretários têm necessidade de recorrer. Isso não significa que elas serão cobradas, mas que podem ou não ser cobradas. É um recurso de que o Governo terá de lançar mão para não passar pela situação calamitosa que vimos na administração passada de Eduardo Azeredo, quando não havia condições de pagar as contas de energia elétrica. Isso ocorreu na Secretaria da Saúde e em outras repartições. Aquilo foi ridículo. Não é possível chegar a uma situação dessas. Isso é palanque da Oposição, mas nós, da Situação, não podemos aceitar isso, pois essas são ponderações injustas, que têm realmente o sentido de oposição. A Situação, hoje, é racional. Tudo que for interessante nós aceitamos. É o que tem havido nesta Casa.

Nunca vi nenhum dos Deputados da Oposição, principalmente os amigos do PFL, com quem temos uma amizade toda especial e que gozam de um alto conceito nesta Casa, como Sebastião Costa, Paulo Piau, Alberto Bejani e outros grandes Deputados que há nesta Casa, vir aqui e pedir desculpas à opinião pública por terem em seus quadros Hildebrando Pascoal. Aliás, há dois ou três dias um amigo me questionou isto: "Deputado, nunca vi uma fala do senhor nesse sentido: um homem que chegou a serrar pessoas vivas!... É o maior absurdo que já vi de um Deputado". Nunca vi esses grandes Deputados, como são considerados nesta Casa, que tanto prezamos, de tão alto conceito, com sua seriedade e sinceridade, usar da palavra para falar sobre isso. Esse meu amigo pediu que eu me manifestasse nesse sentido.

Então, estou lembrando aos Srs. Deputados da Oposição, que são tão brilhantes, Alberto Bejani, Paulo Piau e outros mais, que pelo menos apresentem sua posição sobre esse fato, porque é ridículo, é o que há de mais abominável na pessoa humana cortar pessoas com serra. E esses Deputados nunca apareceram aqui para falar sobre isso. Agora, vêm aqui ser defensores de uma situação que, na verdade, sabem que tem sentido, pois a taxa poderá ser usada ou não, e sabem que têm em nosso Governador Itamar Franco um homem sério, um grande administrador, que sabe ver o que é melhor. O que não podemos é deixar as repartições públicas, as secretarias sem nenhum recurso para usar. Isso é palanque da Oposição.

Quero que V. Exas. analisem isso de uma maneira bem clara para encerrar esse assunto. São essas as considerações que eu gostaria de fazer, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O Deputado Sebastião Costa - Acho até que faria jus ao art. 164, mas, com a liberalidade de V. Exa., não usarei do tempo previsto nesse dispositivo legal. Quero, inicialmente, responder ao Deputado Antônio Roberto, pessoa pela qual temos muito respeito, que em política não se aplica a figura de linguagem que me parece ser a metonímia, quando se toma a parte pelo todo e o todo pela parte.

Quero lembrá-lo de que o Deputado a que ele se referiu não mais pertence ao meu partido, porque foi expulso dele. Também não estou cobrando dele nem do seu partido nem de V. Exa. o comportamento de todos os membros do seu partido. Sabemos que no partido temos um Senador de Brasília, amigo do Presidente Collor, que tem ligações com a construção de prédios públicos, mais precisamente, de tribunal. Não estamos cobrando isso, porque estamos entendendo que estamos discutindo a questão mineira. O PFL de Divino não tem nada a ver com o PFL do Acre. O PFL de Uberaba não tem nada a ver com o PFL do Acre, pelo menos em tese.

Agora, o Deputado a que ele se referiu não mais pertence aos nossos quadros. E não podemos admitir em política a figura de linguagem que toma a parte pelo todo e o todo pela parte. Temos de analisar a conduta e a performance de cada um.

Por outro lado, Sr. Presidente, gostaria de lembrar que nosso comportamento tem se pautado na linha com a qual, entendo, o Dr. Antônio Roberto também comunga: a do caráter. Nós o respeitamos por ele ser de caráter. Somos tachados de Oposição pelo fato de cobrarmos coerência, mas coerência pode-se cobrar da gente, nós respeitamos.

Entendemos que este é um debate democrático, sabemos perfeitamente do comportamento que ele teve quando se votou aquela questão do IPVA aqui. Eu votei favoravelmente, pensei que estava votando o fim da necessidade de ajustes de caixa do Governo.

Achei também que, naquele momento, o Governo que apoiou e apoiava se equivocou ao mandar aquele projeto no final de ano. Agora, o Governo atual faz a mesma coisa, manda um projeto polêmico, camuflado, porque está dizendo que altera. A emenda está dizendo que altera. Alterar é modificar fato já existente. Quando se diz: "criar outras cento e tantas taxas", deveria-se dizer: "altera e cria tantas outras taxas". Vamos discutir os valores, a necessidade do Estado, a posição da Oposição, o respeito à posição da Situação. Agora, usar a parte pelo todo ou o todo pela parte seria, no mínimo, imprudente nesta ocasião, Sr. Presidente.

#### Suspensão da Reunião

O Sr. Presidente (Deputado Anderson Aداuto) - A Presidência vai suspender a reunião para entendimentos entre as Lideranças sobre a apreciação da matéria constante na pauta. Estão suspensos os nossos trabalhos.

#### Reabertura da Reunião

O Sr. Presidente - Estão reabertos os nossos trabalhos.

#### 2ª Fase

O Sr. Presidente - Esgotado o prazo destinado à 1ª Fase, a Presidência passa à 2ª Fase da 2ª Parte da reunião, com a discussão e a votação da matéria constante na pauta.

#### Discussão e Votação de Proposições

O Sr. Presidente - Vem à Mesa requerimento do Deputado Edson Rezende, em que solicita seja mantida a preferência regimental na apreciação das matérias da pauta. Em votação, o requerimento. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Vem à Mesa requerimento do Deputado Paulo Piau, em que solicita a inversão da pauta desta reunião, de modo que o Projeto de Lei nº 705/99 seja apreciado em último lugar. Tendo em vista a aprovação do requerimento do Deputado Edson Rezende, fica prejudicado o requerimento do Deputado Paulo Piau.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 705/99, do Governador do Estado, que altera a Tabela A da Lei nº 6.763, de 26/12/75, que consolida a legislação tributária do Estado de Minas Gerais e dá outras providências. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno, com as Emendas nºs 1 a 5, que apresenta. Em discussão, o projeto. Com a palavra, para discuti-lo, o Deputado Sebastião Costa.

O Deputado Sebastião Costa - Sr. Presidente, Srs. Deputados, senhoras e senhores, conhecendo e tendo convivido num passado bem recente com o Deputado Anderson Aداuto - hoje Presidente da Assembléia Legislativa -, conhecendo suas diversas manifestações e acompanhando calmamente a manifestação do Deputado, no Governo passado, pensamos que estaríamos trazendo uma grande contribuição para a Assembléia Legislativa, porque, naquela oportunidade, chegamos até a gravar na memória algumas das palavras que, permanentemente, eram usadas aqui como as expressões "final de ano", "final de exercício", "afogadilho", "não se vota matéria importante num período de final de exercício". Esse era o discurso de dois anos atrás.

O que aconteceu? Quando chegou esse projeto do Governo que, resumidamente, na sua ementa, diz que altera taxas, altera lei, ficamos preocupados. Como é que altera e aparecem tantas outras taxas? Que alteração é essa? Seria a alteração das taxas já existentes num número de quase 200 e a inclusão de outras, ou seja, criação de tributos pelo Governo atual que criou inúmeras outras taxas.

Mas a ementa não mencionava isso, referia-se apenas à alteração da lei e à tabela de taxas. O que procuramos fazer? Apresentamos aqui um requerimento à Presidência da Casa, o qual, em síntese, propunha poucas coisas, porque o objetivo não era outro senão o de dar oportunidade ao Governador de Estado de confirmar se, de fato, era mesmo aquilo que ele desejava, ou seja: (- Lê:)

"O Deputado que este subscreve, na forma regimental, considerando:

1º - as inúmeras e acentuadas manifestações de repúdio apresentadas pelo Exmo. Sr. Governador do Estado contra medidas governamentais que redundem em aumento da carga tributária;

2º - as inúmeras e não menos acentuadas promessas de campanha, do então candidato e hoje Governador Itamar Franco, no sentido de que a sociedade poderia ficar tranqüila porque em seu governo não haveria cobrança de tributos, taxas ou quaisquer outras formas de arrecadação da máquina estatal que atingisse segmentos sociais considerados prioritários para o desenvolvimento do Estado;

3º - a declaração do Exmo. Sr. Governador dando conta de que não sabia que o projeto remetido à Assembléia continha cobrança de taxas, entre outras, de asilos e similares, bancos de olhos, posto de coleta de sangue, bem como que não sabia nem mesmo dos valores apontados pela proposta elaborada pelos técnicos da Secretaria da Fazenda;

4º - a matéria publicada pelo Diário Oficial, edição de sexta-feira, 10 de dezembro passado, sob o título "Cobrança de taxas será revisada - Governador quer debater a reformulação dos projetos", pela qual o próprio Presidente desta Casa informa que "o Governador não tinha conhecimento de algumas distorções na cobrança dessas taxas, principalmente pelas secretarias de Agricultura, Fazenda e Saúde";

5º - que o Presidente desta Casa Legislativa, em passado recente e como líder do PMDB, sempre acusou a prática useira e vezeira dos governos estaduais que teimam em remeter à análise dos Deputados, no apagar das luzes de uma sessão legislativa e às vésperas de recesso parlamentar projetos em regime de urgência cujos conteúdos exigem acurada e percuciente discussão;

6º - que é de se esperar que o Exmo. Sr. Governador, retornando de necessárias e constantes viagens e mais tranqüilo após a azáfama gerada pela distribuição das missões relativas à embaixada brasileira em Paris e ao escritório de representação do Governo do Estado na cidade do Rio de Janeiro, tendo tomado conhecimento das distorções ao projeto feitas pelas Secretarias sob sua direta supervisão chame a si a responsabilidade de solucionar tal impasse, requer:

1º - que a Presidência desta Casa, em coerência com que sempre defendeu nos seus quatro mandatos, solicite ao Exmo. Sr. Governador do Estado que retire de tramitação o Projeto de Lei nº 705/99;

2º - que seja remetida ao Chefe do Poder Executivo cópia do inteiro teor deste requerimento.

Sala das Reuniões, 13 de dezembro de 1999".

Esse requerimento, Srs. Deputados, foi por nós apresentado porque se tratava de uma oportunidade que entendia de permitir ao Presidente da Casa e ao Poder Legislativo propiciar ao Governo do Estado, mais precisamente ao Governador - que, segundo o noticiário, ignorava algumas das taxas inseridas naquela mensagem - reexaminar a matéria. Isso não é oposição radical, é oposição inteligente, é oposição que deseja contribuir com o telespectador, com aquele que paga. Hoje, no Estado de Minas Gerais, a partir da inserção dessas taxas, parece que estaria liberado apenas o direito de respirar. Estaríamos pagando - e pagando muito - o restante, pagando para praticar qualquer ato no âmbito do Estado de Minas Gerais.

Concedemos aparte ao Deputado Alberto Bejani, uma vez que ele já aguardava há algum tempo ao microfone. Com a experiência que tem, com a vida parlamentar e com a sua experiência de homem público, temos a certeza de que ele tem uma grande contribuição a dar, já que tem sensibilidade. Ele sabe que não é cobrando muito tributo que estaremos promovendo o desenvolvimento, é aplicando bem os recursos arrecadados pelos caminhos legais. Temos a certeza de que o Deputado tem uma grande contribuição a dar e, por isso, concedemos-lhe aparte.

O Deputado Alberto Bejani (em aparte) - Muito obrigado, Deputado Sebastião Costa. A recíproca é verdadeira. Gostaria apenas de deixar bem claro que o Projeto de Lei nº 705, que já ganhou até o nome na imprensa de Boeing 705, pela velocidade com que chegou a esta Casa, pela velocidade com que está sendo passado pelas comissões, enfim, pela rapidez com que, acredito, deverá ir até para o livro de recordes, o "Guinness"... Gostaria de deixar bem claro que nós, que já declaramos nosso voto no dia de ontem, somos radicalmente contrários à criação de taxas. No Brasil, os governos têm mania de achar que quem tem que corrigir os erros que eles cometem é o povo, de achar que criar novos impostos, tributos, taxas é a solução para o Brasil. Já temos 54 tributos neste País. Aliás, na cidade de Petrópolis, já são 55, porque lá existe o imposto do rei: 2% de tudo o que se compra e o que se vende em Petrópolis é para pagar a mordomia do rei, para ele andar de Mercedes-Benz, para andar de carruagem, para morar em um palácio. Se ele comer um caviar, quem paga é o povo. Acho que os governos, e agora vou falar no singular, o Governo de Minas tem um homem responsável, tem um homem honesto, tem um homem que tem boa intenção, embora o velho ditado afirme que de bem-intencionados o inferno está cheio.

Estamos querendo saber até quando vamos pagar por erros do Governo. Vou dar um exemplo a V. Exa., aos que nos assistem pela TV Assembléia e aos Deputados que se encontram no Plenário: só em Juiz de Fora, há 16 cargos de confiança do Sr. Governador sendo pagos pelos cofres públicos, numa média salarial de R\$5.000,00.

Para ser possível manter a mordomia de pessoas que trabalharam na campanha, o povo tem que pagar taxas? É taxa daqui, é taxa dali, e vem mais. A população terá que pagar outra taxa, que será transformada em revólver, para a Polícia tomar conta de nós. Será que, além de tudo o que já pagamos, vamos ter que comprar espingarda para a Polícia tomar conta do povo mineiro?

Às vésperas da santa confraternização do Natal, quando temos que dar as mãos, de coração aberto, até mesmo àqueles que tentaram nos prejudicar durante o ano, na expectativa de fazer novos amigos, entristece-me ter que engolir projetos apresentados nesta Casa de última hora.

É bom que você que está nos assistindo anote que nós, do PFL e do PSDB, estamos contra todas essas taxas, mas que somos a minoria nesta Casa. A maioria é a favor. O projeto vai ser aprovado, estejam certos. Podemos ficar aqui até o dia 31 de dezembro falando contra, mas, faltando 2 minutos para passar para o dia 1º de janeiro, o projeto das taxas será aprovado e, depois, sancionado. E o resultado? Vocês terão que pagar.

Isso é só o começo. Falta uma semana para o tal recesso, e escrevam o que o Deputado Sebastião Costa está falando e o que eu estou dizendo neste aparte que ele me concedeu: está para ser aprovada nesta Casa uma nova taxa. Além de um sem-número de taxas que estão sendo criadas, vocês terão que pagar taxa para a compra de armas para a Polícia Civil combater bandidos. Ora, para combater bandido, é necessário que, primeiro, se prenda um bocadinho de gente que está dentro da corporação. Há gente honesta? Há, mas há muito bandido também. Têm que ser presos. Como um bandido vai combater o outro?

E nós ainda vamos ter que pagar uma taxa para comprar espingarda, garrucha, sei lá o quê? Ora, dependendo do policial que chamamos ao sermos assaltados, é preferível chamar outro bandido para nos defender. É arriscado ele levar mais de nós que o bandido. E ainda temos que pagar taxa para a Polícia?

Além do projeto "Boeing 705", empurram-nos outro, goela abaixo. Anotem, amigos: o PFL, que é racional e de Oposição, e o PSDB estão radicalmente contra a criação de taxas. É o presente de Papai Noel que vocês estão recebendo do Governador Itamar Franco.

Além dos cargos de confiança, a que já me referi, o Governador mandou também o José Aparecido para a França.

Sabe quem vai pagar? Vocês que estão nos assistindo, porque é tudo pago. Está na França, curtindo, "merci beaucoup", "missiê aparecidê" e quem "paguê" e o "brasilê" que mora em Minas "Geraizê".

Tudo isso estamos colocando nesse final de ano, para que os senhores entendam que nós representamos a minoria. Tenho grande admiração pelo Deputado Sebastião Costa, que me concedeu aparte e com quem tenho aprendido muito. Tenho aprendido muito também com o Deputado Durval Ângelo. Vejam a coerência do PT, que vota a favor da taxa. Ele sempre foi contra qualquer coisa que pudesse atingir o povo. No entanto, hoje, o PT é a favor da taxa. Mudou? Não sei.

Nostradamus tinha razão. No final do século vamos ver coisas que não tínhamos visto ainda. O PT, a favor da taxa; o povo tem de pagar, e outras coisas que temos visto.

Ontem fui vaiado quando defendi a não-criação de taxas. Fui vaiado pelas galerias desta Casa. Meu Deus, será que o povo quer pagar mais taxas? Em rápidas pinceladas, Deputado, para lhe passar novamente a palavra, gostaria de dizer, findando essa matéria, o projeto de lei "Boeing" 705, no qual o PFL, racional, vota contra. O PSDB vota contra. E dizer a vocês que estão nos assistindo, iremos tirar uma cópia do placar eletrônico, da votação que vai acontecer, não sei se hoje, amanhã, ou depois de amanhã - depende -, para mostrar a vocês quem que está a favor das taxas.

A pressão da minoria fez com que se retirasse a taxa de asilo. Asilo e similar. Para mim, similar de asilo é cemitério. Fazer o que depois do asilo. Jogar bola? Ir para a piscina comunitária? Fazer um turismo? Coitadinho dos velhinhos. Iam Cobrar taxa de banco de leite materno. Taxa de banco de sangue. Iam cobrar taxa de quem fosse doar sangue. Esses absurdos só não são maiores, porque nós obstruímos e conseguimos negociar. Em relação ao resto não conseguimos negociar.

Você que faz "pizza" vai pagar taxa. Você que faz congelado, vai pagar. Quando você fizer "pizza", que é congelada, vende ela quente para não pagar taxa.

Finalizando, Deputado Sebastião Costa, quero aproveitar a oportunidade para desejar um Feliz Natal a todos, um Ano Novo com muita alegria, e dizer ao Governador Itamar Franco que o Papai Noel que ele está dando para nós, realmente, é um Papai Noel de saco cheio de taxas. Obrigado, Deputado.

O Deputado Sebastião Costa - Agradecemos o aparte do Deputado Alberto Bejani, a sua preocupação, a sua capacidade de síntese, o seu conhecimento sobre o projeto. Podemos adiantar, Deputado, que até mesmo as suas colocações em francês são compatíveis com o momento em que estamos vivendo.

Se de um lado quer arrecadar, de outro quer gastar. V. Exa. tem toda a razão na associação que faz entre um grupo de privilegiados da nossa querida Juiz de Fora com a cidade de Petrópolis, onde estaria residindo a família real; também tem semelhança entre si, ou seja, lá está um grupo a que a história reservou um privilégio - mas a história passada. A história contemporânea está reservando privilégios a outra localidade e a outro tipo de pessoa. V. Exa. tem razão quando associa essas duas questões.

Antes de conceder aparte ao Deputado Paulo Piau, queremos lembrar que tivemos um consenso na bancada, quanto a oferecer à Assembléia Legislativa e ao Governador Itamar Franco oportunidade de rever o projeto que ele havia encaminhado - aliás, até então parecia que era a sua assessoria - a esta Casa. Porém, com a permanência do projeto de lei nesta Casa e com a pressão com que tramita, ele está ultrapassando todos os limites de velocidade possíveis. Talvez, se esse projeto de lei pudesse ser sintetizado em uma pessoa, seria um bellissimo motorista para as pistas de automobilismo, pela pressão com que ele se desenvolve, pela maneira ágil com que vem percorrendo as diversas comissões da Casa. Com a palavra, o Deputado Paulo Piau.

#### Questões de Ordem

O Deputado Paulo Piau - Muito obrigado, Deputado Sebastião Costa. Eu só queria fazer uma observação com referência às palavras do Deputado Alberto Bejani e às de V. Exa. Elas merecem uma Casa cheia, e a estamos vendo vazia. Percebo ali o registro de algumas comissões, mas várias delas já terminaram seus trabalhos. Não existe, portanto, "quorum" para que possamos ouvir os seus argumentos contra o "Boeing 705". Por essa razão, quero pedir ao Sr. Presidente que encerre, de plano, a reunião.

O Deputado Luiz Fernando Faria - Sr. Presidente, solicito seja feita a chamada para recomposição de "quorum".

O Sr. Presidente (Deputado Durval Ângelo) - É regimental. A Presidência solicita ao Sr. Secretário que proceda à chamada dos Deputados para recomposição de "quorum".

O Sr. Secretário (Deputado Antônio Roberto) - (- Faz a chamada.)

O Sr. Presidente - Responderam à chamada 29 Deputados. Há, portanto, "quorum" para a continuação dos trabalhos.

#### Questão de Ordem

O Deputado Sebastião Costa - Sr. Presidente, antes, gostaria que V. Exa., com o critério de justiça que norteia as suas atitudes, me restituísse o tempo de 7min40seg, porque era esse o tempo que eu tinha quando foi solicitado o encerramento da reunião. E V. Exa., num ato unilateral e natural, considerando as matérias da pauta, determinou que se fizesse a chamada. E para se fazer a chamada, levou-se, exatamente, o tempo de que dispunha para concluir o meu raciocínio. Por isso, tenho a certeza de que V. Exa. irá me restituir os 7min40s que ainda tinha.

O Sr. Presidente - O art. 63 do Regimento Interno é claro. A permissão para se fazer aparte é do orador que está inscrito. Mas, como entendemos que também é um critério de justiça garantir tempo para os oradores seguintes - e há cerca de 30 inscritos para discussão do projeto -, a Presidência vai lhe conceder a metade do tempo, 3min50seg, para a conclusão do seu raciocínio, porque a matéria exige discussão. Com a palavra, para continuar a discutir o projeto, o Deputado Sebastião Costa.

O Deputado Sebastião Costa - Agradecemos a V. Exa. Nem tanto ao mar, nem tanto à terra. Nem os 7 minutos e quarenta segundos a que tínhamos direito, porque o espírito do artigo, a meu ver, é para concessão de apartes, e não para recomposição de "quorum". Recomposição de "quorum" seria outra coisa.

Antes de concluir, queremos lembrar ao telespectador que nós - que estamos aqui, tachados de oposição - exercemos um papel importante. Temos o papel de conscientizar a sociedade mineira de que, em Minas Gerais, restam poucas coisas para as quais não se pagam taxa, como, por exemplo, respirar. O Governo não quis mostrar a cara quando enviou a mensagem. Ele diz que altera a Tabela A da Lei nº 6.763, de 26/12/75. Alterar é modificar uma situação que já existe. Quem está em Casa sabe, perfeitamente, que se altera a posição de uma cadeira, mudando-a de lugar. Agora, uma cadeira nova já seria um fato novo. Então, as taxas que vieram estão sendo, de fato, criadas. E o Governo está criando muitas taxas. Cria outras, além das que já existiam. E somando todas, teremos, mais ou menos, 300. Antes, eram cento e poucas. Então, o que se fez - e era preciso até corrigir a ementa dessa lei - foi criar outras taxas. O Governo está criando outras taxas para o povo mineiro pagar. E era isso que nós da Oposição não queríamos que ocorresse. Já se chegou à conclusão de que não é criando taxas que se vai resolver o problema de caixa. O Governo discute, briga, quando se fala em modificação de contrato ou até de modificação de contratos existentes e, agora, quer instituir taxas. Instituí-las, justamente, para se recompor.

Quando se fala numa taxa para reforço da Segurança Pública, poderíamos indagar se estariam pensando no terceiro elemento do Estado, que é o povo. E é por isso que estamos aqui. Estamos contra a instituição de taxas. Entendemos que, se o Estado estiver bem-administrado com as taxas de que dispõe, já será o suficiente. Sr. Presidente, agradecemos a liberalidade de V. Exa., permitindo que mostrasse ao povo de Minas que não estamos fazendo oposição burra, e sim, inteligente. Tanto é assim, que quisemos permitir ao Governo que retirasse o seu projeto, mas não fomos sequer ouvidos nesta Casa. Ninguém se manifestou sobre o meu requerimento, para que o Governador pudesse examiná-lo. E se, de fato, ele quisesse instituir as taxas, que mandasse uma mensagem explícita, colocando o que quer, para que o povo de Minas Gerais saiba que não somos nós que estamos compartilhando essa idéia. É uma iniciativa do Governo, que quer, ainda mais, tributar o povo de Minas Gerais. É isso que não queríamos. Agradecemos, Sr. Presidente, os 3 minutos que V. Exa. nos concedeu, para podermos lembrar ao telespectador que nós, do PFL, do PSN, do PSDB, não queremos mais que o povo de Minas Gerais seja sacrificado com impostos e taxas, além daqueles que já estão instituídos. Muito obrigado.

#### Questão de Ordem

O Deputado João Leite - Sr. Presidente, estamos acompanhando o interesse da sociedade por esse projeto e sabemos que temos vários Deputados inscritos. Por esse motivo, solicito o encerramento, de plano, da reunião, por falta de "quorum". O projeto sofreu várias alterações em sua passagem pela reunião da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, e não há número para continuarmos com a reunião. Na parte da tarde continuaríamos com a discussão do projeto "Boeing 705".

O Sr. Presidente - Esta Presidência verifica que se encontram em Plenário 26 Deputados; há 3 Deputados em comissão, perfazendo o total de 29 Deputados, número suficiente para a continuação dos trabalhos. Com a palavra, para discutir o projeto, o Deputado Rêmolo Aloise.

O Deputado Rêmolo Aloise\* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, ao usar esta tribuna gostaria de iniciar o meu pronunciamento pedindo ao nobre Deputado João Leite, pela sua postura, ética e defesa dos direitos da sociedade, que retirasse as suas palavras quando disse que a reunião da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária foi realizada na calada da noite. Quero dizer ao Deputado João Leite que a reunião das 19 horas já estava previamente marcada. Não foi, de maneira nenhuma, uma reunião realizada na calada da noite, porque V. Exa. sabe muito bem o respeito que esta Casa tem pelo Regimento Interno e pelos parlamentares. Não nos interessa a posição partidária de cada um nesta Casa, mas sim a conduta, e V. Exa. tem demonstrado, com muita grandeza, o que é correto. As palavras de V. Exa. não combinam com o seu perfil.

O Deputado João Leite (em aparte) - Gostaria de solicitar a V. Exa. a retirada desse termo. Queria esclarecer, como V. Exa. está dizendo, que os procedimentos da Casa são conhecidos. O que quis mostrar pela manhã, no meu pronunciamento, é algo que temos dito a respeito do Projeto de Lei nº 705/99, ou seja, a velocidade com que está passando pela Assembléia Legislativa, sem nos dar a oportunidade de fazer uma discussão mais ampla. Entendemos que estamos aprofundando no assunto. Foi introduzida uma emenda "Frankenstein" ao projeto. Acharmos que é isso, mas queremos ter mais tempo para analisá-lo. Enquanto democraticamente realizamos esta obstrução, as nossas assessorias estão trabalhando nesse parecer da Comissão de Fiscalização Financeira.

Não tenho dúvida de que extrapolei, porque foi comunicado à Casa que haveria a reunião. Gostaria de me desculpar com V. Exa. e com os membros da Comissão de Fiscalização Financeira. Ao mesmo tempo, quero reafirmar que o projeto não está atendendo ao bom-senso. Temos a oportunidade de discutir longamente os projetos neste parlamento, mas esse projeto está passando com muita velocidade, atendendo aos interesses do Governo. Isso impede que tenhamos um conhecimento maior da matéria e que possamos sugerir e melhorá-la. Dizia que, às vezes, aguardamos quase um ano para ver um projeto ser aprovado, porque passa pelas comissões, é discutido, atende aos prazos regimentais, mas esse veio no final do ano e com solicitação de regime de urgência. V. Exa. me dá a oportunidade de me desculpar com os componentes da Comissão de Fiscalização Financeira e de dizer que o projeto vem com muita velocidade, o que nos impede de ter um conhecimento maior da matéria.

Solicito, então, que V. Exa. retire esse termo que utilizei pela manhã.

O Deputado Rêmolo Aloise\* - Queria lembrar a esta Casa que votamos o Código Sanitário, projeto do Deputado Adelmo Carneiro Leão. Se os senhores conhecerem o objetivo do projeto, irão notar que, no Código Sanitário, a maioria das taxas da área da saúde já se encontram regulamentadas. Não há nenhum fato novo no Projeto de Lei nº 705/99, quando aprovamos o Código Sanitário em relação à saúde no Estado. Lá, já estão normatizadas as taxas que deveriam ser cobradas.

Para chamar a atenção de alguns Deputados, principalmente daqueles que ainda não entenderam o projeto, vou ater-me a alguns itens que considero fundamentais. Temos 5.500 farmácias no Estado que têm de ser fiscalizadas. Dessas, temos 4 mil que estão com a receita normatizada como microempresa. Vejam bem, de 5.500 farmácias, apenas 1.500 vão

pagar taxa para terem a fiscalização. Como é que o Estado vai imprimir uma fiscalização sem ter recursos para praticá-la? A primeira distorção é que ninguém se lembrou de que 4 mil farmácias estão isentas. Então, há uma maneira de se fiscalizar as demais sem se cobrar essa taxa.

Por já ter sido médico e ter alguma experiência, vou citar algumas práticas médicas: o serviço de radioterapia e o de quimioterapia, como todos sabem, é de grande porte. Poucas cidades dispõem desse serviço. Os senhores têm idéia de quantos serviços irão pagar essa taxa? Não temos mais do que seis serviços em todo o Estado. O faturamento mínimo de cada serviço é de R\$300.000,00. O Deputado Miguel Martini poderia me perguntar: "Mas, nesses R\$300.000,00, qual é o faturamento líquido?". Tenho certeza absoluta de que se fatura mais de 40% líquido. Então, em R\$80.000,00 líquidos, você está tirando 300 para pagar a fiscalização da microempresa. No meu entendimento, é mais do que justo que ela não pague.

Poderia citar numerosos fatos para mostrar um lado do projeto que não é tão negro, tão traumatizante, não está esfoliando aquele que não pode pagar, mas está fazendo justiça para que tenhamos a fiscalização dos órgãos e possamos imprimir uma política mais justa e correta.

Outro projeto que esta Casa aprovou, de que todos se lembram, é o do Corpo de Bombeiros. Fui o relator do projeto, e desmembramos o Corpo de Bombeiros da Polícia Militar.

As taxas que estão aqui para o Corpo de Bombeiros estão também normatizadas. Então, se V. Exas. examinarem, com mais profundidade, o que se pretende aqui, hoje, irão ver que estamos repetindo aquilo que praticamos.

Antes de dar um aparte aos Deputados Sebastião Costa, Miguel Martini e Carlos Pimenta, queria lembrar que o Governo Federal, por meio da Medida Provisória nº 1.912, criou o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária. As taxas devidas, que poderão ser cobradas pelo Governo Federal, já estão normatizadas e são muito maiores do que essas que estamos direcionando a cada órgão, a cada setor.

Então, o que está se praticando aqui, hoje, nada mais é do que uma regulamentação já tomada por medida provisória pelo Governo Federal. A medida provisória, editada em fevereiro deste ano, criando essas e outras taxas no âmbito federal, os quais deverão ser normatizadas pelos municípios e pelo Estado, já está sancionada.

Com esses argumentos, ficaríamos por toda a tarde, porque são mais de 100 itens. Eu, como relator, tenho certeza absoluta de que, em meu dever de ofício, não estou cometendo injustiça com nenhum contribuinte.

Antes de conceder aparte ao Deputado Sebastião Costa, gostaria de lembrar que ontem, às 19 horas, na Comissão de Fiscalização Financeira, aprovamos uma emenda que taxa as montadoras e os Bancos que praticam "leasing" e não recolhem ICMS do produto usado. Então, pergunto a este Plenário: é justo que uma montadora ou um Banco, principalmente de capitais internacionais, pratiquem "leasing" sem a tributação do ICMS? Essa é uma pergunta que deixo para a reflexão daqueles que acham que esse "boeing" é indevido. Concedo aparte ao nobre Deputado Sebastião Costa.

O Deputado Sebastião Costa (em aparte) - Agradecemos a V. Exa. a liberalidade. Sabia que outra não seria sua atitude, considerando tratar-se de um parlamentar consciente, educado, bem relacionado e de fino tratamento com todos os colegas. Tínhamos certeza de que V. Exa. nos daria a oportunidade de nos manifestar durante seu pronunciamento.

Só gostaríamos de lembrar um detalhe, Deputado Rêmoló Aloise, com relação ao aborrecimento que trouxe a manifestação do Deputado João Leite quanto à atuação da Comissão de Fiscalização Financeira da Assembléia. Isso é algo que já vimos muito, aqui, em razão do fato de matéria dessa natureza sempre ser encaminhada à Assembléia Legislativa em final de ano. Com isso, o que acontece? São vários projetos em pauta e várias matérias polêmicas, que ficam aguardando o final do ano para serem aprovadas. Quando nos chega um projeto de lei dessa natureza, naturalmente, nele centramos a atenção. Com isso, talvez, tenha acontecido algum excesso por parte do Deputado João Leite, pois temos certeza de que ele jamais faria qualquer acusação a quem quer que seja, mesmo porque é uma pessoa que pauta suas atitudes pela moderação, pelo equilíbrio e, sobretudo, pela altivez.

Era esse o aparte que queríamos fazer naquele momento, sem que V. Exa. entrasse no mérito de seu parecer. Queríamos exatamente corroborar o que o Deputado João Leite disse, para lembrar ao Plenário que jamais seria seu objetivo, nem o nosso, atribuir qualquer atitude irreverente a quem quer que seja, pois temos o maior respeito pelos colegas.

Com relação ao projeto de lei, o que lamentamos é que ele tenha vindo no final do ano e não estejamos tendo o tempo necessário para discuti-lo. Ele precisava ter sido debatido com a sociedade organizada, para que soubéssemos em que pontos teria de ser modificado. Essa questão formal é que está criando, para nós, resistência ao projeto de lei, além do seu aspecto material. Mas nossa preocupação, mesmo, seria com o momento em que ele veio à Assembléia Legislativa, provocando até reações como essa a que acabamos de assistir. Mas, com a permissão de V. Exa., o Deputado João Leite também teve uma atitude de grandeza, reconhecendo que se excedeu e, por isso, pediu desculpas à própria Comissão.

Agradecemos a V. Exa. e repetimos: o Governo atual está agindo de maneira semelhante aos Governos anteriores relativamente a esse projeto, ou seja, encaminhando à Assembléia, no final do ano, matéria tão importante e polêmica, que merecia uma discussão bastante ampliada. Por isso, apresentamos um requerimento, solicitando que déssemos oportunidade ao Governo de, quem sabe, até retirar o projeto de lei, para uma melhor apreciação. Foi esse o sentido de nosso pedido. Não queremos, de maneira alguma, criar embaraços ao pronunciamento de V. Exa. Agradecemos e repetimos que o que aconteceu foi excesso de atividade, fazendo com que o Deputado João Leite tivesse, talvez, se excedido um pouco, pois, em condições normais, ele jamais teria feito isso. Muito obrigado.

O Deputado Rêmoló Aloise\* - Agradeço ao Deputado Sebastião Costa. Peço ao nobre Deputado Miguel Martini, nosso parceiro na Comissão de Fiscalização Financeira, que, como hoje teremos três reuniões, possamos fazer esse aparte que me pede na Comissão de Fiscalização Financeira.

Também pediria ao Deputado Carlos Pimenta que aguardasse o período da tarde, quando vamos voltar à discussão e poderia conceder esse aparte. Gostaria de deixar os apartes para o período da tarde. Encerro o meu pronunciamento dizendo aos colegas desta Casa que, se este projeto contém algumas injustiças, este relator tem a consciência tranqüila, de que mantém um percentual muito grande de justiça que está se praticando. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente (Deputado Anderson Adauto) - Com a palavra, para discutir o projeto, o Deputado Eduardo Daladier.

O Deputado Eduardo Daladier\* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Deputadas, imprensa escrita e falada, é a primeira vez que subo a esta tribuna, com muita honra. Somos autores da Emenda nº 6 ao Projeto de Lei nº 705/99.

O § 2º do art. 113 da Lei nº 6.763, de 26/12/75, passa a vigorar com a seguinte redação: "Art. 113 - (...). § 2º - As receitas provenientes da arrecadação da taxa de segurança pública previstas nas Tabelas b e d anexas a esta Lei, salvo quanto a esta última prevista no subitem 5.18, serão respectivamente vinculadas à Polícia Militar de Minas Gerais, à Secretaria de Estado da Segurança Pública e à Secretaria de Estado da Justiça. O item 5 da Tabela d anexa à Lei nº 6.763, de 26/12/75, fica acrescido do subitem 5.18 com a seguinte redação: 5.18 - Expedição de certificado de registro de licenciamento - R\$45,00".

Essa taxa a que se refere o subitem 5.18 da Tabela d será aplicada exclusivamente no aparelhamento material dos órgãos de segurança do Estado, na construção, manutenção, ampliação e outras melhorias nos estabelecimentos carcerários estaduais.

Para se ter melhor visualização da aplicação dos recursos, pode-se dizer que, se apurado o montante previsto, o Estado poderia construir 9.890 novas celas por ano nos presídios existentes, segundo dados da APAC, entidade não governamental, relativos à cadeia pública de Itaúna, que conta 12 celas para regime fechado e 5 para regime semi-aberto, construídas ao custo unitário de R\$13.647,00. Esses dados constam no relatório da CPI do Sistema Carcerário. Poderia também, se essa fosse a opção, adquirir cerca de 6.650 veículos, calculando-se o seu custo unitário em R\$20.000,00.

Esses dados, entre outros possíveis, indicam a importância da nova fonte de receita que se pretende criar, especialmente em um momento em que a escalada da violência atinge todos

os cidadãos do Estado, exigindo resposta imediata de todos os setores envolvidos.

Os recursos provenientes da cobrança dessa taxa comporão um fundo, que contará com a contruição paritária dos órgãos públicos e da sociedade, que vai também fiscalizá-la. Isso seria uma CPMF para aplicação na segurança pública. Como será fiscalizada pela sociedade civil, necessariamente será direcionada para a melhoria do aparelhamento da Polícia Militar.

Os recursos a que se refere o item 5.18, acrescido à Tabela D da Lei nº 6.763, de 26/12/75, serão destinados ao fundo contábil a que se refere esse artigo, a partir da sua criação, e poderão ser repassados mediante convênio a municípios que possuam seus Conselhos Municipais de Segurança Pública integrados paritariamente por representantes do poder público e da sociedade civil.

Acho que, realmente, quem vai ganhar com isso é a população, apesar de ser mais uma taxa, mas é anual. São R\$45,00. Parece que 3 milhões de veículos darão origem à taxa. O Governador do Estado quer, realmente, aparelhar a polícia, para que haja maior segurança para a população. Quando se fala em taxa, pode ser mais cobrança, mas, para quem tem um carro, mais R\$45,00 não vão diminuir a capacidade financeira da pessoa.

O Deputado Alberto Bejani (em aparte) - Agradeço ao senhor. Primeiro, quero dizer da admiração profunda que tenho por V. Exa., pela sua conduta nesta Casa e, acima de tudo, pelo ensinamento que o senhor nos deu, durante todo este ano, da vida, que é a melhor faculdade.

Mas estamos em uma democracia e, nela, podemos concordar ou não. Volto a afirmar que essa taxa é, realmente, abusiva. Não que o senhor não tenha capacidade de fazer um projeto como esse, que tem uma boa intenção, mas é no bolso do cidadão que se está mexendo. Quando comparamos alguns gastos, alguns números, chegamos à conclusão de que, com a educação de uma criança, em Minas Gerais, gasta-se R\$1,00 por dia e, com um preso, gasta-se R\$17,00; isso quer dizer o quê? Que para a criança de hoje, homem de amanhã, há um investimento 17 vezes menor do que um cidadão que está preso. Até duvido, o senhor me desculpe a franqueza, se realmente gastam R\$17,00 com o cidadão preso. Duvido, mas isso está na planilha de custo apresentada pela Secretaria da Segurança Pública. Até digo ao senhor que essa taxa de R\$45,00 que o senhor propõe no projeto, para a classe A, para a classe B alta, não representa muita coisa, mas a maioria do povo de classe mais baixa tem o seu carrinho e não ganha mais do que R\$200,00, R\$300,00 por mês. Como esse cidadão vai pagar R\$45,00 do seu bolso para equipar a polícia? Isso é obrigação do Governo.

A meu ver, o Governo foi eleito para dar emprego e segurança, para cuidar da saúde, da educação e da agropecuária, mas está mostrando hoje, ao findar o ano, que foi eleito para criar taxas.

Há pouco, estivemos discutindo o Projeto de Lei nº 705, o famoso "boeing", que chegou numa velocidade incrível a esta Casa. O senhor está apresentando uma CPMF da segurança, que nos traz preocupação.

Tenho certeza de que, à exceção do Sr. Governador e de seus Secretários, todos os que estão nos assistindo nos dão razão. Não agüentamos mais pagar taxas.

E digo ao Deputado Eduardo Daladier - a quem admiro e vou continuar admirando pelo exemplo de vida que nos dá - que não podemos ficar calados ao ouvir falar de taxas.

Será que o povo mineiro está sendo considerado como a população de Miami, que é rica e mora à beira da praia? Será que está-se considerando Minas um Estado com renda "per capita" alta? Sabemos que não é isso. Dentro de Minas Gerais, Deputado, temos várias etiópias: o vale do Jequitinhonha, onde pessoas não têm o que comer, não têm onde morar; a Zona da Mata, o Norte de Minas e mesmo as favelas de Belo Horizonte, onde pessoas vivem em situação precária.

Enquanto isso, criam-se taxas e mais taxas, e para equipar que órgão? A polícia? Primeiro, a Polícia Civil tem que impor respeito no Estado, pois anda bastante desmoralizada. Pessoas honestas trabalham lá? Claro. Conheço muitas, mas há muita gente desonesta também.

A CPI, ao constatar que um Detetive que ganha R\$900,00 por mês anda de Cherokee, demonstrou que alguma coisa está errada e que não há honestidade na Polícia Civil.

E para equipar o DETRAN, que é essa bagunça generalizada que conhecemos, vamos ter que pagar outra taxa? Equipar de quê? Ora, queremos seriedade.

Para se ter uma idéia, o número de seguranças particulares é superior ao de policiais civis. Há mais de 12 mil seguranças particulares cadastrados na Polícia Federal para apenas oito mil e poucos policiais civis. Aliás, ainda bem, porque, se tivéssemos 20 mil policiais civis, aí é que a coisa estaria brava no Estado.

Discordo, o PFL da Oposição e o PSDB também discordam dessa taxação sem limite que se quer impor à população mineira. Não vamos ficar calados.

Ora, que se mude, então o nome de Minas Gerais para Petrópolis, onde até imposto do rei é cobrado. Será que temos um reizinho no Palácio da Liberdade, em vez de um Governador? Não estou entendendo.

Finalizando, repito que não tenho nada contra a pessoa do Deputado Eduardo Daladier. Admiro-o como pessoa vivida e como exemplo que é para nós pelas atitudes corretas que sempre toma, mas esse projeto que está sendo apresentado devemos rechaçar.

Vocês, que estão nos vendo, fiquem sabendo que o projeto será aprovado. Vamos combatê-lo à exaustão, falando até o último momento, mas ele vai passar, porque somos minoria. A maioria vai votar a favor. Preparem, então, o bolso e coloquem um lembrete na geladeira: "Vou pagar taxa de frios, taxa para equipar a polícia, comprar espingarda, revólver, carro, gasolina, para nos dar mais segurança". Será que teremos mais segurança? Será que vamos pagar tudo isso? Quem tem um carrinho mais antigo deve vendê-lo para pagar tanta taxa. Muito obrigado, Deputado.

O Deputado Eduardo Daladier\* - Deputado Alberto Bejani, quando fui Prefeito de Caratinga, entre 1988 e 1992, por diversas vezes tive de abastecer os carros da polícia. Muitas vezes pediam emprestados os carros da Prefeitura, porque tinham poucas viaturas. O desaparecimento da polícia vem de muito tempo. Essa taxa será direcionada para melhorar as polícias militar e civil. Quem vai ganhar com isso será a sociedade, que também fará parte desses conselhos. Concedo aparte ao Deputado Carlos Pimenta.

O Deputado Carlos Pimenta (em aparte) - Agradeço a V. Exa. o aparte. Fiquei impressionado com a seriedade dos argumentos de V. Exa., a quem muito respeito.

Não podemos concordar com a forma pela qual está sendo proposta a criação dessa taxa. Respeito a emenda que V. Exa. apresenta.

No Estado de São Paulo, tentou-se jogar goela abaixo da população a taxa de segurança pública. Foram três meses de discussão. Houve audiência pública, com um debate aberto e transparente. O assunto foi esgotado, mas, no final de três meses, o Governador, juntamente com a Assembléia Legislativa, entendeu que era indevida a forma como estava sendo proposta. No entanto, o Estado de São Paulo e o Estado do Rio estão tendo muitas facilidades por parte do Governo Federal. Depois de três meses de negociação, chegou-se à conclusão de que essa taxa era injusta.

No setor automobilístico já pagamos várias taxas, seguro obrigatório, seguro particular, imposto compulsório de gasolina. A partir de 2000, pagaremos a uma firma particular para fazer vistoria. Já é lei. O DETRAN alega que não tem condição de fazer uma vistoria mais aprofundada, então teremos de pagar a uma empresa particular para fazer isso. O DETRAN cobra uma taxa de R\$48,70 por uma segunda via de documento de carro. Agora o proprietário de veículo terá de pagar uma taxa a mais para a segurança pública.



Com o devido respeito que tenho por V. Exa., essa é uma taxa injusta e mal colocada. Acho até que é inconstitucional, porque estamos pagando uma taxa sobre a propriedade do veículo, para trazer a segurança pública. É inconstitucional. Temos o orçamento na mão e devemos fazer o seu remanejamento. V. Exa. sabe quanto é o orçamento da Secretaria de Segurança Pública para 2000? São R\$2.000.000,00. Isso é inferior ao orçamento da maioria das autarquias existentes.

Acho que não temos tempo. Essa emenda está sendo apresentada hoje, em Plenário, para que possamos analisar e decidir. E me falaram que haverá ainda outra taxa, sobre telefone. E a população estará penalizada. O povo de São Paulo não aceitou, e o povo de Minas Gerais não aceitará. Eu gostaria até que estivéssemos livres desse incômodo, porque o Deputado que votar a favor desse projeto estará votando contra a sua consciência. Estaremos traindo o povo mineiro no final de um milênio, no final de um século.

Eu pediria a V. Exa que revise a sua posição. Vamos discutir essa taxa no próximo ano. Vamos realizar audiências públicas e debater com a população, para ver se ela quer isso mesmo. Talvez a população queira mais segurança e talvez ela concorde em pagar a taxa. Mas não tivemos oportunidade de ouvir nem os Srs. Deputados, quanto mais a população. Eu pediria ao senhor, que é médico, um homem de consciência, de moral, por quem tenho o maior respeito, que não entrasse nessa canoa furada, porque o senhor está trazendo um verdadeiro presente de grego para o povo do Estado de Minas Gerais.

O Deputado Paulo Piau (em aparte) - Em também gostaria de me manifestar. Parece que foram limitadas as discussões, e possivelmente não terei chance de discutir esse projeto como gostaria de fazê-lo em 2º turno, já que, na discussão no 1º turno, estávamos em uma reunião secreta da CPI do Narcotráfico e não pudemos estar aqui para discuti-lo e votá-lo.

Mas eu gostaria, Dr. Eduardo Daladier, de enfocar dois aspectos. O primeiro é o afogadilho. Não é um mal desse Governo. Esse já é o meu quinto ano de Assembléia Legislativa, e em todo final de ano vêm os mesmos projetos polêmicos, complexos, que quase sempre exigem a discussão com a sociedade. Esta Casa, Dr. Eduardo Daladier, está abrindo mão da prerrogativa mais importante que existe no parlamento, que é chamar a sociedade para a discussão. O Judiciário tem a sua maneira de decidir, o Executivo tem a sua maneira de decidir, executando as tarefas. E o Legislativo tem uma missão nobre: chamar a comunidade para discutir aquilo que é de interesse dela.

Achamos que o Projeto nº 705, que cria 129 novas taxas - e agora, absurdamente, estão colocando mais duas de carona nesse "Boeing 705" que aí está -, sem a satisfação devida à sociedade mineira, sem trazer as instituições representativas aqui, não é justo. Que esse Governo assuma a carapuça de estar provocando as mesmas mazelas que os Governos anteriores. O povo votou no Dr. Itamar Franco pensando que ele, que foi Presidente da República, pudesse fazer algo diferente. Mas estamos assistindo aos mesmos erros, às mesmas mazelas de Governos anteriores. As mesmas tapeações ao povo mineiro está fazendo também o Governo do PMDB, do Dr. Itamar Franco. É muito importante, independentemente de Oposição, que a sociedade mineira saiba que isso está acontecendo; eu diria até que é uma traição aos compromissos que Itamar fez no momento da sua campanha.

O segundo aspecto é a carga tributária. Ninguém agüenta mais tanto imposto, tanta taxa, sejam federais, municipais ou estaduais. A sociedade está empobrecida, e essa é outra realidade. Como vamos permitir que se limpe mais o bolso do contribuinte? E, nesse caso, não se limpa apenas o bolso do contribuinte que pode pagar, mas o da classe média, o do pobre e até o do miserável, que não está dando conta de comer. Essa é a grande verdade. É inoportuno esse Projeto de Lei nº 705/99, e é um absurdo esta Casa patrocinar projetos dessa natureza. E digo mais, com relação a essas duas taxas que estão sendo propostas agora - uma, a imprensa já apelidou de "narcotaxa"; a outra é a taxa do telefone: é um absurdo esta Casa estar absorvendo tudo quanto é mazela, tudo quanto é desgaste do Executivo, como vem acontecendo ao longo de todo este ano. Isso não é atribuição desta Casa.

Criação de imposto e de taxa é atribuição do Executivo. Esta Casa inova e, lamentavelmente, inova de maneira negativa. Esta Casa tem, sim, a responsabilidade de absorver propostas dessa natureza que venham do Executivo, chamando a sociedade para, juntamente conosco, discutir se isso é bom ou não. Essa taxa para a segurança nos deixa tristes. Lamentamos que, logo agora, quando iniciamos um trabalho sério como esse da CPI do Narcotráfico, venha uma proposta como essa, patrocinada pelo Presidente desta instituição, que insiste com ela. Na semana passada, estivemos com o Governador do Estado e constatamos que nem sabia desse projeto.

Portanto, acho um verdadeiro absurdo que o Legislativo mineiro, que tem a função precípua de defender o povo, esteja tomando medidas que cabem ao Executivo e querendo administrar o Estado através da Assembléia, prejudicando o povo. Isso, sem dúvida alguma, ficará registrado nos anais desta Casa. E, pior ainda - perdê-me, Dr. Eduardo Daladier, sei que o senhor é uma pessoa boa -, V. Exa. está envolvido em um processo que irá desgastá-lo. Não podemos, definitivamente, votar projetos dessa natureza nos dias de hoje. Está comprovado que existe bitributação nesse projeto.

O § 1º da Lei nº 9.782, de janeiro de 1989, traz a seguinte expressão: "A agência" - que está sendo criada em Brasília, evidentemente - "poderá delegar aos Estados, ao Distrito Federal e aos municípios a execução de atribuições que lhe são próprias", excetuadas as previstas em alguns incisos que existem aqui. Portanto, o Governo do Estado inova e atropela até a recomendação federal. O discurso de que, se o Estado não implementar essas taxas, elas serão implementadas pelo Governo Federal é uma mentira. A Medida Provisória nº 1.912, de 25/11/99, diz, no seu § 6º: "A descentralização de que trata o parágrafo anterior será efetivada somente após manifestação favorável dos respectivos conselhos estaduais, distrital e municipal de saúde". Existe algum conselho dessa área criado em Minas Gerais? Não existe nenhum em nível de Estado nem de município.

Portanto, é um engodo a criação dessas taxas neste momento. Digo isso não para que a comunidade acredite em minha palavra como Deputado de Oposição, mas para que procure averiguar isso. O Governo deveria assumir isso. Eduardo Azeredo, quando instituiu a taxa de 3,5% para a Previdência, chamou todos os Líderes, os da Oposição e os da Situação, assumindo que precisava dela. Mas não concordamos com a maneira desse Governo, de querer jogar suas mazelas em cima do povo, escondendo-se por trás do Legislativo ou de determinadas pessoas, envolvendo até algumas que estão inocentes nesse processo e não assumem sua posição.

Gostáramos que o Governador assumisse que essa é uma taxa que quer arrecadar, como disse o Trópia, Secretário da Fazenda, para equilibrar as contas públicas. Já existe a taxa de segurança pública. Do que é arrecadado, uma pequena parte vai para lá. Se criarmos mais uma taxa, também não irá para a segurança pública. Por isso, faço um apelo para que os Deputados da Situação não ajam simplesmente como carneiros, acompanhando os outros. Que façam um exame de consciência e não caiam no ridículo e no desgaste de ter de votar contra o povo. Se esse Projeto de Lei nº 705/99 for aprovado, sobretudo a "narcotaxa" e a taxa sobre o telefone, estaremos legislando contra o povo. E a nossa função não é essa, é defender os interesses da sociedade de Minas Gerais. Muito obrigado.

O Deputado Eduardo Daladier\* - Agradeço o aparte de V. Exa.. Temos a certeza de que confiamos e acreditamos na pessoa do Governador Itamar Franco e sua equipe. Confiamos na direção que vai ser dada a essa taxa. O Governador Itamar Franco é um homem sério, está fazendo uma revolução na administração e está sempre do lado da sociedade. Essa taxa, podem estar certos, vai ser direcionada para o aparelhamento das nossas polícias, e quem vai ganhar com isso é a sociedade. Assumo, se houver ônus, o desgaste que possa ocorrer. Mas tenho a certeza de que, em médio prazo, essa taxa vai ser benéfica para a sociedade mineira, porque vai permitir que a nossa polícia fique bem- aparelhada e esteja em condições de disputar taco a taco com os fora-da-lei, porque hoje está difícil competir com eles, tendo em vista o arsenal que têm. Confio em nosso Governador Itamar Franco, na sua equipe, e podem estar certos de que a taxa será direcionada para o aparelhamento das Polícias Militar e Civil, em benefício da nossa sociedade. Essas são as minhas palavras. Agradeço a oportunidade, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente (Deputado Durval Ângelo) - Com a palavra, para discutir o projeto, o Deputado Alberto Pinto Coelho.

O Deputado Alberto Pinto Coelho\* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, vou ser breve. Quero enaltecer o trabalho desenvolvido pelos relatores desse projeto, que o aprimoraram sobremaneira. Quero enaltecer a emenda do Deputado Eduardo Daladier porque, entre as virtudes que um homem público deve ter, uma é a coragem, o destemor de promover tudo aquilo em que acredita. Ele apresenta uma emenda vocacionada para o desenvolvimento da área da segurança pública, que é algo reclamado por todo cidadão deste Estado. Muito obrigado.

#### Questão de Ordem

O Deputado Hely Tarquínio - Agradeço, tardiamente, a V. Exa. porque já tinha solicitado a questão de ordem anteriormente. Mas, de qualquer forma, agradeço e solicito o encerramento, de plano, da reunião, por não haver número para sua continuação.

O Sr. Presidente - A Presidência, tendo em vista a importância da matéria constante na pauta, solicita ao Sr. Secretário que proceda à chamada dos Deputados para recomposição de "quorum".

O Sr. Secretário (Deputado Rêmoló Aloise) - (- Faz a chamada.)

O Deputado João Leite - Sr. Presidente, já se esgotou o prazo destinado a esta reunião.

O Sr. Presidente - Responderam à chamada 23 Deputados.

#### Encerramento

O Sr. Presidente - Tendo em vista o resultado da chamada e estando esgotado o prazo destinado a esta reunião, a Presidência a encerra, convocando os Deputados para a reunião ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada, e para a reunião extraordinária também de hoje, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

\* - Sem revisão do orador.

### ATA DA 65ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, EM 15/12/99

#### Presidência do Deputado Anderson Adauto

Sumário: Comparecimento - Abertura - Questão de ordem - 1ª Parte: Ata; discursos dos Deputados Paulo Piau e João Leite; aprovação das atas - Palavras do Sr. Presidente - Questão de ordem - 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Discurso do Deputado Alencar da Silveira Júnior - Questão de ordem - Parecer da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Indicação do Sr. José Felipe Mota para o Cargo de Diretor-Geral da Comissão de Desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha - CODEVALE - ; discursos dos Deputados João Leite, Miguel Martini, Márcio Kangussu e Luiz Tadeu Leite - 2ª Fase: Questões de ordem - Discussão e Votação de Proposições: Requerimento do Deputado Antônio Roberto; discursos dos Deputados Hely Tarquínio e Mauro Lobo; questão de ordem; chamada para a recomposição do "quorum"; existência de número regimental para a votação; discursos dos Deputados Paulo Piau e João Leite; questões de ordem; discurso do Deputado Miguel Martini; questão de ordem; suspensão e reabertura da reunião; requerimento do Deputado Antônio Roberto; deferimento - Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 705/99; Requerimentos dos Deputados Rogério Correia, Paulo Piau, Hely Tarquínio, Luiz Fernando Faria e Miguel Martini; deferimento; requerimento do Deputado Sebastião Costa; aprovação - Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 351/99; discurso do Deputado Chico Rafael; votação do Substitutivo nº 2; aprovação; prejudicialidade do Substitutivo nº 1 e da Emenda nº 1 - Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 753/99; encerramento da discussão; requerimento do Deputado Luiz Fernando Faria; deferimento; votação do projeto, salvo emendas e destaque; aprovação; votação das Emendas nºs 1 a 6, salvo destaque; rejeição; votação da Emenda nº 5; aprovação - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 20/99; aprovação na forma do vencido em 1º turno; declarações de voto - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 301/99; aprovação na forma do vencido em 1º turno - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 302/99; aprovação na forma do vencido em 1º turno, com a Emenda nº 1 - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 512/99; aprovação; declaração de voto - Discussão e Votação de Pareceres de Redação Final: Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 373, 374 e 396/99; aprovação - Encerramento.

#### Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Anderson Adauto - José Braga - Durval Ângelo - Dilzon Melo - Gil Pereira - Adelmo Carneiro Leão - Agostinho Patrús - Agostinho Silveira - Ailton Vilela - Alberto Bejani - Alberto Pinto Coelho - Alencar da Silveira Júnior - Ambrósio Pinto - Amílcar Martins - Antônio Carlos Andrada - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Antônio Roberto - Arlen Santiago - Bené Guedes - Bilac Pinto - Carlos Pimenta - Chico Rafael - Cristiano Canêdo - Dalmo Ribeiro Silva - Dimas Rodrigues - Dinis Pinheiro - Doutor Viana - Edson Rezende - Eduardo Brandão - Eduardo Daladier - Eduardo Hermeto - Elaine Matozinhos - Elbe Brandão - Elmo Braz - Ermano Batista - Fábio Avelar - Glycon Terra Pinto - Hely Tarquínio - Irani Barbosa - João Batista de Oliveira - João Leite - João Paulo - João Pinto Ribeiro - Jorge Eduardo de Oliveira - José Henrique - Luiz Fernando Faria - Luiz Tadeu Leite - Marcelo Gonçalves - Márcio Cunha - Márcio Kangussu - Marco Régis - Maria José Hauelsen - Maria Tereza Lara - Mauri Torres - Mauro Lobo - Miguel Martini - Olinto Godinho - Pastor George - Paulo Pettersen - Paulo Piau - Rêmoló Aloise - Rogério Correia - Sebastião Navarro Vieira - Wanderley Ávila.

#### Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Anderson Adauto) - Às 20 horas, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos.

#### Questão de Ordem

O Deputado João Leite - Só estava tentando entender por que V. Exa. havia interrompido a fala do Deputado Alberto Bejani e encerrado a reunião. Depois de terminada a fala do Deputado Alberto Bejani, apesar de ter encerrado a reunião no meio da sua fala, não abriu a reunião seguinte, não leu a ata. Gostaria de entender qual foi o procedimento adotado por V. Exa. Interrompeu a fala do Deputado Alberto Bejani para encerrar a reunião? Queria saber por que não abriu a reunião seguinte. Parece-me que estamos nela agora.

Gostaria de entender por que, depois de retornar a palavra ao Deputado Alberto Bejani, encerrou novamente a reunião. Se interrompeu sua fala para prorrogar a reunião, já não havia tempo para que fosse prorrogada. O relógio do painel já marcava mais de 20 horas. Tive o cuidado de observá-lo. Interrompeu sua fala, não encerrou a reunião, que, pelo horário, atendendo ao Regimento, estava encerrada. Posteriormente, o Deputado Alberto Bejani levantou a questão de que, pelo painel, ainda lhe restavam 1min59s.

V. Exa. encerrou a reunião. Gostaria de entender se, naquele primeiro momento que V. Exa. interrompeu o Deputado Alberto Bejani... Vejo que o Deputado Anderson Adauto, nosso Presidente, está ansioso, como também vejo outros companheiros ansiosos, como o nobre colega Agostinho Silveira. Vejo também o Deputado Canêdo com uma certa ansiedade, o Dalmo, o Luiz Fernando, enfim, todos estão ansiosos para que concluamos essa questão de ordem. Mas ela é clara.

Ainda tenho o Deputado Alencar da Silveira Júnior, a todo o momento, falando como um papagaio de pirata, atrás de mim. Queria apenas entender qual foi o encaminhamento dado pelo Presidente. Se o Deputado Alencar da Silveira Júnior permitir, tentarei encerrar a minha questão de ordem. Estamos sempre recebendo contribuição. Não do Deputado Alencar da Silveira Júnior.

Gostaria, inclusive, de colocar outra questão. Em qual reunião será registrada a fala do Deputado Alberto Bejani? Naquela reunião iniciada às 14 horas, prorrogada a partir das 18 horas? É justamente isso o que queremos entender, ou seja, se foi encerrada no meio da fala do Deputado Alberto Bejani, ou se, efetivamente, foi encerrada naquele segundo momento, quando o Presidente se manifestou pelo encerramento da reunião.

Há também outra questão: se a fala do Deputado Alberto Bejani será registrada naquela primeira reunião, como disse, iniciada às 14 horas e prorrogada a partir das 18 horas, ou se nessa próxima reunião. Queria entender se se iniciou a partir do momento do encerramento da fala do Deputado Alberto Bejani ou se foi encerrada no meio da fala do Deputado. Por isso gostaria que V. Exa. pudesse responder a essas duas questões de ordem, colocadas bem objetivamente. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - A Presidência vai responder à questão de ordem do Deputado João Leite. A Presidência leu todo o procedimento de encerramento da reunião no momento em que interrompeu o Deputado Alberto Bejani, sem a encerrar, portanto. A Presidência não disse "levanta-se a reunião". Depois de ter lido, voltou a palavra ao Deputado, concedeu, novamente, os 3 minutos ao Deputado, para que pudesse fazer o seu pronunciamento, a declaração de voto. Logo depois, então, a Presidência encerrou a reunião e, imediatamente após, abriu esta reunião. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

- O Deputado Gil Pereira, 2º-Secretário, procede à leitura da ata da reunião anterior.

O Sr. Presidente - Em discussão, a ata. Para discuti-la, com a palavra, o Deputado Paulo Piau.

O Deputado Paulo Piau - Sr. Presidente, gostaria apenas de pedir que constasse na ata que, às 14h15min do dia 15/12/99, estavam em Plenário, conforme o registro da assessoria da Casa, 13 pessoas mais o Presidente: 14 Deputados. Como meu nome ficou apagado no painel a tarde inteira, em protesto, gostaria que constasse na ata, pelo menos, a posição deste Deputado.

O Sr. Presidente - A Presidência solicita à assessoria que tome as medidas necessárias para os esclarecimentos solicitados. Com a palavra, para discutir a ata, o Deputado João Leite.

O Deputado João Leite - Sr. Presidente, acompanhamos a leitura da ata pelo Deputado Gil Pereira, que o fez claramente, dando-nos a oportunidade de conhecer o teor das duas atas lidas. Mas, no que se refere a essas duas reuniões, gostaríamos de externar o nosso desacordo sobre alguns pontos. Primeiro, quanto à abertura da reunião. Nós, da Oposição, lançando mão de um recurso regimental, cuidamos para que os Deputados e as Deputadas da Oposição não viessem ao Plenário para que não houvesse "quorum" para a abertura da reunião da tarde. Gostaríamos, com isso, de ganhar mais tempo, não para estar no Plenário neste momento, mas para estar lá fora, estudando o projeto e tendo a oportunidade de conhecer mais profundamente o projeto de lei do Governo do Estado, o "boeing 705".

Entretanto, a Oposição foi impedida de ganhar tempo para estudar esse projeto. Tivemos que ficar aqui, durante todo o dia e agora, à noite, enquanto nossa assessoria trabalhava, tentando pinçar, descobrir tudo o que existe no projeto, e não teremos tempo para avaliar tudo. A cada momento, temos uma informação, e chegamos alguns dados como o que recebemos agora, através da contribuição de algumas pessoas, com os pareceres do Supremo Tribunal, que decidiu pela inconstitucionalidade da cobrança dessas taxas. Queremos, assim, lamentar os procedimentos adotados. Vemos que existe total falta de respeito para com a Oposição e para com as minorias na Assembleia Legislativa.

E agora vemos, com esse novo procedimento tirado desse saco de maldades, desse "boeing" de maldades que é esse "requerimento-rolha", a instalação do estado de sítio e da mordaza no parlamento mineiro, a instituição do Ato Institucional nº 5 - perverso contra a democracia brasileira, impedindo que os brasileiros falassem - no parlamento mineiro, que foi calado durante a ditadura militar. Ainda nos dias atuais, assistimos a esses resquícios desse tempo, tempo que deve ser...

O Sr. Presidente - A Presidência solicitaria a V. Exa. que se ativesse à discussão da ata. O nosso prazo é até as 2 horas da manhã, e V. Exa. terá outras oportunidades para se manifestar. Eu pediria que V. Exa. ficasse dentro da discussão que solicitou à Presidência.

O Deputado João Leite - Sim, Sr. Presidente, estou me restringindo à discussão da ata lida pelo 2º-Secretário, Deputado Gil Pereira, a qual fala do requerimento apresentado pelo Deputado Alberto Pinto Coelho. Quando V. Exa., Presidente, interrompeu-me, eu falava justamente sobre esse requerimento constante na pauta. Por isso, com todo o respeito que tenho a V. Exa., não irei acatar essa lembrança, porque estou rigorosamente dentro do assunto.

A ata lida pelo 2º-Secretário trata desse requerimento que atingiu a todos nós, da Oposição, impedindo que estivéssemos na tribuna neste momento, tendo o nosso tempo de discussão. E o tempo foi retirado também quando do pedido de urgência de tramitação desse projeto pelo Governador do Estado. Fomos calados pelo parlamento mineiro.

O Sr. Presidente - Esgotado o prazo para a apreciação das atas, a Presidência considera aprovadas as atas da 105ª Reunião Ordinária e da 64ª Reunião Extraordinária, salvo a retificação do Deputado Paulo Piau.

#### Palavras do Sr. Presidente

A Presidência informa aos Deputados que a pauta distribuída nesta reunião possui uma incorreção ocasionada pela exigüidade do tempo para o seu preparo. O Projeto de Lei nº 705/99 deve ser posicionado em primeiro lugar, pois teve sua discussão encerrada na reunião anterior, em virtude da aprovação do requerimento do Deputado Alberto Pinto Coelho, e já se encontra na fase de votação e tramitando em regime de urgência.

#### Questão de Ordem

O Deputado Alberto Bejani - Sr. Presidente, eu gostaria, em primeiro lugar, de agradecer a solidariedade do Deputado João Leite em relação ao já acontecido e bastante divulgado corte de raciocínio, quando estávamos ainda a menos da metade do pronunciamento e houve uma interrupção, por parte da Presidência, para naturalmente anunciar a reunião extraordinária das 20 horas.

Aproveito esses minutos que tenho agora para completar o meu raciocínio. É evidente que esse tempo me dará tranquilidade para voltar a falar do Projeto de Lei nº 705/99, a respeito do qual já falamos muito. Mas acho que temos que falar ainda mais, para que a população de Minas Gerais, por meio da imprensa e da TV Assembleia, possa entender, ponto por ponto, em que ela será atingida, como isso funcionará, e, principalmente, além dessas taxas, há o anúncio já feito por nós, nesta Casa, do aumento de 63% da energia elétrica.

Teremos uma inflação que não chegará a 10% ao ano, ficando entre 8% e 10%. "Déich", porque estamos muito próximos do Estado do Rio de Janeiro - apenas para explicar ao Deputado Alencar da Silveira Júnior. Trata-se de uma forma de pronunciar as palavras, assim como no Sul de Minas puxa-se para o lado do sotaque paulista. Completando meu raciocínio, quero dizer que temos a obrigação de mostrar à população mineira que ... Sr. Presidente, o Deputado Alencar da Silveira Júnior, depois que tirou as barbas que estavam atrapalhando o seu olho, passou a não querer nos deixar completar o raciocínio.

É bom lembrar que o pé-de-galinha está sendo taxado, através do Projeto de Lei nº 507/99, que estamos vendo ser aprovado nesta Casa.

Quero completar meu raciocínio, e tomara Deus que consiga fazê-lo, porque, a toda a hora, sou interrompido, tornando-se difícil essa missão. Ora são 20 horas, e sou interrompido para começar nova reunião, ora aparecem com plástica nova e não deixam que completemos nosso raciocínio. Mas é o que tentarei fazer agora, dizendo que somos radicalmente, e tenho a certeza de que o povo mineiro também o é, contra a criação de novas taxas, novos tributos, sendo aumentada a energia elétrica, a água e todas essas taxas que, com certeza, serão aprovadas nesta Casa, pela Liderança, pela maioria, que pertence ao Governo do Estado, que hoje é comandado pelo cidadão que conhecemos muito bem e por quem temos grande respeito, Itamar Franco. Apenas não concordamos com alguns atos administrativos que estão ferindo a população do Estado que amamos.

Pelas minhas contas, Sr. Presidente, ainda tenho 2 minutos, porque fui interrompido pelas palavras do Deputado Alencar da Silveira Júnior. Na verdade, ainda não consegui completar meu raciocínio.

Gostaria de dizer a V. Exa. que nós, da Oposição, vamos dormir tranqüilos, o que acho que não vai acontecer com a Situação, que vem votando a favor desse projeto, que já foi apelidado de "boeing 705". Completando meu raciocínio, embora esteja sendo difícil, digo a V. Exa. que vamos continuar a lutar para que o Governador, através da sua consciência e com os pés no chão, possa vetar tudo isso que está sendo aprovado pela sua própria base. Agradeço a V. Exa. pelo tempo a mim concedido, agradeço a todos que nos estão vendo, aos Srs. Deputados. Aproveito a oportunidade, já que estão fazendo "xi", no microfone, para parabenizar o Governador Itamar Franco, quando foi Presidente da República, conseguindo levar para Juiz de Fora o "gaich" canalizado. Muito obrigado.

## 2ª Parte (Ordem do Dia)

### 1ª Fase

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 1ª Fase da 2ª Parte da reunião, com a discussão e a votação de pareceres e a votação de requerimentos.

O Sr. Presidente - Com a palavra, nos termos do art. 164 do Regimento Interno, o Deputado Alencar da Silveira Júnior.

O Deputado Alencar da Silveira Júnior\* - Sr. Presidente, fui citado duas vezes: uma pelo companheiro João Leite, quando da sessão passada falava de papagaio de pirata. Isso é impossível. Vejam minha altura e a do Deputado. Mas, depois que o Deputado ficou, durante 10 minutos, repetindo a mesma questão de ordem, com certeza, o papagaio, hoje, neste Plenário, não sou eu.

A Oposição diz que ficou calada, pois não estão deixando que ela fale. Quero lembrar que estamos trabalhando no Plenário há 11 horas e que 8h57min32s foram usados pela Oposição da Casa.

Gostaria, também, Sr. Presidente, de justificar meu voto errado na sessão passada, já que votei "sim" ao requerimento, e era para ter sido computado "não".

Gostaria de lembrar, também, que vejo hoje, neste Plenário, incorporarem-se o Deputado Gilmar Machado e outros companheiros da legislatura passada. Temos que ver que é uma situação diferente. Vejo, hoje, alguns Deputados que me antecederam, com o espírito de Durval Ângelo da legislatura passada. Fico muito tranquilo quando falo que minha posição hoje e, quando se coloca a maneira do Governo, sinto-me mais coerente com minha posição, com meu voto. Quando estava falando o Deputado que me antecedeu, em hora nenhuma, dirigi a palavra a ele; eu estava, Sr. Presidente, simplesmente, espirrando, porque estou um pouco gripado. Foi isso que aconteceu, e peço desculpas ao Deputado que me antecedeu, se estava atrapalhando seu raciocínio, não só o dele, mas também o do outro.

Na oportunidade, quero registrar o bom trabalho que o Sr. Sérgio Moreira realiza no Hospital Felício Rocho. Muito obrigado, Sr. Presidente.

### Questão de Ordem

O Deputado Luiz Tadeu Leite - Nesta oportunidade, quero comunicar a esta Casa e ao povo mineiro, especialmente à comunidade norte-mineira, o falecimento, agora à tarde, do Sr. José Aparecido Martins, que exerceu as funções de Prefeito da cidade de Porteirinha, no período de 1993 a 1996. "Zé Bonitinho", como era por todos conhecido nessa região, faleceu hoje, deixando consternada a comunidade política, os companheiros que o conhecem e sabem da sua seriedade e do profícuo trabalho que desenvolveu à frente da Prefeitura de Porteirinha. Faleceu hoje, e o enterro será amanhã. Tenho a certeza de que terá a presença de milhares de amigos e admiradores da cidade de Porteirinha. Quero registrar um voto de profundo pesar pelo falecimento do ex-Prefeito de Porteirinha, José Aparecido Martins, o "Zé Bonitinho".

O Sr. Presidente - Registrem-se as palavras do Deputado Luiz Tadeu Leite. Parecer da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Indicação do Sr. José Felipe Mota para o Cargo de Diretor-Geral da Comissão de Desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha - CODEVALE. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome. Em discussão, o parecer. Para discutir-lo, com a palavra, o Deputado João Leite.

O Deputado João Leite - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, gostaria de discutir o parecer da comissão que arguiu o Dr. José Felipe Mota, indicado para o cargo de Diretor-Geral da Comissão de Desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha.

Queria elogiar o Deputado Miguel Martini, que foi o autor da mudança na Constituição do Estado que permite que a Assembléia possa apreciar os nomes indicados pelo Governador e fazer a avaliação deste Governo, que, como dizem alguns Deputados, veio para transformar. Entretanto, estamos percebendo que o Governador está revendo suas indicações, ou seja, a realidade não é essa maravilha toda colocada por alguns Deputados.

Temos aqui o parecer da Comissão Especial instituída para arguir, publicamente, o Dr. José Felipe Mota Coelho, indicado pelo Sr. Governador para a Direção-Geral da CODEVALE, e, além disso, os Deputados que participaram desta Comissão e que concluíram pela aprovação do indicado. Já que temos também presentes alguns Deputados do vale do Jequitinhonha e sabemos da importância da Comissão de Desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha - CODEVALE -, esperamos a manifestação desses Deputados com relação a essa indicação.

Infelizmente não nos agrada termos suspeitas contra pessoas, mas várias delas estão chegando.

O Deputado Márcio Cunha (em aparte) - Ilustre Deputado, V. Exa. indaga a este Plenário se algum de nós, Deputados, somos capazes de nos manifestar a respeito dessa indicação. Quero dizer-lhe que este Deputado é capaz de fazê-lo, e, aliás, gostaria de agradecer-lhe a gentileza de conceder o aparte. Sou votado em algumas cidades do Jequitinhonha, especificamente e de maneira mais acentuada na cidade de Diamantina, onde, nesse final de semana, como relatei ontem, recebi a Medalha JK.

O Sr. Felipe já foi sabatinado nesta Casa por uma comissão, que aprovou o seu nome, que vem agora a Plenário para ser referendado.

Quero dizer a V. Exa. do conhecimento de algumas denúncias que imputaram a ele. Tenho, em minhas mãos, uma ação, a que se deu entrada na justiça comum, contra o Governo do Estado e contra o Tribunal de Contas, exatamente por não concordar com o parecer do Tribunal de Contas, que lhe imputava uma multa por não ter prestado conta de um convênio, à época em que foi Vice-Prefeito e, posteriormente, Prefeito. A documentação está em minhas mãos; portanto, posso apresentá-la a V. Exa. Ele, evidentemente, não pagou essa multa, porque não queria caracterizar a sua culpa. Ele não é culpado disso, e esse assunto está "sub judice". Ele não foi condenado, portanto, alguns estão cometendo um equívoco. Não quero fazer o juízo de ninguém, especialmente dos Deputados desta Casa. Essa pessoa que foi Prefeito de Minas Novas tem toda a competência para exercer o cargo. Trata-se de uma pessoa de bem e de princípios. Conheço grande parte de sua família, aqui em Belo Horizonte. Fui companheiro de escola, de faculdade e relacionei-me com pessoas de sua família; portanto, posso afiançar que, sem dúvida alguma, fará, à frente da CODEVALE, um grande trabalho. Neste momento, o que se pede é um voto de confiança, porque esse assunto está, repito, "sub judice", pois ele entrou na justiça comum, exatamente por não concordar com o parecer. Para V. Exa. ter uma idéia, temos aqui, da SEAM, à época, um texto que diz o seguinte: "Quanto à aplicação de verbas na execução de obras, somos de parecer que a situação é normal, sem problemas (fl. 44). Conclusão: Em face do exposto, entendemos que os recursos concedidos por esses convênios foram satisfatoriamente aplicados". Portanto, isso não é devido. Insisto em dizer que a questão está "sub judice". Então, essa pessoa tem todas as condições, e a comissão que o sabatinou e que o avaliou é um indicativo para este Plenário, para que o aprovemos. E esse assunto está aqui há bastante tempo. Assim, podemos, tranquilamente, votar. Pediria o apoio e a compreensão de V. Exa.

O Deputado João Leite - Agradeço o aparte e a contribuição do Deputado Márcio Cunha. Realmente, temos essa indicação desde o dia 15/9/99. Encontra-se, na Assembléia, desde essa época, essa mensagem do Governador, mas, só agora, vem a Plenário.

O Deputado Alencar da Silveira Júnior (em aparte) - Gostaria de lembrar-lhes o seguinte. Se tivermos de, a partir de agora, mudar o sistema... A pessoa vem para uma sabatina, em que são feitas as perguntas, e é aprovado. O representante do meu partido, do de V. Exa. e do PMDB estiveram lá. E quando chega a Plenário, a situação muda? Temos de acabar com a sabatina nesta Casa. Fica apenas o Plenário para decidir, porque, a partir do momento em que há um membro do meu partido fazendo parte da Comissão, e este dá o apoio e o aval, ao nome do Dr. Felipe, para a CODEVALE, que foi Prefeito de Minas Novas - o Deputado Márcio Kangussu pode falar muito bem, porque também é votado, como sou nessa cidade; é o segundo Deputado mais votado ali, com 950 votos -, ele será referendado neste Plenário. Toda a discussão é válida. Gostaria de agradecer o aparte que me foi concedido por V. Exa. O PDT votaria favorável ao nome do Dr. Felipe para a CODEVALE. Muito obrigado.

O Deputado João Leite - Muito obrigado, Deputado Alencar da Silveira Júnior, mas não concordo com V. Exa. Nenhum outro Deputado tem procuração para votar em meu nome nem para discutir o parecer. Temos um parecer de uma comissão, o qual veio ao Plenário da Assembléia Legislativa, e é direito de todo Deputado discutir esse parecer. Gostaria de conhecer esse parecer. Gostaria de ter as notas taquigráficas da reunião, para saber mais sobre a indicação. A responsabilidade do voto é minha, não abro mão de discutir e não dou procuração para ninguém votar em meu nome, apesar de ter confiança nos membros do meu partido.

O voto é do Deputado, é pessoal, é intransferível, e eu não abro mão disso. Quero conhecer cada uma das proposições que estiver votando; por isso, com muita tranquilidade, subirei a esta tribuna para conhecer cada matéria. Muito obrigado pela liberalidade, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente (Deputado Gil Pereira) - Com a palavra, para discutir, o Deputado Miguel Martini.

O Deputado Miguel Martini - Sr. Presidente, Srs. Deputados, cada vez que temos que votar a indicação de um nome para ocupar um cargo de uma fundação, de uma autarquia do Estado de Minas Gerais, fico satisfeito. Vejam os senhores e as senhoras que, no passado, antes de aprovarmos essa mudança constitucional que obriga que os indicados sejam sabatinados nesta Casa e depois aprovados em votação secreta, todas as indicações eram feitas por baixo do pano. A sociedade nem tomava conhecimento, o parlamento nem tomava conhecimento, e mais tarde fomos descobrir se era bom ou se era mau, se tinha gerado benefícios ou malefícios para o órgão ou para o Estado.

Ficamos felizes por termos sido o autor dessa proposta de emenda à Constituição, mas achamos que ela ainda precisa ser aprimorada, porque a proposta de emenda à Constituição discutida, votada e aprovada nesta Casa prevê que o Presidente da COPASA tem que ser sabatinado também por esta Casa, que o Presidente e os Diretores do BDMG sejam sabatinados nesta Casa, que o Presidente e os Diretores da CEMIG sejam também sabatinados nesta Casa. Foi exatamente uma manobra deste Governador Itamar Franco, que, através de uma liminar, conseguiu, até que se discuta o mérito, não mandar para esta Casa, para ser sabatinado, o Presidente das empresas públicas e o Presidente e os Diretores das instituições financeiras. Achamos que a medida democrática é exatamente essa, porque, quando vem para esta Casa, o indicado mostra a sua cara. Vamos examinar o seu passado. Se realmente verificarmos que alguma coisa desabona sua indicação, não devemos aprovar. É exatamente esse o nosso papel, o de examinar. A Comissão Especial constituída para isso faz a primeira avaliação, da mesma forma como os projetos são debatidos na comissão, que emite um parecer que vai ser votado em Plenário. No Plenário, é que vamos deliberar. Chegando à Casa, chegando ao Plenário temos que ouvir. Não o conheço, mas temos ouvido posições a favor e posições contrárias. Cada parlamentar vai avaliar e examinar se deve ou se não deve aprovar a indicação.

Quero aproveitar este momento e chamar a atenção dos nobres pares desta Casa para um fato grave que está acontecendo. Aí podemos usar o ditado: "casa de ferreiro, espeto de pau". Nosso Instituto de Previdência - IPLEMG - está sendo dirigido por um Presidente cujo nome ainda não foi homologado por esta Casa. Ainda não o sabatinamos e ainda não votamos. A Constituição prevê que ele tem que ser sabatinado nesta Casa e aprovado em votação secreta.

A comissão ainda não foi constituída, mas ele está dirigindo aquela autarquia. E se não for aprovado por este Plenário? Todos os atos que está praticando serão nulos, porque estão sem legalidade. Tenho chamado a atenção dos Deputados para esse fato há muito tempo. Fizemos solicitações de informações, mas obtivemos apenas 1/3 de respostas. Fizemos um questionário com mais de 20 perguntas para conhecermos a realidade do nosso Instituto, como está sendo administrado, se está bem, se está mal. E ainda não obtivemos resposta. Temos que chamar a atenção para isso, porque a lei tem de ser cumprida, principalmente por nós, que as fazemos. É muito importante que nós, parlamentares, não abramos mão dos nossos direitos e deveres. Somos os fiscais. Fomos eleitos para tal. Somos legisladores e fiscalizadores.

Concedo aparte ao Deputado Alencar da Silveira Júnior.

O Deputado Alencar da Silveira Júnior (em aparte) - Gostaria de, nesses 30 segundos concedidos por V. Exa, lembrar que, quando o Deputado João Leite disse que o voto é dele, o meu é da mesma forma, ninguém vota por mim. Eu mesmo voto. Sou consciente desses votos. Mas gostaria de lembrar que houve uma comissão, e esta aprovou esse nome. A partir daí, se há tanta divergência, que façamos uma comissão mais séria. Vamos participar de uma comissão com mais seriedade. Ali estiveram muitos Deputados. A pessoa indicada tira todas as dúvidas, e a comissão dá o seu aval. Ela, então, é avalizada por essa comissão. Quando votamos contra tudo isso, não estamos votando contra o nome do Sr. Felipe, ex-Prefeito de Minas Novas, por exemplo, mas contra os nossos companheiros Deputados, que ali estiveram sabatinando. Estaremos votando contra companheiros nossos, que ali deram seu aval. A partir desse aval, estou confiando também, mas o voto é pessoal. Agradeço esse aparte.

O Deputado Miguel Martini - Concordo com V. Exa. e discordo ao mesmo tempo. Concordo que o voto é de cada um. Livrementemente, devemos exercê-lo, mas discordo quando diz que temos obrigação quase de acompanhar a comissão. A comissão emite um parecer, mas posso ter informações diferentes. Não estamos votando contra a comissão, estamos contra um parecer dela. Se fosse assim, não haveria necessidade do Plenário. O processo é muito claro. Acho que esta Casa está aprendendo, porque isso não era uma prática. Pouco a pouco, vamos começar a analisar, com mais rigor, esses nomes que aqui são apresentados. Por isso fico satisfeito quando percebo que alguém que tem alguma coisa contra começa a lutar pela reprovação. E esse é o processo. Ainda que o nome não seja diligentemente analisado, é bom observar que esse indivíduo esteve numa comissão pública, num local público, onde a sociedade e a imprensa puderam acompanhar a sabatina. Hoje a própria sociedade, por esse avanço da TV Legislativa, pode acompanhar a discussão a respeito desses nomes.

Então, não é alguma coisa feita às escondidas lá no Palácio, com um decreto. Agora esse é um processo público. Acho até que, à medida que esta Casa começar a agir com mais rigor, vai acontecer que muitos nomes, considerando-se o passado das pessoas, não serão aceitas, porque terão que passar exame minucioso de sua vida pregressa, para saber se preenchem os pré-requisitos mínimos para estar à frente de uma autarquia e de uma fundação, enfim, de um órgão do Estado. Volto a dizer: lamentamos que ainda não estejamos aqui discutindo o Presidente da CEMIG, da COPASA, o Presidente do BDMG e seus diretores, porque isso já foi aprovado. Esperamos que seja derrubada essa liminar, para restaurarmos a transparência e a democracia. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para discutir, o Deputado Márcio Kangussu.

O Deputado Márcio Kangussu\* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, visitantes, imprensa, com respeito à Mensagem nº 52/99, que indica o Sr. José Felipe Mota para Diretor-Geral da CODEVALE, acho que tenho autoridade e legitimidade para falar sobre o caso, por várias razões. A primeira é que sou do Vale do Jequitinhonha e também o é José Felipe Mota. Sou majoritário na cidade em que foi Prefeito, Minas Novas, e fui também Diretor-Geral da CODEVALE. Hoje, tive o cuidado de falar, por três vezes, com Minas Novas, para que tivesse orientação sobre como proceder nessa votação. Primeiro, por uma questão de princípio, acho que a política não pode nos induzir a uma injustiça. Resolvemos a questão política na época própria, na época de votação ou, mesmo, nas discussões, nos plenários constituídos, como o da Assembléia, os das Câmaras Municipais, o Senado Federal, a Câmara.

Minas Novas, como qualquer outra cidade, principalmente as pequenas, sempre sente um orgulho muito grande em ver seus filhos ocuparem cargos de relevância, principalmente no nível do Estado. O Prefeito de Minas Novas, por quem tenho a honra de ser apoiado, o Sr. Geraldo Coelho, disse-me o seguinte: politicamente, Minas Novas não tem absolutamente nenhuma objeção ao nome de Felipe. Gostaríamos, inclusive, que fosse Diretor da CODEVALE e obtivesse prestígio junto ao Governo do Estado, para ajudar a administração municipal, para ajudar, enfim, a todos os segmentos organizados a melhorar a qualidade de vida do povo de Minas Novas e de todo o Vale do Jequitinhonha. Portanto, a posição política do grupo a que pertenço é ter filhos de Minas Novas, pessoas do Vale do Jequitinhonha que puderem alcançar e ser nomeados para cargos de relevância, o que vamos aplaudir.

O problema do Sr. José Felipe Mota - parece-me - não é político; é, sobretudo, um problema de dúvidas éticas colocadas e discutidas aqui, há bastante tempo. Acho que elas devem ser esclarecidas para que não induzam qualquer um de nós a cometer injustiça, aprovando, ou, principalmente, rejeitando o seu nome, o que pode prejudicar e macular a honra de uma pessoa de bem. Mas também não podemos ter a levandade de aprovar alguém que tem, na vida pública, máculas que não o credenciam a ocupar um cargo de tamanha relevância.

O Deputado Alencar da Silveira Júnior (em aparte) - Só para completar, como Deputado votado na cidade, estava comentando com alguns colegas Deputados que, quando chego a Minas Novas, o meu grupo político é totalmente independente. Sou bem tratado e bem recebido naquela terra, que sabe receber. E é assim com todos os grupos políticos dali, tanto do Felipe, como do ex-Senador Murilo Badaró, ou do próprio Prefeito. Sou bem tratado por todos ali.

Meu problema também não é político, porque o Felipe tem o seu compromisso, como o grupo político de V. Exa. também tem. É com muita tranquilidade que falo isso: Minas Novas sabe receber. Acho que, se posso ajudar alguém do Vale a levar benfeitoria para lá, para engrandecer Minas Novas, que, querendo ou não, é um filho daquela cidade que vai ter um cargo de destaque, por que não vou ajudar? Ajudaria o Sr. Felipe, como ajudaria qualquer outro de qualquer grupo político daquela cidade, que sempre soube me receber muito bem.

Muito obrigado.

O Deputado Márcio Kangussu\* - Deputado Alencar, sei que, mesmo V. Exa. não sendo do Vale do Jequitinhonha, ali teve votos e tem compromissos com aquele povo. Mas, complementando meu raciocínio, acho que o melhor, nesse momento, é a prudência. Serenidade, prudência e caldo de galinha nunca fizeram mal a ninguém.

Se existem essas dúvidas, espero, como pai de família, como homem do Vale do Jequitinhonha, que sejam sanadas favoravelmente ao José Felipe. Temos de ter um pouquinho mais de paciência, para nos informarmos melhor sobre essas denúncias, que podem muito bem ser de ordem política e pessoal. Após sanadas, votaremos com tranquilidade, com a consciência de estarmos cumprindo o nosso dever de forma correta, com compromisso, com verdade e com justiça; para isso fomos eleitos.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Líderes, Srs. Deputados, faço um apelo: que deixemos para votar essa indicação num momento mais oportuno, depois que todas essas dúvidas forem sanadas.

O Deputado João Leite - Obrigado, Deputado Márcio Kangussu; estou acompanhando o que V. Exa. está discutindo em relação ao parecer e o cuidado com que tratou dessa questão. Penso que temos de tratá-la dessa maneira, apesar de termos a Comissão apreciando a matéria. Mas vimos anteriormente que outros nomes que foram apreciados pela Comissão, referendados no Plenário da Assembléia, foram exonerados pelo Governador do Estado. Concordo com V. Exa. que temos de ter esse cuidado.

O próprio Deputado Durval Ângelo trouxe várias suspeitas sobre essa pessoa. Também tivemos a oportunidade, hoje, de ouvir alguns esclarecimentos sobre isso dos Deputados Márcio Cunha e Alencar da Silveira Júnior. Depois da discussão desse parecer, penso que teremos condição de votar. Mas creio que a linha adotada por V. Exa. é a ideal. Estou acompanhando as discussões para proferir o meu voto no momento oportuno. Muito obrigado pelo aparte e parabéns por seu pronunciamento, Deputado Márcio Kangussu.

O Deputado Márcio Kangussu\* - Existe uma coisa sobre a qual gostaria que refletíssemos. Grande parte dessas denúncias estão partindo de pessoas que ocupam cargos no Governo, o que é lamentável. Hoje mesmo, chegaram alguns "faxes" ao meu gabinete, que têm a marca da CODEVALE, para onde o Sr. Felipe está sendo indicado. Isso é lamentável. Acho que são esses procedimentos que precisam ser repudiados por este parlamento. Precisamos averiguar e ter os cuidados que estamos tendo, debater e esclarecer. É assim que chegaremos à verdade e à justiça.

O Deputado Márcio Cunha (em aparte)\* - Agradeço-lhe, Deputado Márcio Kangussu, pelo aparte. Quero reconhecer e enaltecer o seu sentimento como um conterrâneo, como alguém que nasceu no Vale e conhece as agruras e dificuldades daquela região. Aproveito para esclarecer, mais uma vez, que não sou votado em Minas Novas. O meu interesse nesse caso é buscar a verdade. Evidentemente, nós, como parlamentares, temos o dever de buscar as informações. Posso afirmar que é uma tempestade em copo d'água e, portanto, provável injustiça o que está sendo feito contra esse senhor, pelo que pude perceber.

Mas precisamos compreender que seu nome já está indicado há bastante tempo, já foi sabatinado por uma comissão, e, enquanto V. Exa. estava na tribuna, conversamos com alguns Deputados e soubemos que existe a idéia coletiva de que esgotemos a discussão desse assunto hoje, para que possamos votar amanhã. Acho que os Deputados que ainda tiverem dúvidas a esclarecer deveriam procurar informações como as que tenho, ou os que pensam que existe um dossiê ou alguma coisa contra ele tragam-me essa informação. Sou um homem extremamente justo e não quero, de forma alguma, cometer injustiça, da mesma maneira que não quero referendar alguém que não tenha condições éticas, morais ou competência para assumir aquela direção. Mas quero que comprovem as informações. Não adianta, meramente por disputa partidária, virem trazer notícias infundadas contra uma pessoa que, até prova em contrário, é sensata, é um homem de bem. Muito obrigado.

O Deputado Márcio Kangussu\* - Para concluir, acho perfeitamente viável o que o Deputado Márcio Cunha disse. Precisamos fazer uma profunda reflexão para dar nosso voto com justiça. De antemão, quero dizer que, se o nome de José Felipe for aprovado, o Vale do Jequitinhonha, Minas Novas, e principalmente, o Sr. Geraldo Coelho, Prefeito daquela cidade, ficarão muito felizes e honrados.

O Deputado Luiz Tadeu Leite\* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, gostaria de aproveitar o ensejo para solicitar a reflexão desta Casa para a indicação de um cidadão para ocupar um cargo. Quero comentar um pouco o que isso significa em Minas Gerais, neste momento. Tenho evitado abordar assuntos aqui, hoje e ontem, porque estava havendo um processo de obstrução por parte da Oposição. Quando vamos falar, acabamos por aumentar o tempo de obstrução. Mas tenho a impressão de que as pessoas que estão em casa acompanhando - se é que têm paciência de acompanhar nossos trabalhos o dia inteiro - devem estar se perguntando como esta Casa trabalha e se é com essas discussões intermináveis. Certamente quem está em casa não compreende o sentido de se conceder uma hora para discutir um projeto. Durante 60 minutos, discutimos o mesmo assunto para, logo em seguida, pedir a verificação do "quorum", a fim de, comprovada a falta de "quorum", pedir o encerramento da reunião.

Mas isso faz parte dos meandros do Legislativo, e também a discussão dessa indicação faz parte desse espetáculo que podemos acompanhar em casa.

A indicação do Diretor-Geral da CODEVALE é um grande trunfo para o Governo do Estado. Conhecemos a CODEVALE até folcloricamente, porque era um órgão chamado de "não acode nem vale", pois não tinha função específica. Muitas vezes, ocuparam diretorias daquele órgão pessoas que nem eram do vale do Jequitinhonha, pessoas totalmente divorciadas daquela realidade. E dessa vez o Governo procura, primeiro, três pessoas que são identificadas com o vale do Jequitinhonha. Os três Diretores indicados são radicados na região. São ex-Prefeitos, políticos, lideranças eminentemente do Jequitinhonha, que conhecem os problemas do vale e que já estão implantando projetos em benefício da região.

Ele foi sabatinado, já está trabalhando, e a sua indicação vem para esta Casa como um constrangimento, como se voltasse a ser julgado por fatos que ainda nem cometeu, porque está apenas há poucos meses à frente da CODEVALE. Conheço o indicado, ele foi Prefeito de Minas Novas. É o Sr. José Felipe Motta. Conheço-o há longo tempo, é companheiro de lutas políticas, embora eu não tenha também sido apoiado em Minas Novas. Mas fui apoiado em Turmalina e em Veredinha, que ficam próximas àquela região. Sei tratar-se de um cidadão, de um político que exerceu o seu papel, que realizou seu trabalho, que foi um bom Prefeito na sua cidade.

Mas esta Casa, toda vez que começa a discutir brigas políticas locais, perde a sua importância. O que está se discutindo aqui, hoje, na verdade, não é a indicação de um cidadão; se ele tem capacidade para dirigir a CODEVALE ou se ele tem perfil para tal. O que se está discutindo é o seguinte: adversários políticos locais que levantaram, levantam e vão levantar afirmativas, acusações contra o cidadão e acusações que nem conhecemos ainda, mas que são passadas de boca em boca. E isso é fruto de um debate local da cidade de Minas Novas. E estamos discutindo a indicação de um nome para um alto cargo de uma entidade que pode prestar grandes serviços ao vale do Jequitinhonha.

O Deputado Alberto Bejani (em aparte) - Obrigado, Deputado Luiz Tadeu Leite. Sou um eterno admirador de V. Exa., principalmente quando o vejo na tribuna, porque, em razão da sua experiência, vamos observando-o e captando coisas boas, e, na maioria das vezes, para não dizer em 100% delas, o senhor nos transmite isso.

Mas não ouvi bem e gostaria que o senhor repetisse, se possível. Parece que o senhor disse que o Dr. José Felipe Motta já está trabalhando?

O Deputado Luiz Tadeu Leite\* - Ele foi designado, e, pelo que sei, parece que a pessoa designada começa a atuar nas funções e aguarda ser sabatinada e referendada pela Assembléia. É assim que tem sido em relação a outras entidades. Não me consta que a pessoa fique parada por três ou quatro meses aguardando apenas a aprovação. Posso estar enganado, mas a impressão que tenho é que, tendo sido designado para a função, está atuando no órgão, querendo prestar serviço, querendo desempenhar a tarefa para a qual foi designado, aguardando a confirmação de seu nome pela Assembléia. Mas não sei se ele já está assinando oficialmente.

O Deputado Alberto Bejani (em aparte) - Pelo que entendo, e é muito pouco até, pelo primeiro ano que estou aqui, muito mais aprendendo que podendo ensinar, não haveria necessidade, então, de o nome do Dr. José Felipe Motta estar agora aqui para ser aprovado. Se ele já está trabalhando, o que estamos fazendo? Por que existe a indicação do Dr. José Felipe para a Diretoria-Geral da CODEVALE?

Gostaria que o senhor ou a Presidência pudesse clarear o assunto para todos nós, uma vez que não estou entendendo se é normal o Dr. José Felipe Motta já estar trabalhando antes de ser referendado por esta Casa. Muito obrigado.

O Deputado Luiz Tadeu Leite\* - Quería, apenas, dizer a V. Exa. e aos nobres pares que estamos acompanhando essa indicação com a maior atenção, porque é uma pessoa que conhecemos, tem bons planos, boas intenções. Na verdade, ele tem um problema com o Tribunal de Contas, que todos nós que passamos por Prefeituras temos, porque há uma exigência muito grande a certos itens, e o que existe é uma pendência que está sendo discutida judicialmente. Portanto, ainda está "sub judice" o assunto que o impediria de assumir uma função como essa. Agradeço a V. Exa. e estamos prontos para referendar o nome de uma pessoa que conhecemos e sabemos ser correta.

Sr. Presidente - A Presidência, antes de entrar na fase já anunciada, gostaria de dizer aos Srs. Deputados que, no decorrer da discussão, fez uma reunião com o PT, na sala ao lado, e repetirá as palavras pronunciadas por um Deputado que julgo bastante ponderado e que procura agir com justiça nesses momentos. Trata-se do Deputado Adelmo Carneiro Leão, que disse: "Se o indicado tem problemas, não podemos referendar a sua indicação; se não tem problemas, temos a obrigação de praticar justiça".

Percebemos um certo "zunzum" na Casa, fala-se que existe um dossiê, que não existe dossiê. A Presidência gostaria de, se for possível, não colocar o parecer em votação hoje, dando um prazo, até amanhã, para aqueles que tiverem alguma coisa a acrescentar. Dessa forma, não haveria dúvidas a respeito.

## 2ª Fase

O Sr. Presidente - Esgotado o prazo destinado a esta fase, passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte da reunião, com a discussão e votação da matéria constante na pauta.

### Questões de Ordem

O Deputado Carlos Pimenta - Entendo que a preocupação de V. Exa. é legítima. Mas entendo também que a Casa designou Comissão Especial para sabatar a pessoa que está sendo indicada para a CODEVALE. Temos um parecer de uma Comissão Especial. O processo está em discussão, continua em discussão amanhã, e se, no momento em que ele estava sendo sabatinado, não foi apresentado nenhum questionamento; se não foi apresentada nenhuma prova contra esse cidadão, com a devida vênia, fico com o relatório da Comissão Especial.

O Deputado Durval Ângelo - Dentro dessa visão de entendimento de V. Exa., solicito que a votação seja na parte da tarde, para que, na parte da manhã, as pessoas que têm dossiê façam-no circular entre os Deputados.

Gostaria de, a bem da verdade, registrar que este Deputado esteve lá, sabatinou, fez questionário e afirmou da existência do dossiê que levanta inúmeras irregularidades a respeito dessa pessoa. O PT não tinha nenhum membro na Comissão, mas este Deputado não se omitiu e lá esteve durante uma hora, conforme V. Exa. pode conferir nas atas da reunião, tendo sido o único parlamentar que fez esse questionamento.

### Discussão e Votação de Proposições

O Sr. Presidente - Vem à Mesa requerimento do Deputado Antônio Roberto, em que solicita seja mantida a preferência regimental na apreciação das matérias em pauta. Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Hely Tarquínio.

O Deputado Hely Tarquínio\* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, vamos analisar, aqui, o requerimento do ilustre Deputado Antônio Roberto, em que solicita, na forma regimental, que seja mantida a preferência regimental na apreciação das matérias em pauta. Entendemos que a disposição na ordem regimental existe em tese, porque existe, também, aqui, um jogo de argumentos, em que o Plenário é soberano. Nesse jogo de forças das inteligências e das espertezas com relação à interpretação do Regimento Interno, no julgamento da votação, no encaminhamento das matérias, não concordamos, em tese, com essa proposta. Muitas vezes há a necessidade do entendimento posterior com relação a algum projeto que precisa ser mais amadurecido, como aconteceu agora, nessa discussão, sendo que o ilustre Deputado Durval Ângelo já tinha em mente solicitar o adiamento da votação da indicação de um nome que está aí, na berlinda. Mas parece-me - fazendo aqui a apologia das palavras do ilustre Deputado Luiz Tadeu Leite, do ilustre Deputado Márcio Kangussu, que conhece a pessoa, que vive no vale do Jequitinhonha - que muitas vezes são apenas cogitações de ordem política, querendo-se impedir a aprovação de um nome aqui dentro. É lógico que este parlamento tem que ter a consciência e o tempo necessários para expressar sua consciência sobre o conhecimento dos fatos. Num primeiro momento, não temos nada contra a indicação do nome, que geralmente sabemos que tem uma história naquela região. É por isso mesmo, para termos mais tempo - o que chamamos de maturação das idéias, que podem ser debatidas e levantadas -, que não somos, num primeiro momento, pela aprovação desse requerimento, em que pese a nosso maior e profundo respeito ao ilustre colega de profissão e também no desempenho político de parlamentar, Antônio Roberto, figura tão expressiva dentro deste parlamento, cumprindo seu papel de representante do povo. Por isso mesmo, achamos que seria de bom juízo que, dentro do jogo, do desenrolar das votações, das discussões, dos encaminhamentos, dos requerimentos, não podemos, num primeiro momento, concordar com uma pauta rígida; não podemos estabelecer uma hierarquia rígida que venha prejudicar o resultado de um projeto que, talvez, possa apontar com mais justiça, com maior consciência e com maior clareza um resultado e não obedecer à pauta. Então, nosso encaminhamento é contrário a esse requerimento do Deputado Antônio Roberto.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Mauro Lobo.

O Deputado Mauro Lobo\* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, sem dúvida nenhuma, agora que - quem sabe? - estamos prestes a encerrar o período legislativo, não tivemos nenhum projeto que, como esse, nos levasse a tantos pronunciamentos, em decorrência de seu conteúdo e tramitação. Vejo, nesse requerimento do Deputado Antônio Roberto, a preocupação de se manter a preferência na apreciação das matérias em pauta, em defesa da não-postergação desse projeto. Somos favoráveis a uma tramitação de projeto nem rápida nem demorada. Ela deve ser a necessária para que o projeto possa ser bem avaliado, discutido e aperfeiçoado. Sendo assim, essa é a nossa preocupação, mesmo quando do recebimento de emendas que, obviamente, vêm punir o contribuinte, trazendo-lhe mais despesas.

Assistimos à movimentação para que fosse limitada, ou cerceada mesmo, a discussão do projeto, através do "requerimento-rolha", mas estamos aproveitando toda a oportunidade para chamar a atenção dos nossos pares, pois esta Casa tem de reavaliar sua posição. O que nos trouxe aqui como Deputados, com pouquíssimas exceções, não foi nenhuma liderança política, mas sim o nosso trabalho e o apoio recebido por nossas bases, perante as quais temos de nos justificar, pelos nossos atos e posições.

Já tive a oportunidade de falar que esta Casa deu muito apoio ao Governo. Por exemplo, aprovamos o projeto de negociação dos créditos da CEMIG e o de anistia, que trouxeram mais recursos para o Governo. Temos acompanhado a evolução da receita do Estado e seu crescimento e, ao mesmo tempo, a diminuição das despesas. Com isso, constatamos que as finanças de Minas tendem a apresentar um melhor desempenho do que o de meses atrás.

O próprio Governo está esperançoso, com a nomeação de 1.800 fiscais, em aumentar a arrecadação em 40% do ICMS. Esse é o caminho, cobrar de quem está sonhando. O Governo está certo. Tem de nomear fiscais e de realizar ações para incrementar essa receita do Estado. Mas essa receita era devida e não era recolhida. Mesmo com essa situação, insistiu, através de uma emenda, que já discutimos bastante aqui, de origem do Executivo, mas não teve coragem de apresentá-la. Utilizou um procedimento de uso dos Deputados, para apresentá-la, como se fosse uma emenda de origem clara do Legislativo. Todos sabemos que foi de origem do Executivo. Não importa ao Governo que o Legislativo, perante a opinião pública e o povo de Minas Gerais, saia tosqueado, desde que não seja o próprio Executivo. Esse jogo tem sido aceito pela Casa. Este é o momento de refletirmos e de termos um novo posicionamento: para quem é Situação, de colaborar com o Governo; e para quem é Oposição, de fazer uma oposição séria, sem ferir os altos interesses de Minas, mas preservando a autonomia, a independência e a grandeza do Poder Legislativo, não apenas atuando como um Poder subalterno e dependente do Executivo. Talvez, iniciando o próximo milênio, sejamos bafejados por outras forças e por outras energias que libertem o Legislativo e o tornem altivo e digno do povo de Minas.

### Questão de Ordem

O Deputado Mauro Lobo - Sr. Presidente, parece que não há "quorum" neste momento para votação. Pediria a V. Exa. que procedesse à recomposição de "quorum". Muito obrigado.

O Sr. Presidente - A Presidência vai determinar ao Sr. Secretário que proceda à chamada dos Deputados para a recomposição de "quorum". Com a palavra, o Sr. Secretário, para proceder à chamada dos Deputados.

O Sr. Secretário (Deputado Luiz Fernando Faria) - (- Faz a chamada.)

O Sr. Presidente (Deputado Anderson Adauto) - Responderam à chamada 47 Deputados. Há "quorum" para a votação das matérias em pauta. Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Paulo Piau.

O Deputado Paulo Piau - Sr. Presidente, Srs. Deputados, ocupamos esta tribuna para encaminhar o requerimento do Deputado Antônio Roberto, em que solicita seja mantida a preferência regimental na apreciação das matérias constantes na pauta. Seu requerimento coloca, em primeiro lugar, o Projeto de Lei nº 705/99, denominado "boeing 705". É uma manobra regimental dos Deputados que apóiam o Governo, para que não haja chance de a Oposição também fazer uma manobra regimental, invertendo a pauta e obstruindo o processo de votação.

Às vezes, o telespectador da TV Assembléia fica analisando esta Casa do lado de lá, pensando que há muita conversa, pouca informação, mas isso faz parte do jogo democrático, desse cabo-de-guerra, dessa disputa por espaço pelos princípios, pelas coisas em que se acredita, pelas pessoas em quem acreditamos. Portanto, o que acontece hoje, na Assembléia de Minas, acontece em qualquer parlamento do País e do mundo. O que estamos fazendo é uma obstrução tácita a um projeto com o qual não concordamos. É importante deixar bem claro que alguns Deputados vão votar contra esse projeto, porque está carregado com uma munição explosiva em cima do contribuinte. É claro que, além desses, temos a Bancada do PFL, que também se manifestou contrária, porque ele contraria os interesses de Minas.

É evidente que esse projeto vem socorrer as contas públicas do Governo do Estado. É importante que o Governo de Minas tenha dinheiro, mas deve haver uma racionalização no uso desses recursos. Todas as vezes que falta dinheiro no caixa, busca-se dinheiro no bolso do contribuinte. É exatamente isso o que propõe esse projeto. Além dos Deputados de outros partidos que vão votar contra, a Bancada do PSDB já se manifestou, em bloco, radicalmente contra o "boeing 705". O Deputado Miguel Martini, da Bancada do PSN, também vem prestando um grande trabalho a esta Casa, ou seja, vem ajudando os Deputados, com sua experiência, a entender o conteúdo de matérias mais complexas, matérias tributárias e financeiras; tem nos dado grande contribuição.

Portanto, em relação a esse requerimento do Deputado Antônio Roberto, pediríamos que os companheiros Deputados votassem contrariamente, para que, se houver necessidade, por uma questão de interesse dos Deputados ou da Mesa, pudéssemos alterar essa pauta. Por que não? Diríamos que o projeto do Líder Alberto Pinto Coelho, apelidado de "projeto-rolha", engessou-nos. O "rolhinha", como está sendo denominado, que é o requerimento do Deputado Antônio Roberto, vem nos engessar, exatamente com essa pauta que nos apresenta a direção da Casa.

Dessa forma, gostaríamos de transmitir a nossa preocupação, porque tudo indica que os parlamentares que dão sustentação ao Governo querem votar esse projeto, o "boeing 705", ainda nesta noite. Vão adotar todos os procedimentos. São agora 21h46min. Já foi anunciado que podemos ficar aqui até as 2 horas. Portanto, há uma vontade muito grande de encerrar essa votação hoje, exatamente porque é um projeto antipático, contraria os interesses da sociedade. Mas vamos, evidentemente, com a minoria absoluta, que somos a Oposição, tentar levar esse projeto, pelo menos, a uma votação para a frente, que seja amanhã, que seja depois de amanhã, porque há mais chance de toda a comunidade, de os mineiros absorverem o que está sendo imposto, tributado, seja os de classe menos abastada, seja os de classe média, seja os de classe alta, todos pagarão com o Projeto de Lei nº 705. De maneira que hoje é uma noite. Na noite, sempre temos galerias vazias. Contamos apenas com duas pessoas: uma pela esquerda e outra pela direita. A imprensa, evidentemente, está cumprindo o seu papel, fechando as suas matérias, ela, normalmente, não marca presença nesta Casa à noite; geralmente está aqui na parte da tarde, cumprindo o seu compromisso cívico de transmitir tudo o que acontece na Assembléia Legislativa. Portanto, seria de bom alvitre que deixássemos essa matéria para ser apreciada, para ser votada amanhã. Achamos, como uma forma de abertura, que a imprensa poderia transmitir para todos os mineiros, de todos os cantos e rincões de Minas Gerais, onde se encontra a nossa base eleitoral, poderia aqui apreciar e fazer o seu julgamento, a sua avaliação com a postura de cada cidadão.

No passado fomos rotulados de traidores do povo pelos sindicatos que estavam aqui presentes, os sindicatos que sempre marcaram posição nesta Casa, mas hoje viraram pelego, foram comprados por esse Governo. Estão nos IPSEMGs da vida, estão com o seu emprego garantido, viajando com passagem aérea paga pelo Governo para baixo e para cima, participando das mordomias do Governo. Evidentemente, a partir do momento que acharam a sua "boca", na linguagem popular, pararam de defender o povo. É interessante isso. Se fosse no ano passado, essa galeria, certamente estaria repleta, inclusive com a direção das lideranças sindicais. Hoje, estamos aqui, prestes talvez daqui a alguns minutos, a algumas horas, a votar um projeto de alto interesse para a comunidade mineira, e não vemos, realmente, ninguém nas galerias.

Talvez seja por despreparo nosso, por não termos, como Oposição, conseguido mobilizar os sindicatos e a população. Fato é que falta liderança, falta representação política, liderança política que defenda também os interesses do povo, não na democracia tida como representativa, porque nós os representamos, mas na democracia participativa, que é a que faz com que as coisas sejam evidenciadas; com que se possa defender as idéias e pressionar.

Portanto, pediria que votassem contrariamente ao requerimento do Deputado Antônio Roberto porque ele vai, mais uma vez, acelerar uma votação que não deveria ser apressada.

Termino minhas palavras, Sr. Presidente, dizendo que poderemos conhecer daqui a pouco as pessoas que trabalham contrariamente aos interesses do povo de Minas Gerais e favoráveis a uma minoria, a um grupo que hoje está comandando o Palácio da Liberdade. Muito obrigado.

O Sr. Presidente (Deputado Gil Pereira) - Para encaminhar, com a palavra, o Deputado João Leite.

O Deputado João Leite - Sr. Presidente, Srs. Deputados, imprensa, telespectadores da TV Assembléia, continuamos aqui, nós da Oposição, obstruindo a votação do "boeing 705". Esse projeto que, em princípio, criava 129 novas taxas. Houve um acerto, foram retiradas algumas taxas, entraram novas taxas e, por emenda, mais outras taxas foram recebidas. Fomos contra a criação dessas taxas que se unem a outros aumentos que teremos.

A população de Minas Gerais perceberá, infelizmente, a partir de janeiro, o aumento de 63% nas contas da CEMIG, anunciado hoje; o aumento na conta da COPASA e essas diversas taxas. Quando o cidadão ou a cidadã de Minas Gerais for pagar o seu IPVA, pagará praticamente 40% a mais.

Estamos num processo de obstrução, porque não concordamos com essas taxas. O PSDB, o PFL e o PSN, unimo-nos e não concordamos com essas taxas.

Não concordamos também com o encaminhamento que vem sendo dado às votações na Assembléia Legislativa. Já enfrentamos um "requerimento-rolha", que é o mais repudiado pelo parlamento. Ensinaram-nos alguns Deputados que esses requerimentos devem ser repudiados, porque eles impedem a manifestação da Minoria, da Oposição. Esses requerimentos calam a Oposição e não permitem que o parlamento possa ter um maior tempo para apreciar as matérias que são enviadas à Assembléia Legislativa. É isso que está acontecendo nesse momento.

Já tivemos o requerimento que impede a discussão, e agora temos o outro requerimento que solicita seja mantida a preferência na apreciação das matérias em pauta. Já tivemos uma rolha, agora temos um gesso para engessar totalmente a votação, para impedir que tenhamos a possibilidade de apreciar outro projeto e tenhamos tempo para uma maior análise do "boeing 705", esse saco de maldades que foi imposto ao cidadão de Minas Gerais.

Será muito triste quando, em janeiro ou fevereiro, a população começar a perceber os aumentos, quando perceber que terá que pagar 40% além do que já pagava, além das outras taxas referentes ao seu automóvel. E já tivemos a oportunidade de dizer que, além das diversas taxas que teremos, a área da saúde e a de agropecuária se juntarão às outras que já são cobradas para registro e vistoria de estabelecimentos, registro de produtos, alteração de razão social, inspeção sanitária e industrial e todas as outras que já existem e que são muitas, cobradas pela Tabela A. Teremos muitas outras novas taxas incidindo nessa tabela.

Mas não temos dúvidas de que, de um lado, o telespectador que está nos assistindo e, de outro, aqueles que são a maioria da população que necessita desses alimentos, terão, ao final, de comprá-los mais caros. É isso que está sendo colocado para votação, além da taxa sobre as padarias.

Acompanhamos a mensagem, muito firme, do Secretário da Fazenda, dizendo que precisa equilibrar essas contas. Ele diz que há um buraco nas contas do Governo e que o povo irá pagar por ele. E vemos com isso como o Poder Legislativo se enfraquece.



Quero até dizer, Deputado Márcio Cunha, que, ainda esta noite, quero estar outras vezes aqui, nesta tribuna, porque esse "boeing" nos reserva muitas surpresas. Por isso, quero convidar o telespectador para acompanhar esta sessão extraordinária da Assembléia, que deverá ir até a madrugada, porque temos outras coisas a relatar. Temos que mostrar como um povo sofre quando temos um Poder Legislativo que se dobra aos interesses e ao pensamento do Poder Executivo. Nós, que os representamos, é que deveríamos, neste momento, dizer "não" a essas taxas. Mas, infelizmente, vemos que o parlamento, que representa o povo, está pronto para dizer "sim" para essas taxas e queremos impedir isso.

Mas estarei novamente na tribuna. O meu tempo está-se esgotando, mas quero voltar à tribuna com o "quorum" que a Assembléia merece.

#### Questões de Ordem

O Deputado João Leite - Neste momento, Sr. Presidente, percebemos que não temos "quorum" para a votação desse requerimento. É preciso que tenhamos 39 Deputados em Plenário, e peço a V. Exa. que encerre, de plano, a reunião, porque, enquanto encaminhava a votação, tive a oportunidade de contar os Deputados, e não há número suficiente para votar esse "requerimento-gesso". Tivemos o "requerimento-rolha" e agora não temos "quorum" para votar o "requerimento-gesso".

O Sr. Presidente (Deputado Gil Pereira) - A Presidência informa ao Deputado que a chamada de recomposição de "quorum" que foi feita há poucos minutos constatou a presença 47 Deputados. Na verdade, exatamente agora se estão completando 13 horas consecutivas de reunião, e alguns Deputados estão cansados e estão lá dentro, mas há "quorum", sim, para a continuação da reunião.

O Deputado Miguel Martini - Sr. Presidente, pela ordem. O "quorum" é contado aqui no Plenário, não lá fora.

O Sr. Presidente - Há muitos Deputados reunidos nas comissões e outros já estão chegando ao Plenário neste momento.

O Deputado Miguel Martini - Mas o Deputado tem de estar em Plenário, o Regimento Interno é claro, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - A presença em comissão é computada para o "quorum" de votação em Plenário.

Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Miguel Martini.

O Deputado Miguel Martini - Sr. Presidente, subirei à tribuna, mas gostaria que houvesse "quorum" para continuarmos os trabalhos. Isso não pode ocorrer.

O Sr. Presidente - Garanto a V. Exa. que há "quorum". Acabou de ser feita uma chamada à qual responderam 47 Deputados. Se a Presidência verificar, de plano, que não há "quorum" para votação, será feita a chamada para recomposição de "quorum".

O Deputado Miguel Martini - Sr. Presidente, a chamada foi há 20 minutos, os Deputados já podem ter ido para casa. Farei o encaminhamento e, ao final, solicitarei a verificação.

O Sr. Presidente - Com a palavra, o Deputado Miguel Martini.

O Deputado Miguel Martini - Sr. Presidente e Srs. Deputados, ao final do encaminhamento, farei questão de que procedamos à verificação e quero a lista dos Deputados presentes. Esta Casa não pode seguir o Regimento Interno segundo as conveniências. O Regimento Interno prevê, para que o Plenário esteja em funcionamento, a presença de pelo menos 26 Deputados quando se trata de discussão. E, quando é o caso de encaminhamento de votação, tem de haver 39 Deputados. Estou contando aqui 29 Deputados apenas. Não podemos discutir, porque estamos encaminhando a votação, e tem de haver 39; o Regimento Interno ainda não mudou. A Deputada está equivocada, são 39 Deputados para encaminhamento em caso de votação. Mas, ao final, pediremos a verificação.

Estamos aqui com "rolha" em cima de "rolha". Esse requerimento a que estou encaminhando contrariamente é também chamado de "rolhinha". É uma rolha menor, porque impede que façamos inversão de pauta. É um artifício que a Oposição pode utilizar para abrir espaço para discussão.

Sabemos que esse projeto não está devidamente discutido. Quando pensamos que temos um certo conhecimento do projeto, vem mais uma emenda. Parece-me que estamos na Emenda nº 7, até a última contagem, porque outras podem ter sido apresentadas. A própria imprensa pergunta-nos se já vimos determinadas emendas, e tomamos conhecimento delas nesta hora, pois acabam de ser apresentadas. Queremos fazer uma discussão. A Oposição quer mostrar aos nobres pares desta Casa que é um erro do Governador Itamar Franco a aprovação desse projeto. Digo a vocês, mesmo aos que nos assistem pela televisão, que, se forem fazer um orçamento para execução de um planejamento de férias, de viagem, pensem que o seu orçamento será muito menor a partir de janeiro, porque temos não só essa quantidade imensa de taxas, mas temos, também, o aumento do IPVA: são R\$45,00 a mais que o Governador Itamar Franco quer tomar do cidadão mineiro. Para quê? Para segurança pública. Como o eleitor vai entender se já paga imposto para tudo, sendo-lhe cobrado compulsoriamente, pois se trata de imposto e tem de ser pago. Já foi criada uma taxa de segurança pública e ainda criarão mais R\$45,00 para atender à segurança pública. Não é possível. É inconstitucional porque se prevê que uma taxa existe em razão de um serviço objetivamente prestado, e o serviço de segurança pública já é prestado e não pode ser quantificado. Quando, digamos, chamamos o Corpo de Bombeiros, a partir dessa aprovação pagaremos R\$7,00. É um absurdo, mas podemos quantificar, pois é algo que podemos quantificar. Mas, quanto à segurança pública, nem fundo nem regulamento existem para isso. O que ocorrerá é que os recursos irão para o caixa único do Estado, mais uma vez. Acho que relativamente ao "leasing", que não tivemos tempo de discutir, caso tivéssemos oportunidade de ouvir os técnicos, os representantes, as pessoas envolvidas no caso, talvez achássemos que fosse interessante. Mas o que vemos? Uma hora, uma argumentação; outra hora, outra argumentação. E o nosso medo é o de que mais uma vez venha um peso sobre o contribuinte, sobre o cidadão mineiro. Mas, vejamos V. Exas., se aumentássemos, só com essa taxa do ICMS, que seria cobrada do "leasing", no caso de cobrar o VRG, o Estado arrecadaria, já que são uns 160 mil negócios de "leasing", aproximadamente R\$2.000.000.000,00. Se considerarmos uma média de 18 para carro novo e 12 para carro usado, totalizando 30, numa média de 15%, teremos R\$300.000.000,00 a mais para o Estado. O DPVAT é de R\$10,00 por carro. Temos uma frota de três milhões e meio de carros, o que daria R\$35.000.000,00. Já estamos em R\$335.000.000,00. Sr. Governador, não é suficiente? Tem que aumentar mais R\$45,00 por cada veículo para arrecadar R\$130.000.000,00 ou R\$140.000.000 a mais.

E não pára por aí, o Governo queria arrecadar mais, por intermédio dos telefones. Quem tem telefone iria pagar R\$2,50; se tiver Internet, há um aumento de 100%; se tiver TV a cabo, são mais 100%. Onde vai parar essa voracidade? Ele queria taxar bancos de sangue e de leite, asilos e creches. Não sei o que deu nesse Governador de uma hora para outra. E digo a V. Exas. que ele não precisaria acrescentar um centavo, bastaria apenas modificar o modelo do DETRAN de Minas Gerais, que a arrecadação passaria de quarenta e poucos milhões para R\$250.000.000,00, sem cobrar um centavo a mais. Ele pode até baixar as taxas, apenas evitando a sonegação, a corrupção e o desvio. O que o povo espera quando elege um governante? Que ele tenha criatividade para administrar, que é sempre lidar com a escassez, porque as necessidades são sempre ilimitadas e os recursos são limitados. Então, é preciso ter criatividade para evitar o desperdício, a corrupção e os desvios. Só com isso há uma economia substancial. Com esse projeto que apresentei, do selo de fiscalização, obrigando a haver transparência e que os atos praticados fossem devidamente arrecadados, deve aumentar em R\$80.000.000,00. Isso só com a transparência, pois a sonegação é da ordem de 60% a 70% dos atos cartoriais. Não precisamos matar nosso povo com taxas pesadas, mas sim encontrar maneiras de acabar com o escoadouro da corrupção e dos desvios. É isso que esperamos. Infelizmente, já tivemos um "rolha" e, agora, o "rolhinha", e vamos calando a Oposição. Mas a sociedade está atenta, tenho a certeza disso.

#### Questão de Ordem

O Deputado Paulo Piau - Sr. Presidente, pela ordem. Parece que há um entendimento em curso, pediria que a reunião fosse suspensa por 2 minutos, até chegarmos a um acordo.

#### Suspensão da Reunião

O Sr. Presidente - A Presidência suspende a reunião por 2 minutos para entendimentos entre as Lideranças. Estão suspensos os nossos trabalhos.

## Reabertura da Reunião

O Sr. Presidente - Estão reabertos os nossos trabalhos. Vem à mesa requerimento do Deputado Antônio Roberto, em que solicita a retirada do requerimento de sua autoria, que solicita a preferência regimental. A Presidência defere o requerimento de acordo com o inciso VIII do art. 232 do Regimento Interno.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 705/99, do Governador do Estado, que altera a Tabela A da Lei nº 6.763, de 26/12/75, que consolida a legislação tributária do Estado e dá outras providências. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno com as Emendas de nºs 1 a 5, que apresenta. O projeto teve sua discussão encerrada na 105ª Reunião Ordinária em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Alberto Pinto Coelho, em que solicitava o encerramento de sua discussão. No decorrer da discussão, foram apresentadas ao projeto duas emendas, uma de autoria do Deputado Eduardo Daladier, que recebeu o nº 6, e uma do Deputado Durval Ângelo, que recebeu o nº 7, e duas subemendas que receberam o nº 1, uma à Emenda nº 1, do Deputado Durval Ângelo, e outra à Emenda nº 5, do Deputado Alberto Pinto Coelho. Nos termos do § 4º do art. 189 do Regimento Interno, as emendas e as subemendas serão votadas independentemente de parecer.

- As Emendas nºs 6 e 7 e as Subemendas que receberam o nº 1 às Emendas nºs 1 e 5, lidas pelo Sr. Secretário, foram publicadas na edição de 17/12/99.

O Sr. Presidente - Vem à Mesa requerimentos do Deputado Rogério Correia, solicitando votação destacada do § 7º do art. 90 da Lei nº 6.763, de 1975, contido no art. 1º do Projeto de Lei nº 705/99; do Deputado Paulo Piau, solicitando votação destacada para os arts. 7º e 13; do Deputado Hely Tarquínio, solicitando votação destacada para o art. 5º e para a Emenda nº 6; do Deputado Luiz Fernando Faria, solicitando votação destacada para a Emenda nº 2; e do Deputado Miguel Martini, solicitando votação destacada para a Emenda nº 5. A Presidência defere os requerimentos, de conformidade com o inciso XVII do art. 232 do Regimento Interno. Vem à Mesa requerimento do Deputado Sebastião Costa, em que solicita o adiamento da votação do Projeto de Lei nº 705/99. Em votação, o requerimento. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 351/99, do Deputado Chico Rafael, que altera dispositivos da Lei nº 12.708, de 29/12/97, que instituiu o Micro Geraes e dá outras providências. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresentou. A Comissão de Turismo opinou pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça. A Comissão de Fiscalização Financeira perdeu prazo para emitir parecer. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Fiscalização Financeira, que opina pela aprovação do Substitutivo nº 2. Nos termos do inciso IV do art. 279 do Regimento Interno, terá preferência na votação o Substitutivo nº 2, apresentado pela Comissão de Fiscalização Financeira. Com a palavra, para encaminhar a votação do projeto, o Deputado Chico Rafael.

O Deputado Chico Rafael\* - São 5 minutos. Eu só queria dizer aos colegas Deputados que esse projeto agora em votação é fruto de um extenso trabalho realizado por vários Deputados, destacando-se os Deputados Antônio Júlio, Mauri Torres, meu amigo Olinto Godinho, do qual participamos juntamente com várias entidades representativas dos segmentos industrial e comercial do Estado. Conseguimos alguns avanços. A idéia era elevar o teto de classificação da microempresa e da empresa de pequeno porte. Inicialmente, a intenção era elevar o teto da microempresa para R\$120.000,00 e o da empresa de pequeno porte, para R\$1.200.000,00. Conseguimos um avanço, através do Secretário, que concordou que a microempresa ficasse no teto de R\$90.000,00. Há outros significativos avanços em favor das pequenas e das microempresas. Preocupa-me sobremaneira a questão do FUNDESI. Hoje, as microempresas recolhem R\$30,00 por mês a título de FUNDESI. Com a nova classificação, teremos um universo de mais ou menos 200 mil empresas recolhendo os R\$30,00, o que significa algo em torno de R\$60.000.000,00 por ano, que está indo para o caixa único do Governo. Acho que, no ano que vem, é necessário que nos debruçemos sobre essa questão, porque lamentavelmente esses recursos não estão sendo direcionados para as microempresas e para as empresas de pequeno porte, mas estão sendo utilizados pelo caixa do Tesouro para fazer frente as suas despesas. Infelizmente esses recursos não estão retornando para a economia mineira.

Outra questão que nos preocupa sobremaneira refere-se à classificação das empresas de pequeno porte. A Secretaria da Fazenda autorizou o destaque de ICMS das empresas de pequeno porte, somente no que diz respeito às indústrias. As empresas comerciais foram excluídas. Conforme entendimento entre o Líder do Governo, Deputado Alberto Pinto Coelho, Deputado Antônio Júlio e Deputado Mauri Torres, iremos elaborar um regulamento juntamente com o pessoal da Secretaria da Fazenda, na tentativa de dar condições aos pequenos atacados de destacarem esse ICMS na nota fiscal. Portanto, não é o ideal o projeto em favor das microempresas, mas é o que conseguimos conquistar. Nesse sentido, encaminho favoravelmente, a fim de que os colegas votem também favoravelmente a esse projeto.

O Sr. Presidente - Em votação, o Substitutivo nº 2, salvo emenda. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Com a aprovação do Substitutivo nº 2, ficam prejudicados o Substitutivo nº 1 e a Emenda nº 1. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 351/99 na forma do Substitutivo nº 2. À Comissão de Fiscalização Financeira.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 753/99, da Comissão de Fiscalização Financeira, que dispõe sobre o Conselho de Contribuintes do Estado de Minas Gerais e dá outras providências. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1 a 6, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 a 6, apresentadas pela Comissão de Justiça. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Vem à Mesa requerimento do Deputado Luiz Fernando Faria solicitando votação destacada para a Emenda nº 5. A Presidência defere o requerimento, de conformidade com o inciso XVII do art. 232 do Regimento Interno. Em votação, o projeto, salvo emendas e destaque. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Em votação, as Emendas nºs 1 a 6, que receberam parecer pela aprovação, salvo o destaque. Os Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Rejeitadas. Em votação, a Emenda nº 5, destacada. Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovada. Está, portanto aprovado, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 753/99 com a Emenda nº 5. À Comissão de Fiscalização Financeira.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 20/99, do Deputado Alencar da Silveira Júnior, que altera os arts. 7º e 21 da Lei Complementar nº 53, de 1º/12/99, que estabeleceu a composição da Região Metropolitana de Belo Horizonte e de seu Colar Metropolitano. A Comissão de Assuntos Municipais opina por sua aprovação na forma do vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A Presidência vai submeter a matéria à votação pelo processo nominal, nos termos do inciso I do art. 260, combinado com o art. 255, do Regimento Interno. Os Deputados que desejarem aprová-la registrarão "sim" e os que desejarem rejeitá-la registrarão "não". A fim de proceder à votação, a Presidência solicita aos Deputados que ocupem seus lugares. Em votação.

- Procede-se à votação por meio do painel eletrônico.

- Votaram "sim" os seguintes Deputados:

Adelmo Carneiro Leão - Agostinho Patrús - Agostinho Silveira - Ailton Vilela - Alberto Bejani - Alberto Pinto Coelho - Alencar Da Silveira Júnior - Ambrósio Pinto - Antônio Andrade - Antônio Roberto - Arlen Santiago - Bené Guedes - Bilac Pinto - Carlos Pimenta - Chico Rafael - Cristiano Canêdo - Dalmo Ribeiro Silva - Dimas Rodrigues - Dinis Pinheiro - Doutor Viana - Edson Rezende - Eduardo Brandão - Eduardo Daladier - Gil Pereira - Glycon Terra Pinto - Irani Barbosa - João Batista De Oliveira - João Leite - João Paulo - Jorge Eduardo De Oliveira - José Braga - José Henrique - Luiz Fernando Faria - Luiz Tadeu Leite - Márcio Cunha - Maria José Hauelsen - Mauro Lobo - Miguel Martini - Olinto Godinho - Paulo Pettersen - Paulo Piau - Rogério Correia - Sebastião Navarro Vieira.

O Sr. Presidente - Votaram "sim" 43 Deputados. Não houve voto contrário nem em branco. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei Complementar nº 20/99 na forma do vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

## Declarações de Voto

O Deputado Alencar da Silveira Júnior - Seria só para agradecer, Sr. Presidente, a sensibilidade desta Casa, dos companheiros Deputados. Foi um peso que tiro das minhas costas. Acho que é uma injustiça o que o Prefeito de Itabirito fez comigo, na última semana. Ele pagou matérias de jornais, colocou a opinião pública... Todos aqui são testemunhas de que sempre fiz o melhor e sempre solicitei o melhor para Itabirito. Todos nós, 77 Deputados, mais o Governo do Estado sabemos e entendemos que estar incluída na região metropolitana seria a melhor coisa para essa cidade. O povo verá que, no futuro, o Deputado majoritário dessa cidade sempre esteve com a razão e sempre pensou no melhor para a cidade. Muito obrigado a todos os companheiros.

O Deputado Irani Barbosa - Sr. Presidente, avaliando, depois de votado o projeto de lei, gostaria de perguntar a V. Exa. se é possível colocarmos o Município de Ipiá (...) também na Região Metropolitana de Belo Horizonte, que tem quase o Estado inteiro. Vamos ter de criar a região metropolitana da região metropolitana. O entorno de Belo Horizonte hoje está

com quase 40 municípios. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 301/99, do Deputado Pastor George, que estabelece condição para o comércio de bebida alcoólica no Estado. A Comissão de Defesa do Consumidor opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Em votação, o projeto. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 301/99 na forma do vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 302/99, do Deputado Sebastião Navarro Vieira, que dispõe sobre o reconhecimento de localidade como estância hidromineral. A Comissão de Turismo opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta, ao vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto, salvo emendas. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Em votação, a Emenda nº 1 que recebeu parecer pela aprovação. Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovada. Está, portanto, aprovado o Projeto de Lei nº 302/99 na forma do vencido em 1º turno com a Emenda nº 1. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 512/99, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que institui a Defensoria da Pessoa Idosa. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. À Comissão de Redação.

#### Declaração de Voto

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva - Quero mais uma vez agradecer a esta Casa a acolhida deste projeto. Quando o apresentamos, nós, sem dúvida alguma, nos lembramos das pessoas idosas. Tenho a certeza absoluta de que este projeto, hoje já aprovado por esta Casa, trará grande benefício a todas as pessoas idosas. Muito obrigado, meus caríssimos companheiros.

#### Discussão e Votação de Pareceres de Redação Final

- A seguir, são submetidos a discussão e votação e aprovados, cada um por sua vez, os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 373, 374 e 396/99. À sanção.

#### Encerramento

O Sr. Presidente - Esgotada a matéria em pauta, a Presidência encerra a reunião, convocando os Deputados para a reunião extraordinária de amanhã, dia 16, às 20 horas, nos termos do edital de convocação, e para a reunião ordinária, também de amanhã, às 14 horas, com a ordem do dia já anunciada, ficando desconvocada a reunião extraordinária de amanhã, às 9 horas. Levanta-se a reunião.

## \* - Sem revisão do orador.

#### ORDEM DO DIA

#### ORDEM DO DIA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA, EM 28/12/99

##### 1ª Parte

##### 1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

##### 2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

##### 2ª Parte (Ordem do Dia)

##### 1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

##### 2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Apreciação de pareceres de redação final.

Prosseguimento da votação do Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 705/99, do Governador do Estado, que altera a Tabela "A" da Lei nº 6.763, de 26/12/75, e dá outras providências.

## Votação do Parecer da Redação Final do Projeto de Lei nº 351/99, do Deputado Chico Rafael, que altera dispositivos da Lei nº 12.708, de 29/12/97, e dá outras providências.

## EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

#### Reuniões Extraordinárias da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reuniões extraordinárias da Assembléia para as 9 e as 20 horas do dia 28/12/99, destinadas à apreciação dos pareceres de redação final dos Projetos de Lei nºs 351/99, do Deputado Chico Rafael, e 705/99, do Governador do Estado, e à discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 27 de dezembro de 1999.

Anderson Aauto, Presidente.

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

#### Reunião Solene da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião solene de encerramento da 1ª Sessão Legislativa Extraordinária da Assembléia para o dia 28/12/99, a realizar-se logo após a apreciação dos pareceres de redação final constantes na ordem do dia.

Palácio da Inconfidência, 27 de dezembro de 1999.

## Anderson Aauto, Presidente.

### TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Parecer de Redação Final do Projeto de Lei Nº 582/99

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 582/99, do Governador do Estado, que dispõe sobre o Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG - para o quadriênio 2000-2003 e dá outras providências, foi aprovado em turno único, com as Emendas nºs 4 a 29 e 36 a 38 e as Subemendas nº 1 às Emendas nºs 1 e 2.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

### PROJETO DE LEI Nº 582/99

Dispõe sobre o Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG - para o quadriênio 2000-2003 e dá outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - O Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG - para o quadriênio 2000-2003 obedecerá às diretrizes, aos objetivos e às metas da administração estadual estabelecidos nesta lei e às políticas, às ações e aos programas definidos no Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado - PMDI -, conforme dispõe o art. 154 da Constituição do Estado.

Art. 2º - As diretrizes, os objetivos e as metas a que se refere o art. 1º são os especificados nos anexos desta lei, observada a seguinte estruturação:

I - Anexo I - Cenário Macroeconômico, Finanças Públicas e Diretrizes de Desenvolvimento;

II - Anexo II - Diagnóstico, Diretrizes, Objetivos e Metas Setoriais.

Art. 3º - As Leis de Diretrizes Orçamentárias para os exercícios de 2001, 2002 e 2003 especificarão as metas anuais da administração pública estadual, compatibilizadas, em nível de programa, com as estabelecidas no Anexo II desta lei.

Parágrafo único - Para o exercício de 2000, as metas são as discriminadas no Anexo II desta lei.

Art. 4º - Os valores previstos no PPAG são orçados segundo os preços correntes de 1999.

Parágrafo único - Os valores a que se refere o "caput" deste artigo serão reavaliados para os exercícios de 2001 a 2003, de acordo com os critérios que venham a ser estabelecidos nas respectivas Leis de Diretrizes Orçamentárias.

Art. 5º - O PPAG poderá sofrer revisões mediante leis específicas, para ser ajustado às circunstâncias emergentes no contexto social, econômico e financeiro, bem como ao processo gradativo de reestruturação do gasto público estadual.

Art. 6º - Os orçamentos anuais referentes ao quadriênio 2000 - 2003 não poderão conter despesas de capital ou outras delas decorrentes, ou despesas com programa de duração continuada que não estejam previstas no Anexo II desta lei.

Art. 7º - O Anexo IV, que contém as alterações que serão compatibilizadas pelo Poder Executivo no Anexo II, integra esta lei na forma de incisos.

Art. 8º - As demandas prioritizadas no Orçamento Participativo serão viabilizadas nos orçamentos anuais de 2001, 2002 e 2003.

Art. 9º - O Poder Executivo priorizará, na elaboração dos orçamentos anuais, as propostas aprovadas nos Seminários Legislativos Construindo a Política de Educação Pública em Minas Gerais e Desemprego e Direito ao Trabalho.

Art. 10 - Até 30 de janeiro de cada exercício, o Poder Executivo encaminhará à Assembléia Legislativa o detalhamento, em nível de projeto, dos programas sociais constantes neste Plano, que serão executados no decorrer do ano, destacando-se os recursos destinados ao financiamento das atividades-meio e das atividades-fim e os investimentos a serem realizados em cada programa, com seus respectivos órgãos executores, bem como os resultados quantitativos e qualitativos que pretendem alcançar, compatibilizando-os com os estabelecidos na lei do orçamento do mesmo exercício.

Parágrafo único - Consideram-se programas sociais, entre outros, para os fins desta lei, os destinados à melhoria quantitativa e qualitativa nas áreas de educação, saúde, segurança e geração de emprego.

Art. 11 - Da prestação de contas prevista no inciso XII do art. 90 da Constituição do Estado, constará demonstrativo dos programas sociais executados no decorrer de cada um dos exercícios a que se refere este Plano, destacando-se os recursos despendidos com atividades-fim e com atividades-meio e os investimentos realizados em nível de projeto, bem como os resultados qualitativos e quantitativos obtidos.

Art. 12 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 13 - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Comissões, 22 de dezembro de 1999.

Elmo Braz, Presidente - Antônio Júlio, relator - Marco Régis - Ailton Vilela.

#### Anexo IV

( a que se refere o art. 7º da Lei nº, de de de 1999)

#### Alterações a Serem Introduzidas no Anexo II

I - Inclua-se no setor Governadoria do Estado a empresa PRODEMGE, com o texto e os quadros a seguir apresentados:

Governadoria do Estado

PRODEMGE

Diagnóstico

A Companhia de Processamento de Dados do Estado de Minas Gerais - PRODEMGE -, segundo as premissas previstas para o Sistema Estadual de Informações - SEI -, tem orientado sua atuação em três pontos focais que buscam o cumprimento das estratégias do Governo do Estado:

- integrar todos os sistemas de informações da administração direta e indireta do Poder Executivo Estadual;
- racionalizar e otimizar os recursos de informática;
- criar informações confiáveis para a atuação operacional e gerencial do Estado.

Modernizar o Estado significa o emprego racional de tecnologias de informática por meio da integração das informações e unificação dos padrões de informatização e tratamento dos dados. No contexto de um Estado com as dimensões e a complexidade de Minas, os sistemas corporativos e a descentralização das informações são recursos imprescindíveis para o favorecimento da análise e a tomada de decisões para todos os níveis estratégicos de órgãos e entidades.

A qualidade dos serviços prestados aos cidadãos mineiros tem na informática um adepto importante, que permite eliminar das rotinas da administração pública problemas como pouca agilidade nos processos, carência de informações em tempo hábil, confiabilidade dos dados e trabalhos realizados com redundância por órgãos distintos do Estado.

A modernização tecnológica representa, além dos ganhos sociais, a garantia de reversão de situações nocivas, como prejuízo na arrecadação, dificuldade na tomada de decisões por falta de informações estratégicas, demora na obtenção de dados necessários para se administrar um contingente tão significativo de municípios.

A concretização de um novo modelo de atuação para a informática no Estado está intimamente ligada a investimentos em crescimento e desenvolvimento técnico e tecnológico do Estado, como forma de garantir o principal objetivo do Governo: possibilitar ao cidadão uma significativa melhoria na prestação dos serviços públicos nos aspectos de eficiência, agilidade, credibilidade, com forte redução no custo operacional da máquina do Estado, já que trabalhos de órgãos distintos não se sobreporão, havendo um perfeito intercâmbio entre essas entidades.

A PRODEMGE acredita que "a informática aproxima cada cidadão do serviço público e que um grande governo se faz da democratização das informações".

As tecnologias da informação para os anos 2000-2003 continuarão sendo baseadas na expansão da Internet, a rede mundial de computadores, e suas variações – Extranet e Intranet. Essas tecnologias, que já são capazes de disponibilizar, a qualquer momento, qualquer tipo de informação em locais com um mínimo de estrutura técnica (microcomputador ligado à rede telefônica), continuarão provocando mudanças políticas, econômicas, sociais e culturais.

A democratização de informações, o aumento da concorrência, a queda nos preços dos produtos e serviços, a redução dos intermediários que não agregam valor, a possibilidade de fusão entre grandes empresas, gerando megaempresas para domínio de mercados e redução de pessoal, as oportunidades mundiais nos negócios, o desemprego estrutural e a necessidade de treinamento constante e a criação de nova divisão social – os que têm acesso e os que não têm acesso às redes - e a necessidade de decisões rápidas em todos os níveis, baseadas em informações precisas e atualizadas, já fazem parte do momento atual.

A tendência é a de que esses fenômenos, já presentes na sociedade, se confirmem e se reforcem nos próximos quatro anos. Para enfrentar esses desafios, a administração pública deverá estar sintonizada com as novas exigências da sociedade, devendo adotar, desde já, diretrizes que garantam a qualidade de seus serviços.

Diretriz



Kit de software e hardware para gestão de informações (SEI) adquirido e instalado (kit)	20											20

PLANO PLURIANUAL DE AÇÃO GOVERNAMENTAL - 2000/2003

PROGRAMAS, OBJETIVOS E METAS POR REGIÃO

2001 / 2003

SETOR: PRODEMGE

Programas e Metas

Metas: Quantificação e Regionalização

	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	Total
Modernização e Integração da Informática no Estado											
Modernizar e racionalizar a Administração Pública Estadual, visando torná-la mais ágil e eficiente.											
Kit com roteador, switches, hubs adquirido e implantado (kit)											-
Conjunto de software e hardware para atualização da Rede de Comunicação de Dados adquirido e mantido (unidade)											-
Processador adquirido e ampliado (unidade)											-
Servidor para downsizing, laboratório e apoio ao desenvolvimento adquirido (unidade)	4										4
Sub-sistema para armazenamento de dados e imagens adquirido (unidade)	2										2
No-break adquirido (unidade)											-
Licença de software adquirido (unidade)	100										100
Estações de trabalho adquiridas e atualizadas (unidade)	75										75
Kit para acompanhamento do PSI instalado (kit)											-
Kit de software e hardware para gestão de informações (SEI) adquirido e instalado (kit)											-

PLANO PLURIANUAL DE AÇÃO GOVERNAMENTAL - 2000/2003

PREVISÃO DE APLICAÇÃO DE RECURSOS

2000

--	--	--	--	--	--	--

SETOR: PRODEMGE					
					R\$1.000,00
	Despesas Correntes			Despesas	
Programa	Pessoal e Encargos	Outros Custeios	Total	de Capital	Total
Modernização e Integração da Informática no Estado			-	7.839	7.839
Aporte de Capital			-	1	1
Total	-	-	-	7.840	7.840
PLANO PLURIANUAL DE AÇÃO GOVERNAMENTAL - 2000/2003					
PREVISÃO DE APLICAÇÃO DE RECURSOS					
2001/2003					
SETOR: PRODEMGE					
					R\$1.000,00
	Despesas Correntes			Despesas	
Programa	Pessoal e Encargos	Outros Custeios	Total	de Capital	Total
Modernização e Integração da Informática no Estado	-	-	-	4.487	4.487
Aporte de Capital	-	-	-	-	-
Total	-	-	-	4.487	4.487

II - Substituíam-se o texto e os quadros relativos ao setor Casa Civil e Comunicação Social pelo texto e pelos quadros a seguir apresentados:

#### Casa Civil e Comunicação Social

##### Diagnóstico

A Secretaria de Estado da Casa Civil e Comunicação Social - SECCS - vem-se definindo ao longo de sua história como formuladora e articuladora dos objetivos de governo acordados nos diferentes níveis de poder, para que sejam efetivamente alcançados segundo o modelo burocrático de cada tempo político.

Hoje, com a crise do Estado e o irrealismo da proposta neoliberal do Estado mínimo, o Governo, atento à necessidade de reconstruir Minas, quer fazê-lo com energia, pensando numa dimensão moderna, eficiente, voltada para o atendimento ao cidadão.

Neste momento político, a reforma do Estado significa melhorar não apenas a organização e o pessoal, mas também suas finanças e todo o sistema institucional e legal, permitindo uma relação harmoniosa e positiva com a sociedade civil.

Uma vez que a atual tecnologia oferece instrumentos eficientes de apoio à tomada de decisões, é necessário um projeto de informação e comunicação que permita a interligação e o redirecionamento estratégico dos diversos sistemas de informação existentes, de forma a incorporar os novos conceitos de gestão do aparelho do Estado.

O Departamento Estadual de Telecomunicações de Minas Gerais - DETEL-MG -, autarquia vinculada à SECCS, tem como objetivo básico a formulação, execução e fiscalização da política estadual de telecomunicações no que se refere à repetição e retransmissão de sinais de televisão, comunicação de dados, telefonia rural e radiodifusão sonora.

A atividade-fim do DETEL-MG possibilita ao Estado o cumprimento de importante ação social, pois beneficia as populações que se encontram isoladas, sem nenhum meio de comunicação. Atua em regiões em que as empresas privadas não têm interesse comercial em investir, por falta de retorno financeiro. Nestes locais, o DETEL-MG, obedecendo às diretrizes políticas estabelecidas pelo Governador do Estado, promove a implantação de postos telefônicos rurais e sistemas de retransmissão de sinais de televisão.



Outra atividade é o planejamento e a consultoria técnica ao sistema de telecomunicações do Estado. O DETEL é o órgão estadual competente para elaborar projetos e emitir laudos e pareceres técnicos para todos os órgãos e empresas da administração pública estadual. De acordo com a demanda, prevê-se a emissão de 300 documentos técnicos por ano, entre projetos e pareceres.

O principal problema para a plena execução de seus objetivos e o atendimento de todas as demandas é a carência de recursos financeiros para investir em obras. Para minimizar esta situação, a autarquia vem buscando recursos entre órgãos e entidades públicos e privados, mediante contratos e convênios de parceria.

A Loteria do Estado de Minas Gerais - LOTEMIG -, entidade autárquica vinculada à SECCS, tem como competência o planejamento, a coordenação, a execução e o controle do jogo lotérico explorado pelo Estado de Minas Gerais, cuja renda líquida é destinada a obras e serviços de assistência social, educativa, cultural e esportiva.

Outra autarquia vinculada à SECCS, a Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais vem desempenhando sua principal missão - a de editar e imprimir o jornal "Minas Gerais". Sua circulação, especialmente no âmbito da administração direta e indireta do Governo e, ainda, a confecção de impressos para os órgãos estaduais têm o objetivo de prestar serviços de mais alta qualidade ao setor público do Estado, a fim de que todos recebam, no menor prazo possível, as notícias e os atos oficiais.

Diante das dificuldades enfrentadas pelo Estado, a direção da Imprensa Oficial tem como diretriz a auto-suficiência financeira da autarquia. Para atender à demanda do Governo, estão programadas a expansão e o aperfeiçoamento do parque industrial da IOMG.

A Rádio Inconfidência, empresa vinculada à SECCS, tem por objetivo integrar todas as regiões do Estado na divulgação das ações do Governo, auxiliar na formação da cidadania por meio da democratização das informações e possibilitar a comunicação de forma institucional, de orientação social e de prestação de serviço à comunidade.

O diagnóstico setorial da empresa, que tem como indicadores a rapidez e exatidão na divulgação das informações, evolução tecnológica na radiodifusão e pesquisas indicativas de abrangência de audiência, propõe um gerenciamento de forma objetiva e participativa, para integrar as regiões do Estado, proporcionando à sociedade informações culturais, jornalísticas e esportivas.

A rápida evolução tecnológica na área de radiodifusão e o não-reaparelhamento dos equipamentos já obsoletos constitui um grande desafio para a emissora, que espera superá-lo por meio de recursos aportados por campanhas publicitárias institucionais de organismos governamentais e outros próprios, arrecadados na iniciativa privada.

As funções da Secretaria de Estado de Assuntos Municipais, com sua extinção, foram incorporadas pela SECCS. Assim, a Secretaria de Estado da Casa Civil e Comunicação Social procurará pôr em prática a política de fortalecimento dos municípios.

Um dos caminhos a seguir é promover um programa de cooperação técnica intergovernamental, por meio da capacitação e do fortalecimento do poder local. O novo pacto federativo resultante da Constituição de 1988 promoveu uma expressiva ampliação das competências da esfera municipal, embora as transferências de recursos financeiros não se tenham processado na mesma magnitude.

Uma das formas encontradas e em permanente implementação é o associativismo municipal nos moldes em que vinha sendo praticado pela SEAM, a qual tem, nas associações microrregionais, o mais consistente elo para a prática otimizada do planejamento e da articulação entre as três áreas de Governo (Federal, Estadual e Municipal), o que resulta em benefícios concretos para as comunidades mineiras, concomitantemente a uma ação de articulação justa e democrática.

A Comissão de Desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha - CODEVALE -, desde a sua criação, em 1964, vem buscando o desenvolvimento e o planejamento de ações que visam à melhoria da qualidade de vida da população do Vale do Jequitinhonha.

Em face das dificuldades financeiras que afetaram o repasse de recursos à autarquia, a sua finalidade precípua institucional se viu prejudicada. Apesar disso, merece destaque a execução do projeto Promoção do Artesanato do Vale do Jequitinhonha, por meio da aquisição de peças para revenda pela CODEVALE e realização de feiras e exposições de artesanato para divulgar e comercializar a arte popular, resultando no fortalecimento e na autonomia do artesanato como categoria produtiva e representativa da arte regional.

Tal ação foi resultado de uma reivindicação dos artesãos de se capacitarem para o autogerenciamento da atividade de comercialização de sua produção artesanal.

O Vale do Jequitinhonha sofre ciclicamente longas estiagens, que são notoriamente conhecidas. Essa carência generalizada de água representa forte obstáculo a seu desenvolvimento sócio-econômico, levando a população, em grande número de municípios, a uma situação de calamidade que espalha a miséria em várias direções. Essas estiagens flagelam sobremaneira a agricultura. Em certos casos, inviabiliza a atividade.

Visando minimizar os efeitos causados pelo fenômeno da seca, a CODEVALE propõe a distribuição de "kits" para irrigação e a construção de pequenos açudes.

As demandas educacionais oriundas do meio rural são as mais expressivas, uma vez que a população regional é intensamente concentrada aí. Uma maneira de minimizar e solucionar os problemas de cada área seria a celebração de convênios com as prefeituras, para a construção e a reforma de escolas, cabendo à CODEVALE a elaboração dos projetos técnicos, a liberação dos recursos e a fiscalização das obras.

#### Diretrizes

A SECCS, coordenadora do comando político-administrativo estadual, busca, no Projeto de Lei nº 399/99, uma reestruturação organizacional que melhore sua capacidade de informação e articulação, permitindo que as tomadas de decisões sejam mais corretas e que os serviços públicos, tanto os exclusivos, que funcionam diretamente sob seu comando, quanto os competitivos, que estão diretamente subordinados, operem com mais eficiência, a fim de garantir ao aparelho do Estado implementar leis e políticas públicas;

- promover e dar suporte técnico às prefeituras e às associações microrregionais, propiciando também ações que visem à articulação municipal;
- apoiar e fortalecer a política de desenvolvimento administrativo municipal;
- criar mecanismos de aperfeiçoamento dos recursos humanos que atuam nas administrações municipais;
- prestar assessoramento para a solução dos problemas municipais identificados, com vistas à municipalização das ações, tomando disponíveis alternativas tecnológicas apropriadas;
- orientar o desenvolvimento de trabalho de comunicação e mobilização comunitários, liderado por agentes locais;
- elaborar e implementar o planejamento das atividades da CODEVALE, procedendo à sua reestruturação administrativa, à capacitação e reciclagem de seus recursos humanos e à sua informatização em todas as unidades administrativas;
- elaborar, coordenar e executar os planos, os programas, os projetos e as atividades de aproveitamento dos recursos da região do Vale do Jequitinhonha, para buscar o seu desenvolvimento econômico e social.

## Objetivos

### Dimensão Institucional

- alterar sua estrutura organizacional em razão das diretrizes gerais do atual Governo de eliminar atividades onerosas, transferindo e incorporando ações segundo o princípio da efetividade, entendido como a capacidade de ver obedecidas e implementadas com segurança as decisões de governo;
- fornecer e compartilhar informações sobre a organização governamental e suas macroatribuições.

### Dimensão Gerencial

- uma administração gerencial com efetiva cooperação entre administradores e servidores, implementando a mudança da cultura burocrática rígida para a nova cultura de valorização do servidor;
- incrementar sistemas de informação com uso da informática, para melhorar os métodos de gestão, possibilitando práticas gerenciais modernas, com maiores recursos de articulação com o aparelho de Estado no Plano Setorial de Informatização - PSI -;
- estabelecer padrões de integração e de suporte tecnológico ao desenvolvimento de novos sistemas, mantendo e melhorando os atuais;
- coletar informações com métodos coerentes, sem duplicidade, processadas com segurança e eficiência, que possuam caráter gerencial disponível para toda a administração pública por vários meios de comunicação e publicidade, enfatizando sistemas de fácil acesso, como a Internet;
- atender os pedidos em carteira para instalação de 1.800 postos telefônicos rurais, distribuídos pelos 853 municípios mineiros, a instalação de 292 sistemas de retransmissão dos sinais da Rede Minas, o que completaria a cobertura de todo o território mineiro com os sinais da rede oficial de televisão. Há, ainda, dependendo da demanda, a possibilidade de se instalarem 300 sistemas para as redes de TV comerciais;
- aumentar a arrecadação da LOTEMIG por meio da criação de novas modalidades de jogos lotéricos e a dinamização da comercialização destes novos produtos;
- expandir e aperfeiçoar o parque industrial da IOMG, aliado a sistemas de informatização, treinamento e habilitação técnica dos profissionais de todas as áreas, ampliação da qualidade gráfica do jornal e implantação de métodos de gestão eficientes;
- gerenciar a execução dos projetos delegados à Secretaria e à CODEVALE, em especial, o PRÓ-COMUNIDADE, o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - Padem -, o Programa de Assistência Técnica às Escolas Rurais - Patap -, e o associativismo Municipal;
- apoiar os municípios e as associações microrregionais por meio de assistência jurídica e contábil, informações técnicas, elaboração de projetos técnicos e treinamento de pessoal;
- possibilitar às administrações municipais a solução dos principais problemas de saneamento ambiental, por meio da mobilização e integração das estruturas do Governo Estadual, sob a ótica do desenvolvimento sustentável;
- apoiar a criação, estimular o fortalecimento e a consolidação das associações microrregionais de municípios e prestar-lhes assistência técnica;
- propor programas, projetos e ações que visem à articulação e ao desenvolvimento integrado dos municípios mineiros por meio das associações microrregionais;
- apoiar os municípios na execução de obras de infra-estrutura urbana e rural mediante o repasse de recursos financeiros e subvenções;
- promover o aperfeiçoamento e a atualização técnica dos professores das escolas municipais rurais visando à redução dos índices de evasão e repetência nas referidas unidades de ensino;
- apoiar e promover entidades sociais e municípios, preferencialmente de até 30 mil habitantes, por meio de subvenções sociais, transferências e auxílios para despesas de capital;
- treinar servidores das administrações municipais e das associações microrregionais de municípios, a fim de melhorar o desempenho de suas atividades;
- orientar as administrações municipais na elaboração e na implementação de projetos que visem à disposição final de resíduos sólidos urbanos, objetivando a elevação do padrão sanitário e ambiental, bem como assessorá-las na aplicação de recursos financeiros destinados a ações de saneamento ambiental;
- apoiar e assessorar os municípios para que, por meio de legislação e ações próprias, definam o parcelamento, o uso e a ocupação do solo urbano de acordo com as condições e necessidades locais;
- negociar recursos nacionais ou estrangeiros para a realização de programas, projetos e atividades destinadas ao desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha e ao aproveitamento máximo do seu potencial;
- planejar e desenvolver ações que visem incentivar a produção artesanal do Vale e promover sua comercialização;
- promover a melhoria do nível de vida da população regional, mediante a elaboração, o incentivo e a coordenação de projetos de infra-estrutura, saneamento, melhoria habitacional, agricultura, transporte, comunicação, educação e saúde;
- prestar assessoria técnica às entidades e associações comunitárias existentes no Vale do Jequitinhonha, para a consecução de seus objetivos;
- acompanhar os projetos e as obras desenvolvidas por outras entidades públicas, certificando-se de que seus objetivos estão sendo cumpridos de forma adequada às condições e às necessidades da região do Jequitinhonha.









Artesão apoiado (artesão)											120		120
Associação de artesanato organizada (associação)											4		4
Peça de artesanato comprada (peça)											10.000		10.000
Peça de artesanato vendida (peça)											8.000		8.000
Evento de artesanato realizado(evento)											5		5
Projeto de Desenvol. Realizado(projeto)											9		9
Planejamento Urbano													
Fomentar o desenvolvimento urbano de municípios do estado, através do financiamento de projetos.													
Município com empréstimo contratado (município)		9	16	16	10	8	8	8	8		6	10	99
Empresa financiada (empresa)		1											1
Promoção, Produção e Difusão Cultural													
Apoiar, incentivar, realizar e divulgar atividades artísticas e culturais com vistas a democratizar o acesso da população aos bens culturais e a fortalecer o setor de produção cultural, realizar estudos e pesquisas sobre a produção artística e as manifest													
Programa. Cultural Educativo e Artístico Produzido (Programa)		120											120
Programa Jornalístico Realizado (Programa)		936											936
Prog. Cultural, Educ., e Artíst. Prod. e Apresentado (Programa)		1.324											1.324
Prog. Cultural Educativo e Artístico Veiculado (Programa)		988											988













Programa. Cultural Educativo e Artístico Produzido (Programa)		360	-	-	-	-	-	-	-	-	-	360
Programa Jornalístico Realizado (Programa)		2.999	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.999
Prog. Cultural, Educ., e Artist. Prod. e Apresentado (Programa)		4.240	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.240
Prog. Cultural Educativo e Artístico Veiculado (Programa)		3.163	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.163

PLANO PLURIANUAL DE AÇÃO GOVERNAMENTAL - 2000/2003

PREVISÃO DE APLICAÇÃO DE RECURSOS

2000					
SETOR: CASA CIVIL E COMUNICAÇÃO SOCIAL					
					R\$1.000,00
	Despesas Correntes			Despesas	
Programa	Pessoal e Encargos	Outros Custeios	Total	de Capital	Total
Apoio à Administração Pública	8.108	16.489	24.597	20.508	45.105
Obrigações Especiais	18.565	1	18.566		18.566
Implementação do Plano Setorial de Informatização		2.837	2.837	222	3.059
Supervisão e Coordenação Superior	1.567	1.228	2.795		2.795
Divulgação Oficial	624	10.009	10.633		10.633
Ação de Ouvidoria de Policia	71	90	161		161
Exploração de Loterias	525	25.102	25.627	1.270	26.897
Ouvidoria Ambiental	71	3	74		74
Produção de Serviços Gráficos	2.600	7.680	10.280	3.700	13.980
Comercialização Gráfica	510	35	545	20	565
Promoção de Telefonia Rural			-	500	500
Promoção da Radiodifusão	433	690	1.123		1.123

Planejamento e Consultoria Técnica ao Sistema de Telecomunicações	353	73	426		426
Adequação do Sistema de Radiodifusão	2.130	395	2.525	1	2.526
Promoção do Desenvolvimento Municipal	419	96	515	30.200	30.715
Planejamento Urbano			-	18.794	18.794
Promoção, Produção e Difusão Cultural	146	1.135	1.281		1.281
Radiodifusão	61	324	385	1.100	1.485
<b>Total</b>	<b>36.183</b>	<b>66.187</b>	<b>102.370</b>	<b>76.315</b>	<b>178.685</b>

PLANO PLURIANUAL DE AÇÃO GOVERNAMENTAL - 2000/2003					
PREVISÃO DE APLICAÇÃO DE RECURSOS					
2001/2003					
SETOR: CASA CIVIL E COMUNICAÇÃO SOCIAL					
					R\$1.000,00
	Despesas Correntes			Despesas	
Programa	Pessoal e Encargos	Outros Custeios	Total	de Capital	Total
Apoio à Administração Pública	26.438	64.265	90.703	9.783	100.486
Obrigações Especiais	53.023	3	53.026		53.026
Implementação do Plano Setorial de Informatização	1.624	3.962	5.586		5.586
Supervisão e Coordenação Superior	3.499	2.546	6.045		6.045
Divulgação Oficial	1.908	45.622	47.530	1.295	48.825
Ação de Ouvidoria de Policia	229	183	412		412
Exploração de Loterias	3.841	60.435	64.276	6.369	70.645
Ouvidoria Ambiental	683	41	724	20	744
Produção de Serviços Gráficos	5.865	15.398	21.263	7.925	29.188
Comercialização Gráfica	1.339	432	1.771	250	2.021
Promoção de Telefonia Rural	794	483	1.277	1.130	2.407
Promoção da Radiodifusão	2.577	1.248	3.825	453	4.278

Planejamento e Consultoria Técnica ao Sistema de Telecomunicações	2.577	1.248	3.825		3.825
Adequação do Sistema de Radiodifusão	3.825	1.248	5.073	-	5.073
Promoção do Desenvolvimento Municipal	1.334	288	1.622	90.600	92.222
Planejamento Urbano				56.382	56.382
Promoção, Produção e Difusão Cultural	467	3.736	4.203		4.203
Radiodifusão	197	1.082	1.279	3.641	4.920
<b>Total</b>	<b>110.219</b>	<b>202.220</b>	<b>312.439</b>	<b>177.848</b>	<b>490.287</b>

III - Suprima-se o setor Assuntos Municipais, com os textos e os quadros que o integram.

IV - Substitua-se, no setor Planejamento e Coordenação Geral, os quadros constantes nas páginas 150 a 153 pelos quadros a seguir apresentados:

PLANO PLURIANUAL DE AÇÃO GOVERNAMENTAL - 2000/2003					
PREVISÃO DE APLICAÇÃO DE RECURSOS					
2000					
SETOR: PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL					
					R\$1.000,00
	Despesas Correntes			Despesas	
Programa	Pessoal e Encargos	Outros Custeios	Total	de Capital	Total
Apoio à Administração Pública	4.251	4.736	8.987	555	9.542
Obrigações Especiais	10.786		10.786		10.786
Implementação do Plano Setorial de Informatização		414	414	1.766	2.180
Sistema Central de Planejamento e Orçamento do Estado	1.100	399	1.499		1.499
Negociação e Coordenação de Programas Especiais e Regionais	1.206	112	1.318		1.318
Programa de Desenvolvimento Metropolitano		4	4		4
Regionais Administrativas	355	3.600	3.955		3.955
Aporte de Capital			-	4.559	4.559

Estudos Econômicos e Sociais	1.168	353	1.521	9	1.530
Estudos Municipais e Metropolitanos	651	408	1.059	5	1.064
Estudos Administrativos e Consultoria Organizacional	558	164	722	26	748
Serviços de Estatística e Informações	1.146	1.135	2.281	25	2.306
Treinamento de Recursos Humanos	601	2.538	3.139	39	3.178
Estudos Históricos e Culturais	700	578	1.278	9	1.287
Apoio à Modernização da Estrutura Orgânica dos Municípios - SOMMA		8.000	8.000		8.000
Ajustes Setoriais para a Efetividade das Ações de Governo		150	150		150
Programa de Planejamento e Gestão		100	100		100
Programa de Fortalecimento da Infra-Estrutura Hídrica do Norte de Minas e do Vale do Jequitinhonha			-	4.096	4.096
Programa de Desenvolvimento Regional do Jaíba/Morro Solto - JAÍBA II		2.430	2.430	86.070	88.500
Programa de Desenvolvimento Integrado do Jaíba - JAÍBA I		500	500	5.501	6.001
Programa Piloto de Apoio à Reforma Agrária - PARATERRA		464	464	117	581
			-		-
Programa Estadual de Reforma Agrária		4.000	4.000	1.000	5.000
Saneamento Ambiental das Bacias dos Ribeirões Arrudas e Onça - PROSAM		71	71		71
Programa de Desenvolvimento Sustentável para as Bacias de Contribuição do Reservatório de Furnas		500	500		500
Conselho de Segurança Alimentar de Minas Gerais - CONSEA/MG		500	500		500
Programa de Desenvolvimento Auto Sustentável do Semi-Árido Mineiro		500	500	500	1.000
Programa Nova Fronteira Noroeste de MG		500	500		500
Programa de Desenvolvimento Regionalizado		2.000	2.000		2.000
Programa de Ação para o Desenvolvimento do Turismo em MG			-	1.000	1.000



Programa de Mobilização de Comunidades		100	100	3.366	3.466
Planejamento Urbano			-	1	1
Apoio à Modernização da Estrutura Orgânica dos Municípios - SOMMA			-	58.682	58.682
Programa de Desenvolvimento Regional do Jaiba			-	8.134	8.134
Programa Pró-Floresta			-	9.190	9.190
Contribuição a Entidades e Fundos			-	6.000	6.000
Recuperação de Bacias Hidrográficas			-	21.494	21.494
<b>Total</b>	<b>22.522</b>	<b>34.256</b>	<b>56.778</b>	<b>212.144</b>	<b>268.922</b>

PLANO PLURIANUAL DE AÇÃO GOVERNAMENTAL - 2000/2003

PREVISÃO DE APLICAÇÃO DE RECURSOS

2001/2003

SETOR: PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL					
					R\$1.000,00
	Despesas Correntes			Despesas	
Programa	Pessoal e Encargos	Outros Custeios	Total	de Capital	Total
Apoio à Administração Pública	13.710	14.208	27.918	1.665	29.583
Obrigações Especiais	34.785	-	34.785	-	34.785
Implementação do Plano Setorial de Informatização	-	744	744	4.800	5.544
Sistema Central de Planejamento e Orçamento do Estado	3.548	1.197	4.745	-	4.745
Negociação e Coordenação de Programas Especiais e Regionais	3.889	1.377	5.266	-	5.266
Programa de Desenvolvimento Metropolitano	-	12	12	-	12
Regionais Administrativas	1.145	10.800	11.945	-	11.945
Aporte de Capital	-	-	-	13.677	13.677
Estudos Econômicos e Sociais	3.767	1.059	4.826	27	4.853
Estudos Municipais e	2.099	1.224	3.323	15	3.338

Metropolitanos					
Estudos Administrativos e Consultoria Organizacional	1.800	492	2.292	78	2.370
Serviços de Estatística e Informações	3.696	3.405	7.101	75	7.176
Treinamento de Recursos Humanos	1.938	7.614	9.552	117	9.669
Estudos Históricos e Culturais	2.258	1.734	3.992	27	4.019
Apoio à Modernização da Estrutura Orgânica dos Municípios - SOMMA	-	24.000	24.000	-	24.000
Ajustes Setoriais para a Efetividade das Ações de Governo	-	450	450	-	450
Programa de Planejamento e Gestão	-	300	300	-	300
	-	-	-	-	-
Programa de Fortalecimento da Infra-Estrutura Hídrica do Norte de Minas e do Vale do Jequitinhonha	-	-	-	71.682	71.682
Programa de Desenvolvimento Regional do Jaíba/Morro Solto - JAIBA II	-	3.200	3.200	42.000	45.200
Programa de Desenvolvimento Integrado do Jaíba - JAIBA I	-	-	-	-	-
Programa Piloto de Apoio à Reforma Agrária - PARATERRA	-	-	-	-	-
Programa Estadual de Reforma Agrária	-	12.000	12.000	3.000	15.000
Saneamento Ambiental das Bacias dos Ribeirões Arrudas e Onça - PROSAM	-	213	213	-	213
Programa de Desenvolvimento Sustentável para as Bacias de Contribuição do Reservatório de Furnas	-	1.500	1.500	-	1.500
Conselho de Segurança Alimentar de Minas Gerais - CONSEA/MG	-	1.500	1.500	-	1.500
Programa de Desenvolvimento Auto Sustentável do Semi-Árido Mineiro	-	1.500	1.500	1.500	3.000
Programa Nova Fronteira Noroeste de MG	-	1.500	1.500	-	1.500
Programa de Desenvolvimento Regionalizado	-	6.000	6.000	-	6.000
Programa de Ação para o Desenvolvimento do Turismo em MG	-	-	-	3.000	3.000

Programa de Mobilização de Comunidades	-	300	300	10.098	10.398
Planejamento Urbano	-	-	-	3	3
Apoio à Modernização da Estrutura Orgânica dos Municípios - SOMMA	-	-	-	176.046	176.046
Programa de Desenvolvimento Regional do Jaíba	-	-	-	24.402	24.402
Programa Pró-Floresta	-	-	-	27.570	27.570
Contribuição a Entidades e Fundos	-	-	-	18.000	18.000
Recuperação de Bacias Hidrográficas	-	-	-	64.482	64.482
<b>Total</b>	<b>72.634</b>	<b>96.329</b>	<b>168.963</b>	<b>462.264</b>	<b>631.227</b>

V - Substitua-se o setor Recursos Humanos e Administração, constante nas páginas 169 a 179, pelo setor Recursos Humanos e Administração, na forma a seguir apresentada:

#### Recursos Humanos e Administração

##### Diagnóstico

A Secretaria de Estado de Recursos Humanos e Administração - SERHA -, voltada prioritariamente para a gestão de recursos humanos e administração e modernização dos sistemas de material, patrimônio, transportes e serviços no âmbito da administração pública do Poder Executivo, defrontou-se, nos últimos anos, com grave quadro de fragilização do aparato administrativo estatal.

As políticas implantadas ao longo de vários governos, especialmente as vigentes no último período, implicaram considerável prejuízo aos quadros do funcionalismo público estadual.

Desastrosamente, instituiu-se um quadro em que a demissão de servidores foi implantada como meta prioritária da reforma do Estado, e a sua efetivação feita por meio de cortes lineares nos quadros de pessoal, implicando evasão de servidores capacitados, sensível desvalorização das carreiras públicas, desmotivação funcional e insuficiência crescente no funcionamento da administração pública.

A instauração de uma cultura defensiva, de desvalorização do quadro funcional e de descrédito nas instituições, minou consideravelmente o desenho de projetos de desenvolvimento, a motivação, a inovação e a democratização nas organizações estaduais.

As ténues iniciativas direcionadas para a capacitação de recursos humanos foram efetivadas de modo compartimentado e divorciado de um planejamento consistente para o desenvolvimento de pessoal.

Verificaram-se a extinção de setores e o desmantelamento de áreas de grande interesse econômico, social ou institucional.

A situação de desequilíbrio da administração pública estadual precisa ser solucionada com medidas que em muito extrapolam a preocupação com a modernização da infra-estrutura e de equipamentos que balizou ações de modernização no Governo passado.

Essencial se faz o incremento da eficácia da administração pública pela integração das ações setoriais, a fim de evitar sobreposições de atribuições e o exercício de funções sem representatividade para o alcance de objetivos institucionais. Fundamental é também a racionalização de processos de trabalho para conseguir maior eficiência das organizações estaduais.

No entanto, o desenvolvimento de uma cultura que direcione a vida institucional para o aumento da eficácia, eficiência e maior transparência perante a sociedade demanda acordos claros, firmados com o funcionalismo estadual.

Somente por meio da demonstração de respeito do Governo pelo servidor público será possível resgatar o comprometimento, a motivação e o trabalho a favor dos interesses sociais da população de Minas Gerais.

##### Diretrizes

- Implementar políticas de valorização do servidor e direcionar esforços para a sua formação, capacitação profissional e educação continuada, para agilizar o processo decisório e melhorar a eficácia administrativa, proporcionando melhoria na qualidade dos serviços prestados;

- controlar e estudar as evoluções dos cargos e vencimentos da administração direta e indireta, elaborando planos de carreiras dos servidores públicos;

- gerir e executar as atividades relativas ao pagamento de pessoal e à previdência pública estadual, de forma a possibilitar ao Estado a reorganização de suas finanças, a recuperação da capacidade de investimento e a valorização do servidor público;

- promover, de maneira gradual, modulada e coordenada, a desconcentração e descentralização de atividades institucionais para diversas áreas geográficas do Estado, com o propósito de dar maior agilidade ao desenvolvimento dos processos e melhor adequação do desempenho de atribuições, em função das necessidades regionais;

- implementar trabalhos voltados à generalização, racionalização e padronização de sistemas, com vistas à maior eficiência no desenvolvimento de processos;









veículo realizado (veículo)											
Sistema Integrado de Administração Geral desenvolvido e implantado (sistema)	1										1
Sistema de Controle Imobiliário aperfeiçoado (sistema)	1										1
Implementação do Plano Setorial de Informatização											
Modernizar e racionalizar a Administração Pública Estadual, visando torná-la mais ágil e eficiente.											
Projeto executado (projeto)											-
Desenvolvimento de Recursos Humanos											
Desenvolver recursos humanos para permanente aprimoramento da sua atuação funcional.											
Servidor treinado (servidor público)	26.700										26.700

PLANO PLURIANUAL DE AÇÃO GOVERNAMENTAL - 2000/2003										
PREVISÃO DE APLICAÇÃO DE RECURSOS										
2000										
SETOR: RECURSOS HUMANOS E ADMINISTRAÇÃO										
								R\$1.000,00		
	Despesas Correntes			Despesas de Capital		Total		Índice		
Programa	Pessoal e Encargos	Outros Custeios	Total	de Capital		Total		Índice		1,0366
Apoio à Administração Pública	10.647	2.995	13.642			13.642				
Obrigações Especiais	39.876	1.000	40.876			40.876				





















Público Atendido (Pessoa)	#####	900	1050	750	675	725	675	750	750	750	1.208.075
Estudo/Pesquisa Realizado (Estudo/Pesquisa)	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	60
Ação de Difusão Cultural Realizada (Ação)	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	30
Produção Cinematográfica Financiada (Prod. Cinematográfica)	3										3
Espectáculo Produzido e Apresentado (Espectáculo)	240										240
Atividade de Extensão Cultural Realizada (Atividade)	450										450
Sessão de Cinema Realizada (Sessão)	2.160										2.160
Evento Realizado (Evento)	390										390
Espectáculo Realizado (Espectáculo)	960										960
Formação de Recursos Humanos para Área Cultural											
Ministrar cursos de formação cultural, visando dotar o setor dos recursos humanos necessários ao seu desenvolvimento e fortalecer o mercado de trabalho através da formação e do aperfeiçoamento de profissionais para a produção cultural											
Curso/Congêneres Realizado (Curso/Congêneres)	207	90	90	90	90	90	90	90	90	90	1.017
Aluno Formado (Aluno)	3.585	2700	2700	2700	2700	2700	2700	2700	2700	2700	27.885
Proteção e Preservação do Patrimônio Cultural											
Proteger, preservar restaurar e conservar o acervo cultural do Estado											
Processo de Tombamento Realizado (Processo)	8			4			6		3		21
Pesquisa Realizada (Pesquisa)	3		2						3	3	11
Assessoria e Consultoria Prestada (Assess./Consultoria)	65	7	20	5	6	12	9	4	5	4	137
Projeto	27	9	9	4	2	2	2	9	7	4	75

Elaborado/Aprovado (Projeto)												
Obra Executada/Acompanhada (Obra)	9	5	5	2	2	2		5	3	3	36	
Implementação do Plano Setorial de Informatização												
Modernizar e racionalizar a Administração Pública Estadual visando torná-la mais ágil e eficiente												
Projeto Executado (Projeto)												

PLANO PLURIANUAL DE AÇÃO GOVERNAMENTAL - 2000/2003					
PREVISÃO DE APLICAÇÃO DE RECURSOS					
2000					
SETOR: CULTURA					
					R\$1.000,00
	Despesas Correntes			Despesas	
Programa	Pessoal e Encargos	Outros Custeios	Total	de Capital	Total
Apoio à Administração Pública	3.044	3.893	6.937	107	7.044
Obrigações Especiais	3.899	-	3.899	-	3.899
Ação Arquivística	247	6	253	-	253
Ação Museológica	288	6	294	-	294
Ação Bibliotecária	885	41	926	-	926
Promoção, Produção e Difusão Literária	81	47	128	-	128
Promoção, Produção e Difusão Cultural	3.122	809	3.931	21	3.952
Formação de Recursos Humanos para Área Cultural	746	59	805	-	805
Proteção e Preservação do Patrimônio Cultural	739	140	880	-	880
Implementação de Plano Setorial de Informatização	-	112	112	63	175

Total	13.050	5.113	18.163	191	18.355
PLANO PLURIANUAL DE AÇÃO GOVERNAMENTAL - 2000/2003					
PREVISÃO DE APLICAÇÃO DE RECURSOS					
2001/2003					
SETOR: CULTURA					
					R\$1.000,00
	Despesas Correntes			Despesas	
Programa	Pessoal e Encargos	Outros Custeios	Total	de Capital	Total
Apoio à Administração Pública	9.817	14.271	24.088	811	24.899
Obrigações Especiais	12.574	-	12.574	-	12.574
Ação Arquivística	795	36	831	-	831
Ação Museológica	929	36	965	-	965
Ação Bibliotecária	2.853	150	3.003	-	3.003
Promoção, Produção e Difusão Literária	260	1.680	1.940	20	1.960
Promoção, Produção e Difusão Cultural	10.069	2.448	12.517	40	12.557
Formação de Recursos Humanos para Área Cultural	2.405	386	2.791	-	2.791
Proteção e Preservação do Patrimônio Cultural	2.384	273	2.657	450	3.107
Implementação de Plano Setorial de Informatização	-	336	336	-	336
Total	42.087	19.616	61.703	1.321	63.024

VII - Inclua-se o setor Turismo, com o texto e os quadros a seguir apresentados:

Turismo

Diagnóstico

A indústria de turismo é considerada a maior fonte de geração de empregos: em 1996, 265 milhões de trabalhadores em todo o mundo (1 em cada 9). No Brasil, os dados da World Travel and Tourism Council (compilados pela WEFA), de 1994, apontam que a atividade, direta ou indiretamente, responde pela manutenção de 5.800.000 postos de trabalho (1 em cada 11 trabalhadores). Este resultado, ainda incipiente, deveu-se, principalmente, ao do turismo doméstico, uma vez que, do total de 560 milhões de viagens internacionais realizadas naquele ano, o Brasil participou com apenas 0,4%.

Se se compararem custos de geração de empregos, nota-se que, enquanto o custo de geração de emprego na indústria de ponta é da ordem de US\$700.000,00, na indústria hoteleira é de US\$40.000,00, em bares e restaurantes US\$10.000,00 e nas atividades de artesanato US\$50,00.

A Associação Brasileira da Indústria de Hotéis - ABIH - afirma que os 10 mil meios de hospedagem existentes no País são responsáveis pela geração de 720 mil empregos, dos quais



política estadual de turismo												
Município Atendido (Município)	195											195
Emreendimento Cadastrado (Empreendimento)	120											120
Empreendimento Fiscalizado ((Empreendimento)	70											70
Evento Realizado (Evento)	3											3
Evento Participado (Evento)	10											10
Artesão Apoiado (Artesão)	180											180

PLANO PLURIANUAL DE AÇÃO GOVERNAMENTAL - 2000/2003

PREVISÃO DE APLICAÇÃO DE RECURSOS

2000					
SETOR: TURISMO					
					R\$1.000,00
	Despesas Correntes			Despesas	
Programa	Pessoal e Encargos	Outros Custeios	Total	de Capital	Total
Apoio à Administração Pública	938	523	1.460	25	1.485
Obrigações Especiais	1		1		1
Implementação do Plano Setorial de Informatização		39	39	127	166
Promoção do Desenvolvimento do Turismo	328	332	660	3	663
Total	1.267	894	2.160	155	2.315

PLANO PLURIANUAL DE AÇÃO GOVERNAMENTAL - 2000/2003

PREVISÃO DE APLICAÇÃO DE RECURSOS

2001 - 2003

SETOR: TURISMO					
					R\$1.000,00
	Despesas Correntes			Despesas	

Programa	Pessoal e Encargos	Outros Custeios	Total	de Capital	Total
Apoio à Administração Pública	3.023	1.569	4.592	74	4.666
Obrigações Especiais	3	-	3	-	3
Implementação do Plano Setorial de Informatização		117	117	381	498
Promoção do Desenvolvimento do Turismo	1.058	995	2.054	9	2.063
<b>Total</b>	<b>4.085</b>	<b>2.681</b>	<b>6.766</b>	<b>464</b>	<b>7.230</b>

VIII - Substitua-se o setor Indústria, Comércio e Turismo, constante nas páginas 413 a 426, pelo setor Indústria e Comércio, com o texto e os quadros a seguir apresentados:

#### Indústria e Comércio

##### Diagnóstico

Ocupando posição de destaque no cenário nacional por sua localização estratégica, extensão territorial, grande mercado produtor e consumidor por várias décadas, Minas Gerais vem-se esforçando para manter esta posição após a abertura da economia brasileira e o processo mundial de globalização nos últimos anos.

O ano de 1998 foi marcado por muitas incertezas e turbulências, e o quadro econômico ainda não está definido em 1999.

Ambiente macroeconômico: a desvalorização do real, os juros elevados, a inexistência de políticas setoriais e o desemprego são fatores que se destacam como empecilhos ao desenvolvimento social do Estado, que, mesmo assim, tem mantido suas conquistas e novos avanços realizados com o esforço e a persistência do empresariado, dos trabalhadores e do Governo de Minas.

Com uma População Economicamente Ativa - PEA - de 7.841.383 pessoas no Estado, a indústria absorve 19,89%; o setor de serviços, 52,64%; a agricultura, 27,47%. A renda "per capita" anual atinge US\$4.710,00, e, entre os Estados brasileiros, o Índice de Desenvolvimento Humano - IDH - alcança 0,823 (9º lugar).

Em sintonia com a política determinada pelo Governo, a Secretaria de Estado de Indústria, Comércio e Turismo busca construir uma plataforma de modernização e projeção da economia mineira visando incrementar a internacionalização das empresas, estimulando a maior participação do empresariado no comércio internacional e facilitando seu engajamento no processo exportador. A aproximação maior com o setor privado, em especial com as micro, pequenas e médias empresas, incrementa as exportações no estreitamento das relações de Minas com outros países por meio de contatos permanentes com representantes de órgãos internacionais. A adoção de políticas que possibilitem consolidar e atrair investimentos industriais compatíveis com a realidade de Minas Gerais, com suas potencialidades econômicas regionais, com o aproveitamento do potencial de florestas de eucalipto e pinus para o desenvolvimento da indústria madeireira e o incremento do pólo moveleiro, que hoje é o quarto do País.

Apesar dos fatores inibidores do crescimento econômico, a indústria mineira tem ensaiado alguma recuperação. O nível de emprego e a massa salarial, entretanto, demonstram retração de seus níveis, o que afeta o mercado de trabalho. Contra as dificuldades da economia e o comércio internacional, os empresários mineiros e o Governo vêm trabalhando na busca de melhores resultados, contribuindo, ainda, com a balança comercial brasileira na ordem de US\$3.500.000.000,00 em 1998. A participação setorial de Minas, em dados recentes, está assim distribuída:

##### Minas dentro do Brasil

Item	MG	Brasil	Participação MG/BR (%)
PIB-US\$ Bilhões	78,7	806,7	9,76
Participação Setorial (%)			
Agropecuária	15,67	7,62	-
Indústria	37,70	33,88	-
Serviços	46,63	58,50	-

Produção Setorial (US\$ Bilhões)			
Agropecuária	12,33	61,47	20,06
Indústria	29,67	273,31	10,86
Serviços	36,70	471,92	7,78
Comércio Exterior (US\$ Bilhões)			
Exportações	7,22	52,986	13,63
Importações	2,27	61,358	3,70

Fonte: Revista Mercado Comum - Ano VI – Número 113 – 1999

Brasil, Minas Gerais, Regiões e Estados Selecionados					
Crescimento da Produção Industrial					
Anual e Acumulada					
Regiões e Estados	Taxa de Crescimento (%)				
	1987	1993	1996	1998	Acumulada 1987/98
Brasil	0,9	7,5	1,7	-2,1	7,4
Minas Gerais	2,0	5,2	4,9	-4,1	20,4
São Paulo	-0,1	8,6	-1,3	-3,1	-0,2
Rio de Janeiro	0,0	3,4	4,2	7,2	10,0
Região Sul	1,2	10,9	2,1	-2,4	16,5
Região	3,7	-2,0	1,0	1,4	3,2









Sistema em Implantação (Sistema)		1										1
Ação de Interiorização das Atividades de Fomento à Indústria Realizada (Evento)									1			1
Promoção do Desenvolvimento do Turismo												
Coordenar e apoiar ações referentes ao desenvolvimento da política estadual de turismo												
Equipamento Adquirido (Equipamento)		2										2
Veículo Adquirido (Veículo)		1										1
Mobiliário Adquirido (Mobiliário)	20											20
Reforma Realizada (Reforma)		1										1
Promoção do Registro do Comércio												
Garantir, dar publicidade, autenticidade, segurança e eficácia aos atos jurídicos das empresas mercantis na forma da Lei												
Requerimento Atendido (Requerimento)	240.000											240.000
Apoio Creditício à Atividade Industrial												
Empresa Financiada (Empresa)		1.965	366	968	305	268	845	145	476	515	377	6.230

PLANO PLURIANUAL DE AÇÃO GOVERNAMENTAL - 2000/2003

PROGRAMAS, OBJETIVOS E METAS POR REGIÃO

2001 / 2003

SETOR: INDÚSTRIA E COMÉRCIO												
Programas e Metas	Metas: Quantificação e Regionalização											
	Estado	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	Total
Apoio à Administração Pública												
Desenvolver ações de caráter administrativo e financeiro, visando garantir o apoio dos recursos humanos, materiais, técnicos e institucionais à execução das ações de governo												
Equipamento Adquirido (Equipamento)	24	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	24
Obra Realizada (Obra)	15	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	15
Móvel e Equipamento Adquirido (Móvel/Equipamen to)	20	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	20
Veículo Adquirido (Veículo)	12	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	12
Promoção ao Desenvolvimento Industrial												
Promover o desenvolvimento industrial através de ações e programas que visem o aumento do PIB da indústria mineira												
Evento Realizado (Evento)		2	-	-	1	-	-	-	-	-	-	3
Central de Dados e Informações Criada (Sistema)		1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Ação de Interiorização das Atividades de Fomento à Indústria Realizada (Evento)		-	-	1	2	-	-	-	-	-	-	3
Estudo Realizado (Estudo)		2	-	1	1	-	-	-	-	-	-	4



de turismo												
Equipamento Adquirido (Equipamento)	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3
Reforma Realizada (Reforma)	49	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	49
Assessoria Prestada (Assessoria)	84	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	84
Projeto Aprovado (Projeto)	48.030	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	48.030
Promoção do Registro do Comércio												
Garantir, dar publicidade, autenticidade, segurança e eficácia aos atos jurídicos das empresas mercantis na forma da Lei												
Requerimento Atendido (Requerimento)	720.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	720.000
Apoio Creditício à Atividade Industrial												
Empresa Financiada (Empresa)		5.895	1.098	2.904	915	804	2.535	435	1.428	1.545	1.131	18.690

PLANO PLURIANUAL DE AÇÃO GOVERNAMENTAL - 2000/2003

PREVISÃO DE APLICAÇÃO DE RECURSOS

2000					
SETOR: INDÚSTRIA E COMÉRCIO					
					R\$1.000,00
	Despesas Correntes			Despesas	
Programa	Pessoal e Encargos	Outros Custeios	Total	de Capital	Total
Apoio à Administração Pública	1.896	1.997	3.893	235	4.128

Obrigações Especiais	2.744		2.744		2.744
Implementação do Plano Setorial de Informatização		139	139	95	234
Promoção ao Desenvolvimento Industrial	180	9	189	19.809	19.998
Promoção do Desenvolvimento Comercial e de Serviços	141	10	151		151
Promoção do Registro do Comércio	2.343	1.258	3.601	65	3.666
Apoio Creditício à Atividade Industrial		32.000	32.000	458.774	490.774
Contribuição a Entidades e Fundos				2.529	2.529
<b>Total</b>	<b>7.304</b>	<b>35.412</b>	<b>42.716</b>	<b>481.507</b>	<b>524.223</b>

PLANO PLURIANUAL DE AÇÃO GOVERNAMENTAL - 2000/2003

PREVISÃO DE APLICAÇÃO DE RECURSOS

2001/2003

SETOR: INDÚSTRIA E COMÉRCIO					
					R\$1.000,00
	Despesas Correntes			Despesas	
Programa	Pessoal e Encargos	Outros Custeios	Total	de Capital	Total
Apoio à Administração Pública	3.732	1.539	5.271	2.379	7.650
Obrigações Especiais	3.912		3.912	2.482	6.394
Implementação do Plano Setorial de Informatização		147	147		147
Promoção ao Desenvolvimento Industrial	649	135	784	71.955	72.739
Promoção do Desenvolvimento Comercial e de Serviços	516	151	667		667
Promoção do Desenvolvimento do Turismo				550	550

Promoção do Registro do Comércio	15.952	9.014	24.966	396	25.362
Apoio Creditício à Atividade Industrial		96.000	96.000	1.376.321	1.472.321
Contribuição a Entidades e Fundos				7.588	7.588
Total	24.761	106.986	131.747	1.461.672	1.593.419

IX - Acrescentem-se no setor Transportes, Obras Públicas e Saneamento as seguintes diretrizes:

- empreender gestões para resgatar o Planejamento Integrado dos Transportes na Região Metropolitana de Belo Horizonte, objetivando efetivar prioritariamente a integração do transporte sobre trilhos, visando a aumentar a capacidade do transporte de massa da Região Metropolitana de Belo Horizonte;

- redefinir, por meio de lei específica, o Sistema Estadual dos Transportes, visando a conferir autonomia à gestão do setor Transporte, capacitando-o para a promoção do desenvolvimento integrado dos diversos modais de transporte;

X - Nos Programas, Objetivos e Metas por Região, ano 2001-2003, setor de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Programa Estudos e Pesquisas Hidrológicas - Elaboração do Plano Diretor Supervisionado, procedam-se às seguintes alterações:

Onde se lê: "Região IV -

Região VII - 3

Região VIII - 3

Região IX - 3"; leia-se:

"Região II - 2

Região IV - 2

Região VII - 2

Região VIII - 2

Região IX - 2

## Região X - 2".

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

104ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Discursos Proferidos em 14/12/99

O Deputado Luiz Tadeu Leite - Sr. Presidente desta Casa Legislativa, Srs. Deputados, povo de Minas Gerais, que nos acompanha nas galerias e em suas casas, através da TV Assembléia, mais uma vez volto a esta tribuna do povo, em que desfilam os grandes assuntos de interesse do Estado, para dar prosseguimento à discussão de dois temas que motivaram muito, nos últimos meses, a nossa atuação, os quais queremos que norteiem o nosso trabalho nesta Casa.

Voltemos à questão da segurança e à do emprego. Segurança, porque já chegamos a um denominador comum quanto ao fato de que se tornou artigo essencial e aspecto importantíssimo da nossa sociedade a segurança em nossos lares, em nossas casas, em nossa cidade, em nosso Estado. Vemos que Minas Gerais, embora ainda não seja um Estado problemático no aspecto da segurança, como hoje já são o Rio e São Paulo, precisa criar condições, possibilidades e circunstâncias favoráveis, para que não tenhamos maiores problemas nessa área de segurança.

Ressalto que esta Casa, Sr. Presidente, Srs. Deputados, começou a dar a sua contribuição quando promoveu, semana passada, um seminário com o seguinte título: "A Segurança Que Temos, a Segurança Que Queremos". Nesse seminário, que tive a honra de coordenar, foram debatidos todos os aspectos da segurança do nosso Estado, já que tivemos uma presença maciça não só das autoridades relacionadas com a segurança - o Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública, o Sr. Comandante da Polícia Militar de Minas Gerais, a Sra. Secretária da Justiça e de Direitos Humanos -, como também de entidades que têm ligação direta ou indireta com a segurança em Belo Horizonte e em Minas Gerais.

Foi um debate profícuo, em que muitas sugestões foram trazidas à apreciação desta Casa. Nós, com grata satisfação, podemos também anunciar que chegou a ser sugerido, aqui, nesse ciclo de debates, a criação, nesta Casa, de uma comissão permanente de defesa social. Ao que nos consta, no passado existia essa comissão, que foi extinta por razão que não compreendemos. Ao que me parece, é uma comissão que pode cuidar mais de perto dos assuntos da segurança. Se esse ciclo de debates tiver como consequência o reconhecimento da necessidade da criação dessa comissão, já estará de bom tamanho o seu resultado.

Sabemos que, a partir desses primeiros debates, outros assuntos relacionados com a segurança deverão ser trazidos, para que esta Casa permaneça na vanguarda desse assunto. Pudemos perceber, pela fala das autoridades que aqui estiveram, que a segurança está sob controle em Minas Gerais, mas o aparelhamento da Polícia Civil e da Polícia Militar está muito aquém do mínimo necessário.

Não podemos deixar que, primeiramente, arrebem a porta para, depois, cuidarmos da fechadura. Temos que prevenir. Principalmente em segurança, prevenir é a única solução.



Aproveito o ensejo desse tema, Sr. Presidente, Srs. Deputados, para aplaudir os primeiros dias de atuação da nova Secretária da Justiça e de Direitos Humanos, a Dra. Ângela Pace. Todos sabem que ocupei essa função até o dia 17 do mês passado. Estávamos vivenciando uma Secretaria que talvez seja a mais complicada e difícil, a que signifique o maior desafio de Minas Gerais. Em nosso lugar, assumiu a Secretária Ângela Pace, e, nestas semanas em que está à frente daquela Secretaria, temos visto que tem, sem nenhum temor, dado prosseguimento ao nosso planejamento. Assumimos uma Secretaria, como é do conhecimento de todos, das mãos de ninguém, sem nenhuma estrutura montada, sem nenhum planejamento, e começamos do zero. O nosso plano foi executado, e as estratégias que estavam sendo levadas a efeito estão sendo executadas pela Secretária, em uma grande demonstração de seriedade e humildade. Ela está apenas dando prosseguimento a uma tarefa que vinha sendo feita. Na semana passada, participei do encerramento de um curso feito para os agentes penitenciários, que foi por nós projetado e realizado sob a égide da nova Secretária. Isso significa que as ações estavam em um bom caminho. Nesta Casa, temos que nos unir e levar com seriedade os assuntos afetos à Pasta da Justiça e de Direitos Humanos.

O Deputado Alberto Bejani (em aparte) - Deputado Luiz Tadeu Leite, quero aproveitar a oportunidade para registrar que já o conheço há algum tempo, pois tivemos a oportunidade de trabalhar juntos por um período. Não nego que admirei muito seu trabalho naquela ocasião, como ainda o admiro, como membro desta Casa. O senhor é um homem com experiência de Prefeitura e de Câmara dos Deputados e, sem dúvida nenhuma, estava plantando um trabalho muito sério na Secretaria da Justiça. Por isso, sou totalmente solidário a seu conhecimento e sei que, em sua modéstia, o senhor não coloca nem um décimo de tudo que foi feito para o bem da Secretaria da Justiça. Deixo minha posição: lamento, profundamente, que o Governador Itamar Franco não tenha deixado que o senhor pensasse um pouco mais antes de pedir demissão do cargo, para que Minas pudesse ter, em um futuro bem próximo, seriedade, tranqüilidade e, acima de tudo, ações concretas na Secretaria da Justiça. Ficam aqui o meu apoio, meu abraço e meus parabéns por seu trabalho, conhecimento e seriedade. Muito obrigado.

O Deputado Sargento Rodrigues (em aparte) - Deputado Luiz Tadeu Leite e demais companheiros desta Casa, gostaria de respaldar seu trabalho junto à Secretaria da Justiça, pois sabemos que é muito árduo, já que ninguém consegue construir presídios e cadeias da noite para o dia. Como V. Exa. já colocou muito bem desta tribuna, recursos existem, basta verificar a necessidade, que, quando é grande, eles aparecem. O senhor desenvolveu um bom trabalho naquela Secretaria, mas, infelizmente, não teve o tempo necessário para concretizar todos os seus projetos.

O senhor tocou no assunto da segurança pública. Estamos de sentinela nesta Casa e pedimos aos nobres pares que estejam atentos à questão, pois ela mexe com toda a sociedade não só de Minas Gerais, mas também de todo o Brasil. Em especial, queremos colocar que precisamos, de uma vez por todas, fazer com que as duas polícias estejam verdadeiramente integradas. Não da forma como já foi colocado por alguns representantes das polícias. Queremos um arquivo criminal de acesso comum, uma jurisdição entre a companhia e a delegacia e outros, para que a população saiba que, realmente, as duas polícias estão trabalhando diuturnamente, em conjunto, em nome da segurança pública. Precisamos abraçar essa causa, e tenho sempre cobrado isso da Presidência, pois as Polícias Militar e Civil do Estado ainda estão muito aquém dessa integração. Somente poderemos fazer frente ao crime quando as duas polícias estiverem em perfeita sintonia. Para tanto, gostaríamos de contar com o apoio dos demais pares desta Casa. Muito obrigado.

O Deputado Luiz Tadeu Leite - Agradeço as palavras de V. Exa. Finalizando, Sr. Presidente, gostaria de mencionar um acontecimento de grande importância para a região do Norte de Minas, especialmente para Montes Claros. Estou referindo-me a um trabalho que estávamos realizando há seis meses e que, felizmente, chegou ao fim, com bastante êxito: a vinda do grupo da Mitsubishi para o Brasil, por intermédio de Minas Gerais e de Montes Claros. A Mitsubishi Internacional comprou a fábrica Fugimor, em Montes Claros. Assim, começa a fabricar peças para veículos, significando um investimento de US\$20.000.000,00 e, aproximadamente, 1.200 empregos diretos em Montes Claros.

A meta da Mitsubishi é fabricar carros em Montes Claros. É uma grande e boa notícia de final de ano. Posso, até mesmo, dizer que a vinda da Mitsubishi para o Brasil será um presente de final de ano para Montes Claros, para o Norte de Minas. Esse trabalho contou com a participação efetiva do Governador Itamar Franco, do Vice-Governador Newton Cardoso, que deram todo o apoio necessário. O Banco Mitsubishi também está vindo para Minas Gerais, a fim de financiar obras de infra-estrutura na COPASA-MG da região Norte. Na semana passada, participamos desses entendimentos. Portanto, a Mitsubishi é o grande presente que podemos oferecer para Montes Claros e o Norte de Minas, pois trará mais impostos, mais serviços e mais empregos para o povo da nossa região.

O Deputado José Braga (em aparte) - Deputado Luiz Tadeu Leite, é com satisfação que estamos apartando V. Exa. Apesar de estarmos preocupados com o tempo, não queríamos perder o brilhantismo com que o senhor trata do assunto. Gostaria de parabenizá-lo pelo trabalho que realizou à frente daquela Secretaria, o que foi um orgulho para nós, mineiros.

Sabemos que uma das causas da falta de segurança pública não só em Minas Gerais, mas também em outros Estados é a fragilidade do sistema de segurança. Tínhamos a esperança de que Minas pudesse promover maior união entre as suas polícias, entre todos aqueles que são responsáveis pela segurança do Estado. No entanto, fico preocupado, porque, no Brasil, há uma superposição de encargos entre a União e os Estados, há sempre um atropelamento entre a Federação e os Estados, sob todos os pontos de vista. Segundo sua experiência, gostaria de saber como V. Exa. vê maior aproximação e melhor entrosamento entre os aparelhos de segurança do Estado, juntamente com o aparelho federal. Sabemos que a segurança não é só a repressão, existe uma causa muito mais profunda enfrentada pelo Brasil, que é de difícil solução. Assim, gostaria de saber o que pensa V. Exa. a respeito de um melhor entrosamento entre o Estado e a Federação.

O Deputado Luiz Tadeu Leite - Nobre Deputado José Braga, não só entre as duas polícias que fazem parte da estrutura da segurança do Estado, mas também na área federal, esse entrosamento é importantíssimo, porque Minas Gerais está numa situação estratégica, precisando da participação dos organismos federais, especialmente da Polícia Federal. O grande problema foi que o Brasil deixou muito a segurança na mão do Estado. A Polícia Federal, apesar dos esforços que têm sido feitos nos últimos meses pelo Sr. Agílio Monteiro - e é uma novidade a sua atuação -, na verdade, é uma polícia muito pequena, atua com um número diminuído de integrantes. Precisávamos de uma Polícia Federal mais efetiva, mais eficaz, a fim de atuar principalmente no ramo do tráfico de drogas. Nessa parte, é incrível como em Minas Gerais - que teria as melhores condições para se ver livre ou ver diminuída a gravidade do problema das drogas - tem sido tão crescente a presença das drogas. A Polícia Federal, sobretudo, tem um papel muito importante. Agora, com o Sr. Agílio à sua frente, temos a esperança de que melhorem muito os padrões da Polícia Federal em nosso Estado.

Quero concluir, Sr. Presidente, dizendo que esses primeiros dias na Casa estão sendo gratificantes e prazerosos para nós, que gostamos do parlamento e da atuação. Queremos estar prontos para juntos lutar em favor das grandes causas e dos grandes assuntos de Minas Gerais. Muito obrigado.

O Deputado Márcio Cunha - Sr. Presidente, Srs. Deputados, ilustres visitantes, venho a esta tribuna aproveitando o ensejo de fim de ano, um ano extremamente concorrido e atarefado para todos nós, Deputados, para mais uma vez, fazer desta tribuna um apelo aos órgãos do Estado, especialmente aqueles que tem a tarefa de proceder às obras reivindicadas por diversas comunidades, não só nesta Capital, mas por certo, em todo o interior.

Falo não apenas em meu nome, mas, com certeza, em nome de todos nós. Este ano foi extremamente difícil para a economia mineira e para o Governo do Estado. Todos acompanharam as dificuldades que o Governo do Estado enfrentou. A despeito de todo o prognóstico que tínhamos no início do ano, não sabíamos de que forma o Estado estaria em meados do ano, a partir de julho, agosto, setembro e até este mês. A despeito de tudo isso, podemos dizer que há uma contabilidade positiva no Estado de Minas Gerais e podemos constatar, com satisfação e alegria, que isso foi conseguido sem precisar cortar na própria carne, como muitas das vezes o Executivo é obrigado a fazer, ao demitir funcionários para enxugar a sua folha de pagamento. Sem recorrer a esse tipo de expediente, podemos dizer que estamos concluindo bem o ano de 1999.

Isso, sem dúvida, é um orgulho para nós, que fazemos parte do Governo Itamar Franco, o Governo do PMDB e dos partidos coligados. Temos o orgulho e a satisfação e, a despeito, insisto, de todas as dificuldades que enfrentamos, podemos dizer que há uma contabilidade positiva.

É bom lembrar também que esta Casa muito contribuiu para que o Governo do Estado pudesse acertar suas contas sem maiores dificuldades. Por isso, Sr. Presidente, quero agradecer a todos os Deputados desta Casa e aos companheiros da base do Governo, mas, sem dúvida alguma, agradeço também à Oposição nesta Casa. Ela contribuiu efetivamente para que o Governo tivesse uma situação melhor e mais positiva. Todos acompanharam os diversos projetos que tivemos condições de votar, e recorde-me do projeto de anistia que votamos e que pôde possibilitar um alívio no caixa do Governo e fez com que o Governo pudesse fechar este ano de uma forma melhor. Para o ano vindouro, Sr. Presidente, felizmente, as perspectivas são melhores. Não só os indicadores econômicos, de maneira geral, mas também - e especialmente - os indicadores econômicos de Minas, sem dúvida alguma, estão nessa direção. Temos a certeza de que o ano que vem será um ano melhor, com menos dificuldades do que o ano de 1999. E insisto, Sr. Presidente: isso é fruto de uma disposição, de um trabalho enorme desta Casa, que, juntamente com o Executivo, pôde propiciar essa disposição e essa situação.

Desejo também, Sr. Presidente, fazer algumas referências: estivemos neste final de semana na cidade de Diamantina, acompanhados pelo nosso Presidente, pelo nosso Governador, por diversos Secretários de Estado e pelo Ministro da Cultura, quando fomos distinguidos com a Medalha JK, eu e o Deputado João Batista de Oliveira, que, infelizmente, na última hora, foi acometido de uma febre e não pôde participar da solenidade.

Devo dizer, Sr. Presidente, que me honrou sobremaneira ser votado no Município de Diamantina e poder participar, como tantos companheiros aqui da Assembléia, do honroso título que elevou Diamantina à condição de patrimônio cultural da humanidade. Quero render as minhas homenagens, em primeiro lugar, aos Deputados que há bastante tempo trabalham por Diamantina, como é o caso de nossos companheiros Wanderley Ávila, João Batista de Oliveira e outros dessa região do vale do Jequitinhonha. Vejo aqui também o Deputado Márcio Kangussu, entre outros que também nessa região fazem política.

Sr. Presidente, foi extremamente emocionante o que vimos em Diamantina: um povo absolutamente feliz, um povo consciente desse reconhecimento que eleva a cidade à mesma situação de outras cidades do mundo, como Cairo e Atenas; de outras cidades mineiras e brasileiras, como Ouro Preto, Olinda e tantas outras. Isso, Sr. Presidente, é motivo de orgulho para todos nós, brasileiros, mas especialmente para nós, mineiros. O Município de Diamantina, teve um final de semana glorioso, que contou com a presença do nosso Governador e de inúmeras outras autoridades.

Quero também enaltecer o trabalho dos companheiros Márcio Kangussu e Wanderley Ávila, que apresentaram requerimento para que façamos uma reunião especial da Assembléia no Município de Diamantina, para que lá possamos, juntamente com os diamantinenses, dividir essa honraria e essa glória de ter uma cidade mineira, uma cidade brasileira, elevada ao título de Patrimônio Cultural da Humanidade.

Poderíamos nos lembrar de muita coisa de Diamantina, mas, especialmente, nenhum de nós, Deputados e políticos, pode deixar de sempre se lembrar, com carinho e como referência maior, do grande político brasileiro e mineiro que foi JK. Político que soube, sem dúvida alguma, dignificar essa cidade, que soube levar aos diversos rincões do País, e também fora dele, a imagem de uma Diamantina próspera, de uma Diamantina cultural, de uma Diamantina extremamente querida por nós, mineiros e brasileiros. Portanto, Sr. Presidente, vi-me na obrigação de relatar aqui para os companheiros a incontida alegria que tive nesse final de semana, ao participar das festividades em nossa cidade de Diamantina.

Gostaria de dizer que, sem dúvida alguma, sendo votado no Município de Diamantina e tendo lá recebido a Medalha JK, honestamente, naquele momento, pensei neste parlamento. Recebi aquela medalha não apenas em meu nome, mas em nome dos diversos companheiros desta Casa. E, mais uma vez, ao fazer aqui essas menções a Diamantina e a tudo aquilo que fizemos no decorrer do nosso mandato durante este ano, Sr. Presidente, não sei se terei outra oportunidade, já que estamos em um esforço concentrado para terminarmos nossos trabalhos até sexta-feira, mas gostaria de dizer do meu orgulho de participar desta legislatura, do meu orgulho de ser companheiro de S. Exas., que, sem dúvida alguma, dignificam não apenas o mandato de todos os companheiros desta Casa, como também o meu mandato. Transmito, portanto, minha alegria, minha satisfação e o meu humilde reconhecimento a V. Exas., que este ano produziram, trabalharam e escreveram, mais uma vez, importantes capítulos da história de Minas. Parabéns a esta legislatura e a cada companheiro. Em meu nome, em nome da minha esposa e dos meus filhos, um feliz Natal. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado Márcio Kangussu\* - Sr. Presidente, Srs. Deputados e Deputadas, senhores da imprensa, visitantes; subo a esta tribuna para tratar de dois assuntos. O primeiro é que hoje, no "grande jornal dos mineiros", "Estado de Minas", uma matéria assinada pela competente jornalista Patrícia Aranha deixa uma informação minha de que a Bancada do PPS não apóia o Deputado João Leite. Logicamente, longe de mim querer contestar a jornalista. Prefiro acreditar na minha dificuldade de transmitir meus pensamentos. Foi uma conversa por telefone celular e, às vezes, dependendo do lugar, temos dificuldade de entender o que está sendo dito.

Com esse fato, quero abrir uma discussão neste parlamento sobre a sucessão de Belo Horizonte. Alguns, menos desavisados, podem indagar por que um representante dos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri tem interesse na sucessão de Belo Horizonte. Tem e muito. Aqui vivem 900 mil pessoas originárias dos Vales do Jequitinhonha, do Mucuri e do Norte de Minas. Muitas delas com enormes dificuldades. Além disso, quase todos nós tivemos expressivos votos aqui, em Belo Horizonte. No meu primeiro mandato, tive perto de 2 mil votos, então sinto-me na obrigação de participar do processo eleitoral para Prefeito de Belo Horizonte. Além de tudo, Belo Horizonte é a síntese de Minas Gerais. Tudo que aqui acontece reflete no interior.

Mas vamos ao caso: a posição que a bancada discute em suas reuniões é de candidatura própria. Um partido que veio para renovar, tem candidato à Presidência da República, tem projetos e alternativas transformadoras para este País, tem uma bancada nesta Assembléia não pode, sem mais nem menos, vir a apoiar qualquer candidato de qualquer partido que seja ou, mesmo, e muito menos, o atual Prefeito.

Temos, no nosso quadro, pelo menos, três bons e grandes nomes para disputar a Prefeitura de Belo Horizonte. Em primeiro lugar, o nosso companheiro e competente Deputado Fábio Avelar, que aqui teve uma expressiva votação, tem a sua vida profissional e familiar ligada a Belo Horizonte e tem estudado todos os problemas sociais da Capital, no tocante, em especial, ao meio ambiente. Trata-se de um político jovem e encarna o socialismo democrático e plural. A bancada, por diversas vezes, tem discutido esse assunto, e gostaríamos de ver o Deputado Fábio Avelar disputando a Prefeitura de Belo Horizonte. Além dele, temos um nome histórico no PPS, o ex-Vereador e ex-Presidente da Câmara dos Vereadores Arutana Corbério, homem que tem uma vida de serviços prestados não só a Belo Horizonte, mas também a Minas Gerais. Temos, ainda, o Vice-Prefeito de Belo Horizonte, Marcos Sant'Anna.

Portanto, numa primeira etapa, não podemos nem admitir a discussão de apoiar outro nome. Até mesmo para que o partido cresça - e está crescendo - e se imponha no cenário político de Belo Horizonte e Minas Gerais, temos que ter candidatura própria. Mas isso não exclui composições.

Se tivermos de compor com um nome do quilate do Deputado João Leite, como disse o Presidente Nacional do PPS, Senador Roberto Freire, nada nos constrange, muito pelo contrário, honra-nos muito a companhia do ilustre Deputado, que tem pautado a sua vida pública pela ética e pelo compromisso sério com a coisa pública.

O Deputado Alberto Bejani (em aparte) - Quero aproveitar esta oportunidade, que, talvez, seja a última do ano, para deixar, de público, a felicidade do seu pronunciamento e dizer: quisera Deus se tivéssemos, no Brasil, 80% de homens como o Deputado João Leite. Com certeza, este País seria outro. O Deputado João Leite é um homem determinado, com coragem, com fé em Deus, é chefe de família, exemplo na Assembléia Legislativa, e nos dá orgulho estar ao seu lado e dizer, alto e bom som: João Leite é nosso irmão e é o homem em quem confiamos 100%. Parabéns, Deputado Márcio Kangussu, por estar fazendo esse pronunciamento. Que Deus ilumine a todos e traga para perto de João Leite o exemplo que temos no Brasil e não só em Minas. Obrigado, Deputado.

O Deputado Márcio Cunha (em aparte) - Ilustre Deputado Márcio Kangussu; em primeiro lugar, gostaria de agradecer a V. Exa. por conceder-me aparte. Vou ser breve.

Gostaria de abstrair de sua fala uma linha de raciocínio extremamente importante. Em primeiro lugar, quero revelar meu respeito e minha admiração pelo trabalho que faz nesta Casa, como Oposição ao nosso Governo, o colega João Leite, alguém que, realmente, tem cumprido o seu papel.

Nós, do PMDB, teremos o nosso candidato. Sem dúvida, nesse sentido, não nos encontramos, mas sim na tese da candidatura própria. Isso é de fundamental importância.

Na última eleição, fizemos um grande acordo com o PSB e elegemos o Prefeito Célio de Castro, pelo PSB, pelo PMDB e por todos aqueles partidos que, naquele momento, acharam importante Célio de Castro estar à frente da Prefeitura de Belo Horizonte. Mas é evidente que as coisas mudaram.

Portanto, nós, do PMDB, estamos conscientes de que precisamos ter candidatura própria, pela sua expressão, pelo seu valor, pelo seu trabalho. Na Câmara Municipal, seis Vereadores compõem a nossa valorosa bancada, e, portanto, não podemos nem vamos abrir mão de ter candidatura própria.

Nesse sentido, estamos somando. O partido de V. Exa. também compõe o Governo Célio de Castro, também tem expressão importante nele. Por isso, considero sua fala um encaminhamento importante.

Enfim, candidatura própria do PMDB, do PPS e de todos os partidos que consideram ser um avanço democrático participar de um processo de dois turnos. Mais uma vez, reafirmo: vamos ter candidatura própria já no primeiro turno. Muito obrigado.

O Deputado Fábio Avelar (em aparte) - Caro colega Deputado Márcio Kangussu; em primeiro lugar, gostaria de cumprimentá-lo pelo pronunciamento e dizer que também faço coro com suas palavras. Esse é um assunto que vem sendo muito debatido pela Bancada do PPS, e estou do seu lado, defendendo candidatura própria do PPS à Prefeitura de Belo Horizonte.

O PPS é um partido que tem crescido muito. Somente nos últimos meses, passamos de 120 cidades com diretórios organizados para quase 500 cidades. Somos um partido que já tem um virtual candidato à Presidência da República, com uma folha de serviços prestados à Nação, o ex-Ministro Ciro Gomes, que poderá ter também o seu candidato ao Governo do Estado de Minas Gerais. Assim, não entendo por que não lançar candidatura própria à Prefeitura de Belo Horizonte.

Queremos, fazer coro com suas palavras e agradecer a lembrança do meu nome para ser o candidato do PPS nesta Capital. Belo Horizonte é a cidade que me acolheu. Aqui constituí família, criei meus filhos, realizei-me profissionalmente. Como Deputado, sou um político novo. Esta é a primeira vez que ocupo um cargo público. Mas, se o partido entender e achar por bem, meu nome, certamente, estará à disposição. Sou um homem do partido, sou um soldado do partido. Aquilo que for resolvido, estarei acompanhando.

Gostaria também de cumprimentá-lo pela lembrança do nome do colega João Leite, que tem de sobra as características necessárias para exercer o cargo. Se for o caso, o PPS não pode esquecer seu nome para um possível entendimento.

Portanto, agradeço o aparte de V. Exa. e a lembrança de meu nome, o que muito me honrou. Obrigado.

O Deputado Márcio Kangussu\* - O Deputado Fábio Avelar foi preciso: o nome de João Leite significa, para nós, do PPS, um grande companheiro, porque tem se pautado como uma vanguarda, discordando, quando necessário, de seu partido e do Presidente da República neste Plenário e em todas as praças e palanques do País.

O Deputado João Leite (em aparte) - Obrigado, Deputado Márcio Kangussu. Agradeço a V. Exa. e aos outros Deputados que fizeram menção ao nosso nome. Reconheço a explicação que V. Exa. traz, agradeço o reconhecimento do PPS. Quero dizer que tenho uma delegação do PSDB, sendo seu Presidente Municipal, em Belo Horizonte, e o desejo de militância da base do partido é a busca da aliança. Foi com companheiros, com o ex-Ministro Ciro Gomes, que procuramos esse contato, com o Senador Roberto Freire, pessoas que muito respeitamos. Encontramos, na convenção do PPS, o Deputado Fábio Avelar e constatamos que idéias por ele defendidas também o eram por militantes do PSDB. Agradeço o carinho de V. Exa., esperando que o PPS e o PSDB, juntos, possam construir uma boa proposta para a maioria da população de Belo Horizonte. Muito obrigado, Deputado Márcio Kangussu.

O Deputado Márcio Kangussu\* - Gostaria, também, de desejar ao Presidente do Diretório Municipal do PSDB, Deputado João Leite, que sua Frente retome os compromissos com o desenvolvimento e a melhor qualidade de vida do País.

Para concluir, quero dizer que, junto com o Deputado Alberto Bejani, estamos apresentando um requerimento, pedindo congratulações da Casa pelo centenário de nascimento de um grande homem público, Último de Carvalho. Esse homem teve uma vida pautada pela ética, pelo compromisso e amor a Minas. Foram 45 anos de vida pública, e foi ele, junto com Benedito Valadares, que fizeram ver a Eurico Gaspar Dutra que Juscelino poderia ser Governador de Minas e Presidente da República, para orgulho de todos nós. Muito obrigado.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Amílcar Martins\* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, volto a fazer uso desta tribuna para falar sobre mais uma trapalhada de nosso Governador, que tantas coisas tem feito e de tantas e diferentes formas tem prejudicado os interesses do Estado e do povo de Minas Gerais.

Refiro-me hoje à história nebulosa, que envolve o nome do ex-Prefeito de Iturama, o Sr. Aelton José de Freitas, que exercia o cargo de Presidente da EMATER. Diante de gravíssimas denúncias, publicadas no "Estado de Minas" de 12/12/99, à página 41, em que um verdadeiro mar de lama e corrupção paira sobre a trajetória desse senhor como Prefeito de Iturama, no período de 1993 a 1996, ele rapidamente resolve sair de cena e já se encontra demitido do cargo de Presidente da EMATER.

Quero dizer a todos que as denúncias são públicas e graves. Somente nos seis meses de apuração do trabalho da CPI da Câmara Municipal de Iturama, já existem evidências gravíssimas de que esse senhor teria comandado uma quadrilha, promovendo desvios de recursos públicos superiores a R\$4.000.000,00. No entanto, parece que essas questões ficam sanadas e resolvidas com o simples ato de sua exoneração.

Sobre essa matéria, quero levantar as seguintes considerações: em primeiro lugar, a exoneração desse senhor não resolve os problemas denunciados nessa reportagem. São problemas graves, precisam ser apurados até o fim. Mas, antes de considerações dessa natureza, quero refletir junto com os senhores sobre o seguinte: o Governador Itamar Franco tem sido curiosamente elogiado, porque tem sido dito sobre ele que tem coragem de exonerar auxiliares que não merecem exercer cargos públicos em nosso Estado. Na verdade, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a pergunta e a reflexão que faço junto com os senhores é se, na verdade, o que deveria ter sido questionado é o porquê de um homem com essa trajetória, com essa folha corrida, com esse prontuário policial ter sido indicado e nomeado para dirigir um dos órgãos mais importantes da administração pública em Minas Gerais. Essa é a pergunta que deve ser feita. Esse senhor não deveria ter assumido esse cargo. Elogiar o Governador Itamar Franco por tê-lo exonerado é um equívoco grave. O que temos que dizer é que o Governador Itamar Franco, por ser um omissor, por ser um Governador não assumido, que não cuida dos interesses nem das questões referentes a Minas, não sabe o que está acontecendo no serviço público nem tem critério para escolher seus auxiliares. É isso que precisa ser dito à população.

Tem havido uma sucessão de exonerações, que surpreendem a todos nós, em vários órgãos e em diversos setores da administração pública. No entanto, isso não retira a responsabilidade do Governador Itamar Franco, que nomeou essas pessoas como sendo de sua confiança pessoal. Deveria ser mais criterioso na escolha de seus auxiliares e não posar de valente ou de bonzinho porque exonerou essas pessoas. Essa exoneração, na verdade, significa que existe um esforço para abafar o caso. Foi rapidamente exonerado para que não se mexa mais nisso. Existe um ditado popular que diz que, em certas coisas, quanto mais se mexe, mais fedem. É isso que tem que ser dito à opinião pública de Minas Gerais.

Em segundo lugar, quero dizer que isso tem que ter continuidade. Essas denúncias foram publicadas no jornal "Minas Gerais", é uma matéria assinada pela jornalista Alba Valéria, da sucursal Triângulo do "Estado de Minas". Essas denúncias têm que ser levadas até o fim e digo por quê. Isso interessa a todos nós, a toda a população de Minas Gerais e, de maneira particular, a dois homens públicos, por quem tenho apreço pessoal. Interessa, em primeiro lugar, ao Senador José Alencar. O Sr. Aelton José de Freitas é 1º-suplente de José Alencar, e a ele, Senador, interessa a apuração total e definitiva de todas as denúncias que pairam sobre esse cidadão, porque foi escolhido como candidato a suplente do Senador José Alencar nas últimas eleições.

Isso interessa, também, de maneira especial, a outro homem público que nos é muito próximo e, certamente, tem interesse pessoal na apuração dessas denúncias, que é, justamente, o Deputado Anderson Aduato, Presidente desta Casa. Digo a V. Exa. o por quê. Já havia recebido, no dia 25/9/99, uma carta, que tenho em mãos, fazendo essas denúncias que agora estão no "Estado de Minas". Tive o cuidado de não me basear em uma carta anônima para trazer a público essas denúncias, mas essa que recebi e está aqui, de um cidadão de Iturama, diz, em determinado trecho, dando um grito de socorro: "Chega de impunidades. Não deixe que uma pessoa desse nível continue na vida pública. Mostrem para a mídia quem ele é (afilhado político do Deputado Anderson Aduato)". Gostaria de dizer que aprendi a respeitar o Deputado Anderson Aduato em nosso convívio nesta Casa, mas essa denúncia está se tornando pública. Recebi, a partir dessa publicação, no domingo, um telefonema no meu gabinete, também anônimo, dizendo que há denúncias com relação a essas empresas em Uberaba, ou seja, as empresas que receberam dinheiro desse esquema de fraude armado por esse ex-Prefeito, Aelton José de Freitas; de que o endereço - prestem atenção, porque quero ser cuidadoso e respeitoso com o Presidente da Assembléia -, em Uberaba, dessas empresas que receberam esse dinheiro desse Sr. Aelton, da Prefeitura de Iturama, é do escritório político do Deputado Anderson Aduato. Das empresas CPA, CPO, COEM e outras, o endereço é esse.

Volto a dizer que não tenho dúvidas de que o Deputado Anderson Aduato é o principal interessado na apuração disso, porque saberá explicar definitivamente a todos nós, mineiros, que não tem nenhuma vinculação dessa natureza. Não me refiro a relações políticas e pessoais, mas não é possível que se aceite isso. A carta está aqui. Passarei a palavra a V. Exa. Junto com essa carta, tenho também - e isso para mim é surpresa - uma denúncia efetuada em um longo manifesto do PT de Iturama, falando sobre o esquema das fraudes utilizadas pela administração municipal, da gestão Aelton Freitas. Não sei por que o PT estadual não se interessou por essas denúncias feitas pelo PT de Iturama. Não sei se é porque o Deputado Durval Ângelo está lançando a candidatura do Governador Itamar Franco para Presidente da República. Talvez, por isso, essas denúncias do PT de Iturama não tenham sentido. Está aqui, e é do PT de Iturama a denúncia.

O Deputado Durval Ângelo - Um aparte, Deputado.

O Deputado Amílcar Martins - Portanto, para o bem de todos nós e para o interesse do povo de Minas Gerais, volto a dizer que a responsabilidade especial do Senador José Alencar e

do nosso Presidente, Deputado Anderson Aduato - a quem concederei aparte, na frente de V. Exa., se V. Exa. permite -, tem de ser apurada até o fim.

O Deputado Anderson Aduato (em aparte)\* - Deputado Amílcar Martins, responderei, não à carta anônima, porque deixou de ser anônima a partir do momento em que V. Exa. deu conhecimento dela, mas a V. Exa. Tenho a resposta a dar agora, não apenas ao senhor, mas também a todos os companheiros da Casa e a toda Minas Gerais.

Faço agora e logo depois apresentarei a documentação, porque esse assunto já é antigo no Triângulo.

Na verdade, no que diz respeito à minha pessoa, tenho ligação pessoal e política com o ex-Prefeito de Iturama, que me apoiou na eleição retrasada, não nesta. Ele foi o primeiro suplente do José Alencar. Acredito que, em nível de comunidade e pelo resultado das eleições, ele recebeu o julgamento lá, porque conseguiu dar ao José Alencar, que era o titular, mais votos que os que José Alencar teve em sua própria cidade natal. Então, é um reconhecimento. Ele teve, na condição de suplente de José Alencar, 84% dos votos da cidade.

Muito bem. Todos que ficam e estão na vida pública têm adversários. E o Aelton - não tenho dúvida de que é, hoje, a maior liderança da cidade - tem adversários também. Dentro desse contexto, V. Exa. disse muito bem que está interessado no que diz respeito a essa denúncia. O que tenho a dizer a V. Exa. - apresentarei, ainda hoje, os documentos devidos - é que montei um escritório político na cidade de Uberaba. Encontrei um imóvel que me interessava, que estava de acordo com o que eu queria. Não podia imaginar que esse aluguel - fiz um contrato de aluguel - pudesse dar tanto problema. Antes de ser o meu escritório, o imóvel era escritório de uma construtora. Vou demonstrar com papéis a V. Exa. que a construtora encerrou o contrato e, depois, eu entrei alugando o imóvel. Essa é a única relação que tenho com essa denúncia que V. Exa. está fazendo.

Quem fez isso foi um Vereador de Iturama, no momento em que se iniciou a CPI. Tive a preocupação de levar a ele, quando surgiu a primeira denúncia, o que realmente aconteceu, como faço, agora, com V. Exa. Falei com ele: "Vocês têm problemas políticos. Entendo, compreendo isso. Todos nós os temos, em nossas respectivas bases eleitorais. Em minha situação específica, aconteceu isso aqui". Mostrei tudo a ele. Fui à imobiliária, peguei o contrato de aluguel que a imobiliária tinha com a construtora. Mostrei a ele que, no dia tal, o contrato com a construtora foi encerrado e que, a partir de tal dia, fiz um contrato com a imobiliária. Mostrei a ele o contrato: "Está aqui o contrato que estou fazendo para o meu escritório político".

Então, sou sucessor de um contrato de aluguel apenas, num prédio que me interessava e me era conveniente. Estou trazendo essas explicações e espero ter um tratamento diferenciado do que tive por parte desse Vereador, que não se importou e não se interessou pelas minhas explicações, mesmo vendo toda a documentação que levei.

O Deputado Amílcar Martins\* - Agradeço o aparte do Deputado Anderson Aduato. Está confirmada a afirmação que fiz, dizendo que ele viria, porque era de seu interesse particular. Exatamente com esse intuito foi feito isso aqui, porque não é possível e não é do interesse dele nem de ninguém que parem dúvidas sobre esse tipo de matéria, que associa o nosso nome, o nome de cada um de nós a pessoas que não merecem exercer cargos públicos em nosso Estado.

Lamento não ter tido tempo para conceder aparte ao Deputado Durval Ângelo. Lembro a ele que está em minhas mãos essa peça do PT de Iturama, que havia mencionado em minha fala. É uma longa peça, em que se fazem essas denúncias que foram publicadas no "Estado de Minas" de domingo.

Termino o meu pronunciamento insistindo em que esse tipo de acontecimento, para o bem de Minas Gerais e para o bem da vida pública de Minas, tem que ser apurado. A simples renúncia e afastamento desse senhor da EMATER-MG não deve representar um fim ou um ponto final nessas questões que, volto a dizer, são acusações muito graves que devem ser apuradas e pairam sobre esse senhor.

É o que tinha a dizer. Muito obrigado.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Adelmo Carneiro Leão - Quero agradecer o tempo a mim concedido e dizer ao Deputado Amílcar Martins, inicialmente, que ele tem em mãos um documento do PT de Iturama, com uma série de encaminhamentos. O PT não responde apenas pelo diretório estadual, respondendo, também, pelos diretórios locais. Todas as medidas foram encaminhadas para a estrutura judiciária local, como é do conhecimento de V. Exa., por meio do documento. Por isso mesmo, creio estar dispensada qualquer ação do Diretório Regional do PT, já que todas as medidas judiciais, inclusive um documento relativo às irregularidades de Iturama, foram levantadas. Não vejo o PT como um partido que acoberte ou omita qualquer fato. Neste momento, Deputado Amílcar Martins, deveríamos, mais do que ser submetidos a qualquer questionamento, ser merecedores do elogio que V. Exa. não fez da tribuna.

O Deputado Durval Ângelo - Gostaria de complementar dizendo o seguinte: essa situação é surrealista demais. Quem assumiu a responsabilidade das denúncias foi o diretório local, que as encaminhou. Tanto isso é verdade, que, através dessas denúncias e desse jornal, o fato foi encaminhado ao Governador do Estado. Falar em omissão do PT nacional ou estadual é cegueira ideológica. Gostaria que o Deputado do PSDB apresentasse aqui o nome de um município em que o PSDB esteja fazendo uma CPI, denunciando ou realmente agindo. Essa é a forma correta.

Gostaria de dizer ainda que o Governador demonstrou de forma clara, sem deixar equívoco, que este é um Governo diferente do anterior, pois, nele, não basta a pessoa ser honesta na função, ela tem de ter também um passado de honestidade. O Governador tomou uma posição firme, importando-se com o passado dessa pessoa, e isso está fazendo a diferença em Minas Gerais. Nós nos orgulhamos por fazermos parte de um Governo que não tem convivência com a corrupção.

Gostaria de lembrar que houve uma CPI nesta Casa, Sr. Deputado, mais precisamente a CPI Carcerária, que foi presidida por um Deputado do PSDB e atuou de forma isenta e brilhante. Entretanto, todos os encaminhamentos que fizemos ao Governador não foram atendidos. Pedimos o afastamento de Delegados torturadores, mas eles foram promovidos. Pedimos correção das irregularidades na administração de alguns estabelecimentos penais, mas as pessoas continuaram em seus cargos até o final do Governo. Pedimos a apuração dos fatos, entretanto nada foi feito. Lembro que a Comissão concluiu seus trabalhos com unanimidade, o relatório não foi questionado em Plenário e foi aprovado unanimemente. Poderia citar muitos outros fatos, como a denúncia do VAF, que envolveu o Município de Contagem, administrado pelo PSDB, e a respeito da qual não se tomou nenhuma providência.

Este Governo está tomando a posição correta. O PT de Iturama está agindo dentro da autonomia que as direções nacional e estadual lhe garante. O documento e as denúncias que fizeram chegaram às mãos do Governador, que tomou as providências necessárias. E queremos dizer mais: ser PT é agir como ocorreu em Iturama - mesmo estando no Governo, cobramos a coerência dele. V. Exa. deveria ter usado a tribuna não para lamentar a respeito da omissão do PT, mas para elogiar. Mais uma vez, o Deputado Amílcar Martins confunde alhos com bugalhos e chama urubu de "meu louro". Na realidade, a postura do PT merece aplausos.

O Deputado Anderson Aduato\* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, está ficando muito clara a diferença entre o comportamento deste Governo e o de outros Governos que já passaram no período em que estive aqui, no que diz respeito a essas situações.

Mais uma vez, pela oportunidade de responder ao Deputado Amílcar Martins, gostaria de dizer o seguinte: o respeito que ele disse que tem pela Presidência, na minha avaliação de homem público, pelo comportamento que temos entre nós - e quero colocar-me na condição não de Presidente desta Casa, neste momento, mas na condição de um Deputado comum - faria com que um Deputado comum procurasse qualquer outro Deputado comum, fizesse uma visita ao Deputado ou se encontrasse com ele, como nos encontramos hoje e em dias passados neste Plenário, e diria: "Deputado Anderson Aduato, quero dar prosseguimento a um processo de denúncia no qual V. Exa. está envolvido". Eu teria, então, condições de, sabendo por ele em primeiro lugar, mostrar-lhe duas declarações devidamente autenticadas da mesma imobiliária que administra esse imóvel, que foi objeto da denúncia do Deputado. Diz a primeira (- Lê:)

"Prezado senhor. Em atendimento à solicitação de V. Sa., temos a informar que os locatários que antecederam V. Sa. no imóvel constituído pelas Salas 110, 112, 113 e 115, do Edifício Santa Tereza, localizado na Rua São Benedito, nº 52, foram os Srs. Gaspar Campos, brasileiro, casado, engenheiro civil, CIC nº 248.496.506-00, que locou as salas nºs 112, 113 e 115, no período de 19 de março de 1993 a 11 de maio de 1995, e Odo Adão Filho, brasileiro, casado, empresário, CIC nº 640.499.146-20, que locou a Sala nº 110, no período de 19 de março de 1993 a 11 de maio de 1995. Esperando ter atendido a sua solicitação, permanecemos à sua disposição sempre que se fizer necessário. Saudações. Pela ADMIL -

Imobiliária. Ana Maria T. Lourenço. Rua Santo Antônio, 52 - Centro - Uberaba."

Pois bem. A data é 22/7/97. Essa declaração foi autenticada no dia 6/8/97. Diz a outra declaração. (- Lê:)

"Declaração. Declaramos a quem possa interessar que as salas nºs 110, 112, 113 e 115, do Edifício Santa Tereza, localizado na Rua São Benedito, nº 52, nesta cidade de Uberaba, MG, estão locadas para o locatário Sr. Dr. Anderson Adauto Pereira, cujo contrato de locação teve início em 1º de junho de 1995, com vigência até a presente data. Uberaba, 22 de julho de 1997."

Acredito, se não fosse por uma motivação política, Sr. Deputado, V. Exa. me teria dado o conhecimento de uma denúncia que iria fazer do Plenário desta Assembléia Legislativa. E tendo conhecimento, eu iria falar sobre o assunto, como vou fazer neste momento e deixar que V. Exa. possa ter as declarações. Distribuirei cópias para toda a imprensa que está aqui, e V. Exa. teria concluído, pelo menos, de outra forma. Ou não as teria feito, acreditando que eu tinha as declarações que me isentavam; ou teria feito a denúncia dizendo que recebeu uma carta anônima, e V. Exa. entendia que a Presidência deste Poder tinha de ser mencionada, e quem mandou a carta anônima a V. Exa. não teve a coragem, mas V. Exa., cuja coragem conhecemos, teria para divulgar a carta anônima, colocando o nome do Presidente do Poder ou de um Deputado seu companheiro no meio, mas que, ao mesmo tempo, V. Exa. tinha recebido de mim declarações e iria dar as explicações devidas.

Não tive a oportunidade, e V. Exa. - tenho certeza -, se fosse um Deputado de mais de um mandato, teria feito isso, não com a Presidência do Poder, teria feito com qualquer Deputado companheiro e amigo, na condição que procuramos nos tratar sempre, se não tivesse motivação política, é óbvio.

Então, Sr. Presidente, quero agradecer e acredito que tive a oportunidade de fazer a defesa, de apresentar ao Deputado que fez a leitura de uma carta anônima na tribuna da Casa envolvendo a Presidência do Poder, deixando em suas mãos, duas declarações da imobiliária de minha cidade, sobre as salas. Se eu agisse como foi insinuado, não as teria alugado, seria dono das salas. Não precisaria alugar imóveis. Pelo meu comportamento de 13 anos de mandato, os bens que tenho são abertos e posso apresentá-los, a qualquer momento, a qualquer Deputado, a qualquer membro da imprensa ou a qualquer pessoa de Minas Gerais. Muito obrigado.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Antônio Andrade\* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, acredito que o cargo de Deputado nos dá poder e oportunidade de usar a tribuna, de fazer acusações e defesa do nosso Estado. Mas também nos imputa a responsabilidade de sermos criteriosos nas nossas acusações e não ser levianos. Devemos ter respeito com os nossos colegas Deputados e procurar o diálogo nas acusações que são feitas a membros desta Casa.

Vejo o que aqui foi feito, sem entrar no mérito da questão. As acusações que o Deputado Amilcar Martins faz neste momento, de forma muito leviana, ao Presidente desta Casa é de muita irresponsabilidade e desconsideração para com o nobre colega.

Quero dizer que o Governo Itamar Franco tem a coragem de apurar e mandar apurar qualquer ato e qualquer denúncia a qualquer membro de seu Governo. Mesmo que ainda não seja julgada qualquer sentença, ele procura ter um governo acima de qualquer suspeita.

Isso não aconteceu com o Governo passado, do qual o nobre Deputado Amilcar Martins fez parte, como Secretário. E posso citar como exemplo a minha região, quando da nomeação dos administradores regionais. O da minha região - Noroeste mineiro -, afilhado político do Governador Eduardo Azeredo, tinha processos na Polícia Federal, os quais levei ao conhecimento do Governador, não um processo, mas vários; esse mesmo Governador teve conhecimento e fez a nomeação do Administrador Regional do Noroeste de Minas e o apoiou na sua candidatura a Deputado Estadual.

Então, o comportamento que o Deputado Amilcar Martins tem nesta Casa, acusando um colega seu sem procurar ter um contato com esse colega, para saber da verdade, é um comportamento contrário do Governo passado, do qual ele fez parte e nomeou, depois de tomar conhecimento, um funcionário que tinha processos na Polícia Federal.

Quero dizer, Sr. Deputado, que este Governo está procurando mudar a página, e aquilo que estiver errado vai ser apurado, mesmo que para isso vários companheiros políticos tenham que mostrar a sua inocência.

Isso não aconteceu no Governo passado, do qual V. Exa. fez parte.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Alencar da Silveira Júnior - Sr. Presidente, sou favorável ao parecer. No entanto, gostaria de lembrar também que todos os Deputados recebem diariamente denúncias anônimas.

Acompanhamos a denúncia feita pelo Deputado Amilcar Martins. Lembro a esta Casa e a todos os companheiros que, ao ser lida e tornada pública, a denúncia deixa de ser anônima, e seu autor passa a ser o Deputado que a apresentou. Então, é com seriedade que temos que tratá-las, já que denúncias estão chegando a todo momento a todos os Deputados. Com irresponsabilidade, estão tornando públicas essas denúncias, e o autor delas passa a ser o Deputado denunciante. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado Hely Tarquínio - Sr. Presidente, Srs. Deputados, voltamos a esta tribuna para discutir o projeto tão falado das taxas, que está sendo imposto ao povo. No apagar das luzes do ano de 1999, repete-se, mais uma vez, o que já é rotina neste parlamento. Queremos ser transparentes. Todos os Governos mandam para cá projetos mal elaborados, de última hora, com a desculpa de que projeto de tributação tem de ser aprovado "goela abaixo", emergencialmente, como acontece na maioria das administrações políticas brasileiras. O parlamento do Estado de Minas Gerais tem a liberdade, conjugada com a responsabilidade de analisar os projetos que o Sr. Governador manda para esta Casa.

Aliás, no sistema presidencialista, temos inveja dos Estados Unidos. Lá, o Governador não é legislador. Ele tem profundo respeito pelo Legislativo. Quem faz legislação é o Poder Legislativo. Aquele país é organizado, e lá há regras de convivência. Quem faz a lei são os magistrados do Poder Legislativo.

Mas, infelizmente, em Minas Gerais, sempre os projetos do Governo merecem a maior atenção deste parlamento. Essa é uma rotina e uma prática que, ao longo destes três anos que nos restam, temos de tentar alterar, para que, realmente, aquele que representa o povo e recebe a delegação direta do povo para legislar possa exercer em plenitude as suas ações nesta Casa. Este Poder é o mediador entre o Executivo e a população, nos seus diversos estratos sociais.

Fico pensando no "Contrato Social" de Rousseau, inspirado no sentimento e na razão de representar o povo, na convivência dos três Poderes. Delega-se aos Deputados, como representantes do povo, essa função precípua de representar a vontade pessoal, no contexto da vontade geral. Era o que deveria acontecer neste momento: representarmos o sentimento do povo, não só o sentimento dos governantes, do Executivo. Estamos aqui para estabelecer um equilíbrio entre os Poderes, com cada um em sua seara. É tão triste, nas reuniões em que buscamos o entendimento, ouvir falar que o Governador não gosta de determinado texto, palavra, emenda ou situação, porque o projeto tem que ser aprovado. Na mensagem enviada a esta Casa, em sua exposição de motivos, o Governador relata que propõe a esta Casa a criação de taxas nos serviços do (...), da Vigilância Sanitária, da Fazenda. Na verdade, são novas taxas, pois já existem muitas outras. Parece-me que serão impostas a este parlamento, e por isso gostaríamos de discutir melhor essas 129 taxas a mais.

De repente, começamos a nos lembrar da Inconfidência Mineira. O que motivou a conspiração contra a derrama foi exatamente o fato de Tiradentes não agüentar mais os tributos impostos sobre o povo brasileiro. Agora, só se fala em tributo e em imposto. Lembremo-nos, também, das posições de camaleão que o parlamento, às vezes, adota. No Congresso Nacional, as esquerdas se colocam frontalmente contrárias a qualquer posicionamento do Presidente da República que signifique novos impostos. Aqui, em Minas Gerais, ao contrário, as esquerdas ou os partidos da base do Governo sentem-se na obrigação, no compromisso, no dever de aprovar novas taxas, que pesarão no bolso dos contribuintes e, em última instância, no bolso de qualquer cidadão. Muito mais ainda pesarão no bolso dos mais carentes, dos mais desprotegidos pela sorte.

Uma lei, que, por conceito, é uma salvaguarda de cada cidadão e, ao mesmo tempo, uma regra geral, tem que ser sintética; tem que ser uma regra de convivência, um dever a ser cumprido, expresso de forma bastante clara; tem que ser eclética - atingindo a todos e colocando sempre a conciliação e a virtude de forma nuclear -, exequível, aplicável e razoável; enfim, há várias exigências para que uma lei seja feita.

Analisando esse conjunto de exigências, a fim de que a lei seja bem elaborada, nós, como representantes do povo, nós, que temos a delegação para legislar, para expressar a vontade de cada cidadão no todo, em que esse todo representa cada cidadão, ficamos a pensar como são estabelecidas tantas taxas. Então, pensando na nossa responsabilidade, no momento em que o ano está terminando e que essa taxa tem de ser imposta ao povo, onerando ainda mais os mineiros, gostaria de ler a exposição dos motivos do Governador do Estado. (- Lê:)

"As alterações ora propostas visam incluir na Tabela A, anexa à mencionada lei, novas taxas de expediente devidas por atos de autoridade administrativa do Instituto Mineiro de Agropecuária, da Secretaria de Estado da Fazenda e da Secretaria de Estado da Saúde. A criação dessas taxas insere-se no projeto especial de ampliação e diversificação de receitas próprias da administração pública estadual, instituído pelo Decreto nº 4.363, de 30/4/99. A cobrança das taxas pela realização de serviço público, ou em decorrência de atividade exercida com base no poder de polícia do Estado, impõe-se como medida imperativa e necessária para a consecução do equilíbrio financeiro das contas públicas."

Quando o Presidente da República, que é do PSDB, usa esses argumentos, todas as esquerdas colocam-se em posição contrária. Em todo projeto de sua iniciativa, o Congresso tem aquele comportamento, talvez até bastante coerente. Gostaria que esta Casa tivesse o mesmo comportamento. Lá, as reformas estão sendo procrastinadas a cada dia que passa. Aqui, qualquer projeto de taxa passa relativamente fácil. Então, gostaríamos de chamar a atenção para o seguinte fato: vejam como o PT e os outros partidos de esquerda comportam-se no plano federal e observem como comportam-se de maneira completamente contrária no plano estadual, numa incoerência total. É esse tipo de cultura que temos de contestar.

O Deputado João Leite (em aparte) - Deputado Hely Tarquínio, estou acompanhando o pronunciamento de V. Exa. Pena que muitos Deputados tenham saído deste Plenário - Deputados que, na legislatura passada, reclamaram arduamente, pois tivemos o cuidado de ler, nos anais da Assembléia Legislativa, alguns discursos inflamados contra alguns projetos que chegavam na última hora. Veja V. Exa. que esse "Boeing 705" é tão urgente, a urgência é tão urgentíssima que os Deputados têm tempo menor para discutir, tempo menor para encaminhar, em virtude da ganância do Governo com relação a essas taxas.

Esta Casa esteve envolvida em uma CPI requerida pelo Deputado Durval Ângelo. No entanto, um dos principais denunciados, o Delegado Hilário Alves Teixeira, acaba de ser premiado pelo Governador do Estado, sendo promovido para Delegado de Polícia de Classe Especial. Ele era o responsável pela CIRETRAN de Santa Luzia, onde, antes da CPI das Carteiras, a cada vez que a banca ia até lá, 3 mil pessoas iam fazer os seus exames. Da última vez que a banca foi até aquela cidade, 36 pessoas compareceram aos exames. Creio que todos temos de ter a dimensão exata do cuidado com a coisa pública, devemos estar abertos à investigação permanente.

Este Governo, no entanto, faz algo que foi tão repudiado no Governo passado, ou seja, envia projetos no apagar das luzes, em regime de urgência. Quero parabenizar V. Exas., os Deputados da Oposição nesta Casa, que, com uma oposição firme, têm conseguido mudar alguma coisa nessas taxas. Mas ainda ficarão muitas. Eram 129 taxas, e ficarão muitas para o contribuinte mineiro pagar a um Estado que não tem um controle interno rígido, permitindo que aconteça o desvio de recursos públicos. Creio que a Assembléia Legislativa deveria fazer um trabalho para a modernização da legislação, especialmente em relação à fiscalização, ao controle interno, e não, cada vez mais e ao final de cada sessão legislativa, criar mais taxas para pesar no bolso do povo.

Quería confessar aqui que, em 1997, quando votamos aqui o aumento do IPVA, se tivesse o conhecimento que tenho hoje do DETRAN-MG, não teria votado aquele aumento. Penso que, se os Deputados pudessem aprofundar mais, como fizemos agora, analisando o DETRAN-MG, não criaríamos mais taxas e trabalharíamos para termos um controle interno mais eficiente do serviço público, que nos desse a tranqüilidade de saber que todas aquelas taxas realmente estariam sendo usadas para o benefício da população.

Parabéns pelo pronunciamento de V. Exa., e é pena que até o seu pronunciamento esteja em regime de urgência e já tenhamos pouco tempo para ouvi-lo.

O Deputado Hely Tarquínio - Agradeço as palavras do Deputado João Leite e quero continuar dizendo que a fundamentação é que "a medida é imperativa e necessária para o equilíbrio financeiro das contas públicas".

Agora, se é verdade que o Estado não pode deixar de prestar serviços públicos, para a satisfação de necessidades e interesses de seus beneficiários e destinatários, ou de exercer o poder de polícia em nome do interesse público ou coletivo, não menos verdade é que tais atividades ensejam gastos nem sempre realizáveis com recursos financeiros obtidos a partir de outra fonte de receita. Daí a necessidade de instituir as taxas, com fundamento no mandamento constitucional, visando fazer frente a esses dispêndios.

Em síntese, o Governo está se justificando com a falta de caixa para bancar serviços públicos. Assim justifica a implementação dessas taxas e de outros impostos, mas o povo está cansado, quer uma melhora na administração, melhores projetos econômicos para equilibrar as contas do contribuinte, devido aos salários parcos e às dificuldades que todos sabemos. Temos, sim, que promover a convergência neste parlamento, mas temos que discutir melhor, e não, decidir de afogadilho o projeto do Governo, aliviando-o e penalizando o povo. Isso é o que acontece todo ano.

Gostaríamos de conclamar todos os Deputados para uma real análise, porque, quando tudo começa, na Comissão de Justiça, para começar a viabilizar o projeto e rapidamente fazê-lo chegar a este Plenário, a desculpa é a seguinte: aqui, temos que analisar a tríade constitucionalidade, legalidade e juridicidade, sem vislumbrar nenhum ângulo de mérito, ainda que o mérito seja imoral.

Por isso, disse, no início, que a lei tem de ser moral, ética, aplicável, e tem de ter fundamentos razoáveis para não se onerar ainda mais o povo, para que o povo tenha regras bastante claras e para que não seja onerado na sua convivência, na sua necessidade de atender aos ditames da própria vida em sociedade.

O Deputado Alberto Bejani (em aparte) - Obrigado, Deputado Hely Tarquínio, quero aproveitar a oportunidade para declarar o meu voto, desde já, porque sou radicalmente contra esse projeto, que já foi até apelidado de "Boeing 705", um projeto que cria taxas. A população já não agüenta tantos tributos, tantos impostos que paga. É um País em que você paga para nascer, paga muito caro para viver e paga um absurdo para morrer. Só falta agora criar taxa para aniversário de defunto: fez um ano de morto, paga uma taxa; dois anos depois de morto, outra taxa. Só falta isso neste País.

O Sr. Governador Itamar Franco está se esquecendo de que somos passageiros, que o Estado de Minas Gerais é eterno e que essa taxa vai vigorar para sempre. Essas taxas, colocando no plural, já não as agüentamos. Até que foi uma vitória nossa, porque, a princípio, estavam cobrando taxa de abrigo de velhinhos, estavam cobrando taxas de fazer pizza, de banco de leite materno, um absurdo!

Gostaria até de alertar os eleitores para que prestem atenção nos políticos quando se candidatam, para ver as suas histórias e para que comecem a gravar todo o discurso político que fazem para ganhar eleições, porque a maioria, meu caro Deputado, não tem coragem de falar, de público, na campanha: "Olha, se for eleito, vou cobrar mais de 100 novas taxas neste Estado; se for eleito, vou dar aumento abusivo na energia elétrica; se for eleito, vão pagar mais caro a água que consomem". Mas isso tudo não é dito na campanha. Na campanha, ele joga um muro de Berlim naquilo que pretende realmente fazer depois de eleito, a fim de enganar a população. Portanto, esse Projeto de Lei nº 705/99, apelidado, repito, de "Boeing 705", não passa de um projeto abusivo, desumano para com o povo, que já ganha uma miséria neste País, um povo que não sabe como vai pagar as suas contas, que são básicas para sobreviver. Ainda se criam taxas e mais taxas. Por isso digo ao Sr. Deputado que me cedeu a palavra e aos colegas desta Casa, à imprensa e a todos os que estão aqui presentes: não estou aborrecido porque não votei nele. E tenho a certeza de que muitos que votaram já estão arrependidos, porque os seus bolsos vão ser mexidos. Muito obrigado.

O Deputado Hely Tarquínio - Agradeço as palavras do Deputado Alberto Bejani. Faço coro com ele, sim. Neste País, o Raul Seixas, de saudosa memória, já dizia: "Paga para nascer, paga para viver, paga para morrer". Não há dúvida, sabemos das agruras que o Governo está passando, também, mas é preciso, sim, despertar nessa hora, chamar a atenção do Governador. Sabemos que é um homem correto, honesto, mas que precisa, também, fazer o pacto de ajudar a comandar a Nação brasileira, juntamente com o Presidente, e não ficar fora do que houve no último congresso do PT: que a ala Articulação não quer "Fora, Fernando Henrique". Quer cooperar, quer conjugar esforços, para buscar projetos melhores e promover as reformas necessárias. É com esse espírito que estamos aqui. Já que, de qualquer forma, esse projeto das taxas foi incluído em ordem do dia, tem de ser votado, porque é uma imposição do Executivo sobre o parlamento. Isso já virou rotina. E aí queria colocar uma interrogação: até que dia o parlamento vai ser submisso ao Executivo neste País?

Vamos fazer ainda algumas considerações com relação às taxas. As alterações propostas visam a incluir na tabela anexa as mencionadas novas taxas de expediente. Essas novas taxas de expediente são oriundas de uma medida provisória baixada no dia 25 de novembro pelo Exmo. Sr. Governador do Estado, no que tange à Agência Nacional de Vigilância Sanitária. No mesmo dia, o Sr. Governador enviou a mensagem para a Assembléia Legislativa, sem consultar o Conselho Estadual de Saúde, sem consultar os órgãos de direito, que poderiam promover alterações, ou que poderiam analisar melhor essa criação de taxas. Essa é uma medida provisória. Em virtude da desculpa crônica de urgência, recebeu instrução, a partir do dia 18, do Secretário da Fazenda, com relação a essas taxas, e baixou a medida provisória sem consultar os setores do direito, já mandando a mensagem para esta Casa, dizendo que não há tempo. Então, somos obrigados a fazer essa análise.

Na Comissão de Justiça houve alguma modificação. Nós, aqui, gostaríamos até de cumprimentar o parlamentar Antônio Júlio, da base de apoio ao Governo, que teve a sinceridade de tentar um substitutivo, achando a medida muito forte, um remédio muito amargo para o povo, que poderia até mesmo, causar o suicídio, no sentido figurado, da população, em termos de sobrevivência financeira. Em última instância, quem paga é o contribuinte. Não adianta cobrar do banco de sangue, do banco de leite, dos asilos. Isso foi retirado, e aqui aplaudimos o Deputado Antônio Júlio, que apresentou um substitutivo. Mesmo assim, gostaria de deixar bem claro que o PSDB votou contra, pensando que pode haver outras formas de promover a arrecadação de recursos para manter as luzes de Minas Gerais acesas, facilitando a vida dos mineiros. Lá ele deu contornos ao projeto, melhorou o projeto e o encaminhou para a Comissão de Fiscalização Financeira e de Administração Pública. Foi recebendo modificações que este parlamento, ainda de forma débil, de forma submissa, obedecendo sobretudo ao Governador, as instruções de seus auxiliares acatou. Nós, infelizmente, vamos aceitando, a cada ano, em que pese aos nossos protestos, projetos que só atendem ao Governo, que não atendem ao povo. Sei que essa álgebra é difícil de fazer. Entendo que todo governante tenha suas responsabilidades, mas a cultura não muda. Estou preocupado aqui com o paradigma da nossa cultura, da cultura do Legislativo fraco. Então, aproveitamos este momento para conchamar, não só a Oposição, que já tem sua posição de vigilância, atenta aos projetos do Governo; mas os Deputados da base de apoio do Governo, os Líderes, para que possam sempre refletir sobre o seu papel de fiscalizadores, de legisladores, quando aqui chegam projetos de urgência, diminuindo o tempo de tramitação. De forma submissa, sem maior consciência, vamos aprovando os projetos do Governador do Estado.

Argumenta-se com a Lei Federal nº 982, de 25/1/99, repetindo, que define o sistema nacional de vigilância sanitária, cria a agência nacional de vigilância sanitária e dá outras providências. Bem como a Medida Provisória de 25 de novembro, repetindo, que altera dispositivo da supracitada norma como fonte para justificar o projeto do Governador do Estado. A justificativa é esta, que é uma medida provisória. Há o problema das datas, porque já estava tudo armado, a partir do dia 18. No dia 25, o projeto foi remetido à Casa.

No afã de equilibrar é que esse projeto se encontra dessa forma mais uma vez. Nós, do PSDB, vamos votar contra ainda com a esperança de cultivar na Casa o papel relevante e de direito desse Poder Legislativo, de analisar melhor e de ser também parceiro do Governo. Mas com ampla participação prévia, com tempo, para haver melhor solução para o povo de Minas Gerais.

Temos em mãos um documento da Câmara da Indústria de Alimento, protestando contra essa incidência de taxas e arrolando vários itens. No fim, diz o seguinte: "Portanto, enquanto os setores produtivos avaliam e discutem com a administração pública os efeitos das nossas regras, surgem, por outra fonte de competência, regras e taxas tratando e incidindo sobre os mesmos fatos, o que fere a legislação constitucional". Há uma reclamação dos diversos setores da sociedade de que - e aqui estamos documentados formalmente - não houve tempo para se discutir e não foi dado o direito de discutir com as partes do Governo esse projeto que veio para a Assembléia. Mais uma vez queremos cumprir o nosso papel e dizer que vamos votar contra esse projeto, como todo o PSDB. Muito obrigado.

O Deputado João Leite - Sr. Presidente, Srs. Deputados, público presente, pessoal da imprensa, gostaria de me manifestar em relação ao Projeto de Lei nº 705/99, privilegiado, diferente da maioria dos projetos da Assembléia Legislativa, especialmente dos que são apresentados pelos Deputados e Deputadas, que, às vezes, demoram quase uma sessão legislativa para serem aprovados, o que consideramos um exagero. Mas entendemos também que não devemos votar nenhum projeto de maneira precipitada, na Assembléia Legislativa. Todos devem merecer atenção, cuidado, participação da sociedade civil; ser discutidos cuidadosamente em audiências públicas, especialmente para que não sejam cometidas injustiças.

Todas as vezes que vemos projetos chegar para derrubar os prazos determinados pela Assembléia Legislativa, sem poderem ser apreciados pelas comissões da Assembléia Legislativa, corremos o risco de ser injustos e não atender a quem é o maior interessado, as pessoas que compõem a sociedade de Minas Gerais, a população de Minas Gerais.

A Assembléia Legislativa não tem de atender aos interesses do Poder Executivo. Atender, sim, quando esses interesses também forem compartilhados pela população. O que vemos sempre é uma pressa muito grande para atender às determinações, às exigências do Governador do Estado. E foi dessa maneira que chegou à Assembléia Legislativa o Projeto de Lei nº 705/99 a apagar das luzes.

Tive o cuidado de ler alguns pronunciamentos da legislatura passada, com relação a alguns projetos que chegaram dessa maneira, ao apagar das luzes, para serem votados, e que mereceram, por parte da Oposição, na Assembléia Legislativa, duras críticas. Nessa altura, não havia tempo para uma discussão cuidadosa, e é dessa maneira, também, que, neste Governo, estão sendo encaminhados os projetos, sem nenhum cuidado e sem tempo para que esta Assembléia, juntamente com a sociedade civil, possa discuti-los. É impressionante como esse projeto chega, ao final da sessão legislativa, provocando uma polêmica muito grande, por criar um total de 129 taxas. A Oposição tem discutido, nas comissões, apesar da velocidade com que o projeto está sendo apreciado, apesar da pressa para que ele seja aprovado, apesar da pressa para que o Governo arrecade mais e tenha mais recursos. Trata-se de uma lógica que muitas pessoas, nesta Casa, têm combatido duramente, que é a lógica neoliberal, a de que o Estado, quando presta algum serviço, tem de cobrar por ele. Essa é a lógica do Estado ausente de serviços essenciais. Considero a vigilância algo fundamental para que tenhamos segurança em relação à nossa saúde. Mas achar que o Estado tem de cobrar pela vigilância de banco de sangue, algo que é tão importante para nós, neste momento, é uma temeridade. E outras taxas também são colocadas.

O Deputado Adelmo Carneiro Leão (em aparte) - Obrigado, Deputado João Leite. Antes de fazer minhas considerações, quero dizer que o tenho na mais alta conta, nesta Casa, por seu trabalho, sua seriedade, dedicação e sensibilidade. No entanto, quero discutir com V. Exa. alguns aspectos em relação à questão das taxas e dos conceitos que V. Exa. está expondo, neste momento.

Faço parte daqueles que criticam o modelo neoliberal. Em nenhum momento, quando conceituo o modelo neoliberal, coloco como própria do referido modelo a função de cobrar taxas. Entendo que o Estado precisa exercer as suas atividades, tem responsabilidades específicas, que são executadas com recursos públicos, frutos de taxas, de impostos, de contribuições. A questão neoliberal está vinculada a um processo do qual temos um exemplo clássico advindo do Governo brasileiro, do PSDB. Esse é o modelo clássico: a venda do nosso patrimônio, a submissão ao Fundo Monetário Internacional, o curvar-se diante dos interesses dos poderosos, das elites dominantes deste Estado.

Concordo com V. Exa., com todos, com a crítica que a Oposição faz, mas que não é só a Oposição que faz. O Deputado Antônio Júlio, nosso valoroso companheiro e colega de trabalho desta Casa, tem feito essa crítica com a mesma veemência, e quero tomar parte nessa veemência a projetos que são encaminhados aqui ao apagar das luzes. Acho que isso não é correto. Que nossa crítica sirva para que este Governo aprimore suas ações, já que o Governo passado foi submetido a essa crítica sistemática, mas não conseguiu avançar definitivamente. Tenho a certeza de que o Governo Itamar Franco vai evoluir mais do que já evoluiu em relação ao passado, vai dar um salto de qualidade.

O Deputado Antônio Júlio colocou claramente essa disposição de estarmos aqui discutindo, debatendo, nos debruçando sobre a política de taxas do Estado. Acho, também, que é muito importante. Sinceramente, se nossa crítica é tão consistente, tão veemente com relação ao apagar das luzes, não deveríamos apagar as luzes no final dessa semana, e sim ficarmos até o final do mês, pois teremos tempo suficiente para aprofundarmos nossas reflexões sobre o Projeto de Lei nº 705/99. Se apagarmos as luzes antecipadamente, não poderemos criticar o Governo; se ficarmos mais tempo, mesmo que em regime de urgência, será suficiente para nos debruçarmos sobre essas questões.

Temos que colocar outra questão. O que foi negado no Governo anterior e até acelerado neste foi a votação do Código de Saúde. Se ele tivesse sido votado antes, seguramente a proposta de taxas poderia ter sido antecipada. Estou analisando o Código de Saúde. Votamos nesse semestre, e ele foi sancionado em setembro. No meu entendimento, o processo administrativo poderia ter sido acelerado, contemplando-nos com essa proposta mais cedo. Mas não foi assim, e fica nossa crítica. Precisamos nos debruçar sobre essas questões, mas também não dá para transferir para o próximo ano, em razão de ações emergentes do Estado, pois, lamentavelmente, Governos passados sucessivamente deixaram de cumprir suas responsabilidades com a sociedade, tanto que muitas são as vítimas, hoje, no Estado, que estão ficando doentes e contaminadas por falta da implementação do Código de Saúde. Tenho certeza de que, com essas taxas, a implementação do Código será mais fácil e eficaz.

Evoluímos, também, em relação à questão do Corpo de Bombeiros. Tenho certeza de que, com essas taxas, o resultado será positivo para a defesa do interesse da população. Não podemos admitir que estejamos votando taxas para penalizar o povo. O Governo que existe hoje, em Minas Gerais, não representa o que foi o passado, que sempre veio para penalizar o povo. Este Governo veio para construir uma nova política, e tenho a convicção plena de que essas taxas serão utilizadas para que as condições de vida, de cidadania e de segurança da população sejam melhores. Não podemos distorcer os fatos - falei isso com um colega de V. Exa., do PSDB -, precisamos ter cuidado, porque existe um conceito

constitucional claro sobre taxa, que é um recurso utilizado para ser aplicado num fim específico, e não dá para fazer acordo para que esse recurso seja utilizado para outros fins. A taxa para o Corpo de Bombeiros é para o Corpo de Bombeiros, a taxa para o controle sanitário é para o controle sanitário, não podemos destiná-las para outros fins. Também concordo que temos que nos debruçar sobre essas questões, para que essas taxas sejam justas e adequadas à função para as quais são destinadas.

Está passando a idéia, Deputado João Leite, de que estaríamos penalizando, bitributando e sobrecarregando a população. É importante dizer que este Governo foi sensível, a bancada majoritária foi sensível o suficiente para eliminar, por exemplo, as microempresas. Então, o pequeno não está sendo penalizado. Não podem falar que agora sobrecarregaremos os ombros da população com encargos. Quem pagará este Estado é quem não paga. Quem paga o tributo federal não pagará. Quem paga o tributo municipal não pagará. Pagará quem não é fiscalizado e quem não paga. As taxas serão utilizadas com absoluta transparência. Este é o meu compromisso com o Governo Itamar Franco. Esta será a nossa linha de conduta, ou seja, a absoluta transparência na aplicação correta desses recursos, para que o povo de Minas tenha mais segurança, mais saúde e mais dignidade.

O Deputado João Leite - Gostaria de agradecer ao Deputado Adelmo Carneiro Leão, mas lamento o fato de o Deputado não ter se inscrito para discutir a matéria, pois gastou um grande tempo. Tive o cuidado de ouvi-lo, o que muitas pessoas não têm para com outras quando têm idéias diferentes. Gostaria de dizer que, apesar de toda a explicação do Deputado, essa é uma decisão deste Governo em seu projeto especial de ampliação e diversificação de receitas próprias da administração pública, que foi instituído pelo Decreto nº 40.363, de 30/4/99. Na exposição de motivos, o Secretário da Fazenda diz que a cobrança de taxas se impõe como medida imperativa e necessária para a concepção do equilíbrio financeiro das contas públicas.

Então, desmente o Secretário da Fazenda o que disse o Deputado Adelmo Carneiro Leão. Não é para que efetivamente tenhamos uma fiscalização, mas para equilibrar as contas. Isso está muito claro na mensagem. O Secretário da Fazenda assinou essa nota no dia 18/11/99, mas só na semana passada esse projeto chegou à Assembléia Legislativa.

Tenho o maior prazer em discuti-lo até o final do ano, porque, realmente, merece. O Deputado diz que as taxas não alcançam as pessoas necessitadas do Estado, apenas os grandes empresários. Como, se estão taxando os asilos, as creches, os bancos de leite materno, os bancos de órgãos e a hemodíalise? Como elas estão alcançando apenas os grandes empresários? Esse projeto merece melhor discussão. Precisamos gastar um tempo com essa discussão na Assembléia Legislativa. Gostaria de lembrar-lhes que a Oposição, em momento algum, se oporá às matérias que consideramos relevantes. Gostaria de dizer que a nossa postura já está contribuindo para que não sejam penalizadas as pessoas que não têm condições de pagar essas taxas. Concedo aparte ao Deputado Alberto Bejani.

O Deputado Alberto Bejani (em aparte) - Muito obrigado, Deputado João Leite. Começo a não entender o que está acontecendo. Começo até a acreditar que Nostradamus estava certo quando disse que iríamos ver coisas, no final do século, nas quais não iríamos acreditar. Estou vendo a plateia aplaudir a criação de taxas. Não estou entendendo isso. A criação de taxas merece aplauso? Não estou entendendo isso, repito. Será que o povo mineiro está satisfeito com o número de tributos, de taxas e de impostos que estão pagando? Ainda batem palma para a criação de mais taxas? Podem vaiar, porque não preciso do voto de vocês. Não fui votado aqui. Não estou preocupado com isso. Estou preocupado em falar a verdade aqui, ao microfone. Não fui eleito para mentir e para ser paspalho de nenhum Governo. É um absurdo a criação de taxas, para mexer no bolso do cidadão de Minas Gerais. Não estou preocupado com palmas. Fui eleito Deputado. Não fui eleito John Lennon, nem Leandro, nem Leonardo, nem Chitãozinho nem Xororó, para receber palmas. Portanto, Deputado João Leite, V. Exa. tem toda a minha solidariedade, e o meu voto é contra esse projeto "Boeing 705". Muito obrigado.

O Deputado João Leite - Quero agradecer ao Deputado Alberto Bejani o aparte.

Gostaria de tratar, aqui, das exposições de motivos que levaram o Secretário de Estado da Fazenda a encaminhar o projeto à Assembléia, porque eles são contra o que disse o Deputado Adelmo Carneiro Leão. (- Lê:)

"As alterações ora propostas visam incluir na Tabela "A", anexa à mencionada lei, novas taxas de expediente, devidas por atos de autoridades administrativas do Instituto Mineiro de Agropecuária da Secretaria de Estado da Fazenda e da Secretaria de Estado da Saúde."

Então, são taxas por atos de polícia da Secretaria da Fazenda. (- Lê:)

"A criação dessas taxas se insere no projeto especial de ampliação e diversificação de receitas próprias da Administração Pública Estadual instituída pelo Decreto nº 40.363, de 30 de abril de 1999."

Então, não tem nada que ver com o Código de Saúde ou o Código Sanitário. Está dizendo o Secretário da Fazenda justamente o contrário do que disse o Deputado Adelmo Carneiro Leão. Tem que ver com um decreto do Governo do Estado. Estava pronto e não foi enviado à Assembléia Legislativa. (- Lê:)

"A cobrança das taxas pela realização de serviço público ou em decorrência de atividade exercida, com base no poder de polícia, se impõe como medida imperativa e necessária para a consecução do equilíbrio financeiro das contas públicas."

O Secretário da Fazenda está dizendo que é por causa do equilíbrio das contas públicas. A verdade é essa. Não é pelo que disse o Deputado Adelmo Carneiro Leão, que é muito bonito. O Secretário da Fazenda quer arrecadar mais, para dar equilíbrio às contas públicas. Essa é a verdade. As contas públicas estão desequilibradas, e ele quer arrecadar mais.

Diz mais. (- Lê:)

"Daí a necessidade de se instituírem as taxas, com fundamento em mandamento constitucional, visando fazer frente a estes dispêndios. Além disso, propõe-se a revogação do § 4º do art. 28 da Lei nº 6.763, de 26 de dezembro de 1975, uma vez que a legislação tributária mineira oferece tratamento mais adequado a partir de discussão com entidades representativas do segmento no art. 75, inciso V e VI, do Regulamento do ICMS, aprovados pelo Decreto nº 38.104, de 28 de junho de 1966. A coexistência desses dispositivos vem causando dificuldades de interpretação e de aplicação pelos contribuintes do imposto, razão pela qual a revogação do dispositivo legal se faz necessária. Por se referir a instituição de tributo, faz-se mister para a sua cobrança já no exercício financeiro vindouro que a lei seja publicada neste ano, em cumprimento ao princípio da anterioridade inserto no art. 150, III, "b", da Constituição da República. Por esta razão, solicito regime de tramitação urgente para o presente projeto de lei. Belo Horizonte, 18 de novembro de 1999, José Augusto Trópia Reis, Secretário de Estado da Fazenda."

Essa é a verdade, não a retórica que ouvimos. A verdade é que são novas taxas. São 129 novas taxas contra as pessoas. Apesar de, aqui, termos a posição do Deputado Adelmo Carneiro Leão favorável, o que ouvimos nas ruas e recebemos em nosso gabinete é uma manifestação contrária das pessoas a mais 129 taxas. Este Governo retirou a subvenção social - não falo da retirada da subvenção social da Assembléia Legislativa, porque sou contra a Assembléia Legislativa distribuir subvenção social - de todos os órgãos da administração, apesar de sabermos que na Loteria Mineira e em outros lugares há subvenção.

O Poder Executivo é responsável por cuidar das crianças e idosos, mas, além de não cuidar e não subvencionar, ele quer aplicar taxas sobre os asilos, creches e indivíduos que trabalham com crianças e pessoas que apresentam problemas mentais. Isso não ocorre por causa do Código de Saúde, que é tão importante. A Oposição ajudou a aprová-lo aqui, na Assembléia, não apenas com votos, mas também com idéias. Somos-lhe favoráveis, mas as taxas, na verdade, são para o equilíbrio financeiro. Não vamos colocar esse Código em discussão, pois já foi aprovado. Essas taxas são para o equilíbrio financeiro. Vamos acabar com os sofismas. As pessoas conhecem a verdade: são mais taxas. O Secretário da Fazenda está dizendo que o projeto tem de tramitar em regime de urgência, porque ele precisa desse dinheiro para o próximo ano.

O Deputado Amílcar Martins (em aparte)\* - Deputado João Leite, concordo com tudo que V. Exa. tem manifestado da tribuna, mas peço licença a V. Exa. para, neste aparte, tratar de uma outra matéria, porque quero vir, de público, e ainda nesta reunião, desculpar-me. Poderia fazê-lo particularmente, indo ao gabinete do Presidente da Assembléia. Assim, estaria desculpando-me, em particular, de algo dito em público. Entretanto, esse é um gesto de pessoas covardes. O que foi dito em público tem de ser desdito, ou explicado, em público. Sendo assim, peço-lhe licença para, de público, dizer ao Presidente Anderson Aduato que, em nenhum momento, foi minha intenção fazer uma denúncia contra sua pessoa. Estava apenas repercutindo uma questão que dizia respeito a outra pessoa, mas o Deputado Anderson Aduato cobrou-me uma postura que, no meu processo de reflexão - saí, subi até meu gabinete e pensei a respeito -, concluí que tinha razão. Disse-lhe que havia sido respeitoso e cuidadoso com sua pessoa, mas ele me disse que eu deveria ou poderia tê-lo procurado pessoalmente e lhe exposto, primeiramente, a matéria que iria levantar, no mínimo, para lhe dar o direito de uma defesa prévia, junto a mim, apresentando-me alguns documentos.



Isso é verdade: eu poderia e deveria ter agido dessa maneira. Como não tenho vergonha de assumir responsabilidades por meus erros, quero, de público, desculpar-me com o Presidente Anderson Adauto, por essa falta. Volto a dizer que, em nenhum momento, tive a intenção de fazer uma acusação direta a comportamento político ou postura pessoal do Deputado Anderson Adauto, entretanto, nos termos em que as questões foram postas, pode ter havido a sugestão de uma acusação à sua pessoa, apesar de não ser essa a minha intenção. A desculpa não é sobre isso, mas sobre o fato de eu não ter tido o cuidado que, no momento, ele me disse que deveria ter tomado. Deveria ter-lhe procurado e dito o teor de meu pronunciamento, o que não fiz. Mas, ainda na mesma reunião plenária, tenho a oportunidade de retificar-me, pois temos sempre a oportunidade de nos reparar por nossos eventuais erros. Era esse reparo que gostaria de fazer. Muito obrigado.

O Deputado João Leite - Deputado Amílcar Martins, creio que é grandeza de V. Exa. trazer essa palavra ao Presidente desta Assembléia.

O Deputado Márcio Kangussu (em aparte)\* - Deputado João Leite, mesmo sendo um parlamentar inexperiente, no primeiro mandato, não poderia deixar de manifestar-me, dada a grandeza do gesto do Deputado Amílcar Martins. Temos de nos preservar mutuamente, principalmente quanto à figura do Presidente da nossa instituição. A lição de humildade do Deputado Amílcar Martins engrandece este parlamento, fazendo com que, cada vez mais, nos respeitemos mutuamente.

O Deputado João Leite (concluindo) - Obrigado, Deputado Márcio Kangussu.

Gostaria de concluir dizendo que, no que se refere a projetos que vêm dessa maneira, estamos recebendo um grande número de correspondências de entidades, de creches, de asilos, de pessoas que se sentem como se não tivessem sido ouvidas ou respeitadas. O Deputado Antônio Júlio apresentou um substitutivo que, de alguma forma, ameniza diferentes pontos do projeto original, pois, somente depois de haver chegado aqui, é que foi dispensado o recolhimento da microempresa, pois também teria de recolher, ao contrário das palavras do Deputado Adelmo Carneiro Leão de que as grandes empresas seriam taxadas.

Há também a questão da vinculação das receitas resultantes das taxas aos prestadores de serviços que as justificam. Foram desvinculadas as taxas dos serviços de bombeiros, de segurança pública, da Polícia Militar. Isso aconteceu nesta Casa, pois não foi dessa forma que o projeto chegou. No entanto, ainda permanecem outras taxas, que têm manifestações contrárias de vários setores. Por isso, queremos colocar a nossa posição contrária ao projeto. Muito obrigado.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Carlos Pimenta - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, imprensa, quero inicialmente cumprimentar o ex-Deputado Marcos Helênio, que, de uma forma democrática e transparente, nos faz uma visita nesta tarde, apresenta o seu pleito e mostra toda a sua luta em favor das pessoas que querem e precisam explorar a vastidão de Minas Gerais, utilizando a mão-de-obra do campo.

De antemão, queremos hipotecar, em nosso nome, em nome do PSDB, das oposições e do PFL, a nossa solidariedade ao Marcos Helênio e ao Deputado João Batista, para que esse projeto possa vir, e, nesse esforço concentrado que estamos empreendendo, fruto de um amplo Acordo de Lideranças, possamos colocar esse projeto na pauta para a sua aprovação. Hipotecamos a nossa inteira solidariedade e esperamos que esse projeto possa aparecer e ser apreciado pelos Deputados.

Sr. Presidente, com relação ao Projeto de Lei nº 705/99, na semana passada, tivemos a oportunidade de expressar a nossa opinião a esse respeito do mesmo. É claro que, de lá para cá, muita coisa mudou. Houve evolução, um amplo acordo. E, nesse acordo, estamos manifestando as posições das oposições, sem ter a preocupação de obstruir, porque, se a Oposição quisesse obstruir, não quisesse cooperar, certamente as reuniões entrariam durante as festas natalinas e de fim de ano, e só encerrariamos o ano legislativo em janeiro ou fevereiro.

Mas estamos aqui para cooperar e, é óbvio, temos o interesse e o direito de manifestar a nossa posição. O projeto de lei foi constitucionalmente enviado à Casa pelo Governador, está estribado na legislação, mas o maior ponto com que a Oposição não concorda, definitivamente, é a forma como o projeto foi enviado a esta Casa. Poderia ter sido encaminhado em agosto, setembro ou, até mesmo, em outubro, quando teríamos tido tempo suficiente para fazer um amplo debate a respeito.

Muitos podem pensar que esse projeto não vai interferir na vida do cidadão comum, na vida do senhor, da senhora, na vida do mineiro. Grande engano! É um projeto que interfere fundamentalmente. Modifica algumas taxas no setor agropecuário - no IMA -, assim como no setor de saneamento básico, saúde, serviços essenciais a que todos recorremos no dia-a-dia. Então, pergunto: como podemos nós - não só a Oposição, mas também todo o Poder Legislativo - ficar diante de um projeto dessa natureza, que vai arrecadar milhões de reais no ano que vem, se esse dinheiro vai sair do bolso do contribuinte, do cidadão, do comerciante, do profissional liberal, do médico, do dentista, do psicólogo, de quem mantém asilos, creches, bancos de sangue, bancos de leite? Então, o projeto vai fundamentalmente mexer na vida de todos nós. Temos o prazo covarde de uma semana para analisar o projeto!

Há pouco, a Deputada Elbe Brandão tinha apresentado um requerimento, solicitando que o projeto pudesse ter sido analisado na Comissão de Turismo. Apresentamos um requerimento para que a Comissão de Saúde pudesse analisar o projeto. E, em nome do entendimento, retiramos esses requerimentos para dar continuidade ao processo parlamentar.

Mas é importante que a população saiba que o projeto está tramitando nesta Casa de uma forma absolutamente anormal. Deputados que hoje compõem a base governista, e, na legislatura passada, eram Oposição criticavam duramente projetos dessa natureza. O PT, na pessoa do ex-Deputado Estadual Gilmar Machado, hoje Deputado Federal, "virava bicho", subia na tribuna, trazendo pacotes dessa natureza, onde escrevia "Feliz Natal" e assinava embaixo "Governador Eduardo Azeredo", numa forma de chamar a atenção e de mostrar todo o inconformismo das oposições, à época, e do PT. E, hoje, o que estamos observando é uma crítica do próprio PT, dos Deputados do PMDB, dos que mantêm a base governista, querendo convencer o povo de que as taxas são boas. Se o saudoso Cafunga fosse vivo, diria aqui, hoje: "o errado é que é o certo".

Vemos pessoas se manifestando, aplaudindo, Deputados hipotecando solidariedade e apoio a um projeto que vai provocar uma verdadeira sangria no bolso do contribuinte do Estado de Minas Gerais. E não é do contribuinte informal, não, daquele que não paga imposto e vai ficar na informalidade a vida toda. É de quem tem os seus negócios às claras. Vejam bem, é de quem já paga imposto.

Então, o primeiro ponto é esse: o tempo exíguo que estamos tendo, covarde, de manifestar a apreciação do Legislativo. Um projeto que vai tirar milhões de reais do bolso do povo de Minas Gerais e que vai ser apreciado e votado a toque de caixa, rapidinho, no apagar das luzes, como o presente de Natal que o Governador Itamar Franco está trazendo ao povo do Estado de Minas Gerais.

O segundo ponto que considero importante é que, entre essas 106 taxas apresentadas, o Deputado Antônio Júlio, num momento de grande lucidez, de rara felicidade, apresentou o seu substitutivo, retirando serviços essenciais, o que já é um grande avanço. Houve um contato das oposições com o Deputado Antônio Júlio, e ele, conscientemente, manifestou a sua vontade de retirar essas taxas. Aplaudimos a posição magnânima do Deputado, uma posição importante, poupando os asilos, as creches, os bancos de sangue, o microempresário do pagamento dessas taxas a partir do ano que vem. E apresentou mais. Acatou uma proposta nossa, das oposições, destinando parte dos recursos colocados à disposição da Secretaria da Saúde para o custeio, a manutenção de programas preventivos - câncer de mama, de útero e de próstata -, três tipos de cânceres que matam mulheres e homens. Então, 20% dos recursos arrecadados com essa taxa que estarão na saúde servirão para o custeio e a manutenção desses programas.

Mais uma vez, manifestamos aos Deputados Antônio Júlio e Rêmolô Aloise a nossa satisfação pontual ao acatar essas propostas, que são interessantes e importantes, que amenizam, refrescam um pouco o projeto. Mas, na sua essência, o projeto está sendo apresentado de forma absolutamente inoportuna. E as oposições têm contribuído com o Governo Itamar Franco.

Recentemente, num acordo, fizemos a votação dos créditos tributários, que proporcionaram ao caixa do Governo do Estado nada mais, nada menos do que R\$400.000.000,00. É uma folha de pagamento do funcionalismo público. Não emperramos a votação, não obstruímos. Tivemos a sensatez de ouvir os clamores, de ouvir o Presidente desta Casa, que tem sido um elo importante entre o Governo do Estado e o Poder Legislativo, e cooperamos no que foi possível. O projeto teve tempo de ser analisado. Veio o Secretário discutir com os Deputados, mostrou a importância de se arrecadarem esses créditos tributários, de pessoas que já deviam ao Estado, o que proporcionou a arrecadação de R\$400.000.000,00. O projeto tramitou em 45 dias, em regime de urgência, diferentemente desse projeto, que está na Casa há apenas uma semana.

Pelo que estou sabendo, no 2º turno, ele será recheado de uma nova taxa, a de segurança pública, mais uma que o cidadão vai pagar para manter a segurança pública. Mesmo neste ponto estamos dispostos a analisar, a ouvir as ponderações, a ajudar e a cooperar para que possamos encerrar este ano com tranquilidade, mas também com transparência para a população do Estado de Minas Gerais.

Nossa posição é esta. Somos contrários ao projeto. Não vamos obstruir, estaremos sempre presentes. De dez Deputados em Plenário, seis são da Oposição. Vamos votar todos os projetos, os de interesse do funcionalismo, vamos limpar a pauta e dar uma demonstração de maturidade, de sensatez, de equilíbrio, mostrando que, ao Poder Legislativo, interessa apenas a manutenção, a estabilidade do Estado.

Resta ao Governo assumir o ônus de ter enviado esse projeto e não querer imputar à Oposição uma situação "sui generis". Estamos apresentando nossas manifestações contrárias ao projeto, porque ele é lesivo ao bolso popular, não interessa ao Estado. O principal pecado do projeto é não ter havido tempo para uma participação ampla da população, para se ouvirem todos os segmentos, os Secretários da Saúde, da Fazenda e Agricultura, para que pudessem se manifestar e, até mesmo, nos convencer da importância dessas taxas. Até o momento, não estou convencido. Fico com minha consciência, fico contra esse projeto, que foi mal enviado, às pressas e não trará nenhum benefício ao sofrido povo do Estado de Minas Gerais. Muito obrigado.

O Deputado Amilcar Martins\* - Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, mais uma vez, temos que subir a esta tribuna para dizer dos desmandos, do desrespeito não apenas a este parlamento, não apenas a um Poder independente, que é o Poder Legislativo, a Assembléia Legislativa de Minas Gerais, mas um desrespeito manifestado pelo Governador Itamar Franco pelo povo de Minas Gerais, o desrespeito manifestado pelo Governador Itamar Franco com a democracia, pela maneira de encaminhar as questões. Em outros tempos, em tempos que não vão tão longe na nossa memória, muito recentemente, essas galerias estariam lotadas de pessoas gritando, protestando contra projetos dessa natureza, parecidos com esse.

Talvez não tão virulentos, talvez agredissem menos a consciência das pessoas, agredissem menos o bolso do contribuinte, das pequenas empresas e daqueles que, com muito esforço, trabalham e produzem para gerar empregos para a grandeza do nosso Estado e da nossa economia.

No entanto, a vontade desse Governador imperial, que desconhece a noção de limite, nesse momento, se faz presente através desse "boeing 705", esse projeto de lei que vem, no final dos nossos trabalhos, para tentar impor goela abaixo da população e dos Deputados desta Casa a criação de novas taxas, que vão onerar, de forma inaceitável, a população.

O Deputado João Leite (em aparte) - Obrigado, Deputado Amilcar Martins. Gostaria, na linha de pensamento de V. Exa., de dizer que o Governador do Estado, conforme o "Diário do Executivo" de hoje, promove vários Delegados. Tivemos a oportunidade de concordar com S. Exa. em várias promoções de Delegados que estão realizando um grande trabalho, como o Dr. Antônio Gama Júnior e outros.

No entanto, é impressionante, porque vemos a promoção do Delegado Anderson Pires Bahia, o mesmo que agrediu o Deputado Durval Ângelo na Delegacia de Furtos e Roubos. Naquela oportunidade, os Promotores da Vara de Execução Criminal, que foram inspecionar essa Delegacia, tiveram seu carro danificado, pneus rasgados. Esses atos de selvageria foram praticados, e esse Delegado que lá estava foi promovido pelo Governador. Promoveu, ainda, o Delegado André Luiz da Rocha, condenado pela tortura ao tesoureiro do Banco do Brasil Sidney Kangussu, da Agência de Betim.

Pasmem, os Delegados Jair Hélio da Silva e Hilário Alves Teixeira - o Deputado Durval Ângelo solicitou, e a Assembléia Legislativa realizou uma CPI recentemente - eram os Delegados de Santa Luzia, onde tivemos a maioria das denúncias de facilitação de carteiras de habilitação. Cada vez que a banca examinadora ia a Santa Luzia, tínhamos 3 mil exames. A última vez que a banca esteve em Santa Luzia, tivemos 36 exames. Pois esses senhores foram promovidos pelo Governador do Estado. Trata-se de um desrespeito total.

O Deputado Amilcar Martins - Agradeço o aparte do Deputado João Leite. Tive a oportunidade de dizer, hoje, que o Governador Itamar Franco, ao invés de ser louvado e cumprimentado pela coragem que tem de exonerar alguns auxiliares que não mereceriam estar exercendo funções públicas, deveria ser censurado pela indicação e nomeação de pessoas que não deveriam estar no serviço público, em cargos de confiança.

O Deputado Durval Ângelo (em aparte) - Nobre Deputado Amilcar Martins; primeiro, quero agradecer a referência feita pelo Deputado João Leite. É lamentável.

Solicito, de público, ao Líder Alberto Pinto Coelho que entre imediatamente em contato com o Governo. Acho que é uma ofensa a todos os que lutam pela cidadania, pelos direitos humanos neste Estado ver esses Delegados promovidos. Hoje mesmo, fiz uma denúncia da época do Governador Eduardo Azeredo: a promoção de dois Delegados que foram indicados como torturadores na CPI do Sistema Carcerário.

Então, solicito ao Líder Alberto Pinto Coelho que cobre do Governo informações, porque esse fato deve ter acontecido sob a responsabilidade da Secretaria da Segurança Pública. Tenho certeza de que o Governador não tem conhecimento dele. É necessário, ainda, que haja a revogação dessas promoções. É uma ofensa, um absurdo isso acontecer num Estado que está se preocupando com a questão dos direitos humanos, da segurança pública.

Esse é um dia de tristeza, em que assistimos a um episódio como esse. Aliás, os Delegados estão afastados. Como se diz na gíria policial, estão nos corredores. Então, não poderiam ser promovidos. Também estão indiciados, quanto ao caso de Santa Luzia, no inquérito de fraude com carteira de habilitação.

Então, agradeço ao Deputado João Leite e faço um apelo ao Líder do Governo, para que se informe a respeito dessa questão.

O Deputado Amilcar Martins\* - Agradeço o aparte do Deputado Durval Ângelo e volto ao motivo que me trouxe a esta tribuna: discutir, criticar, condenar o desrespeito, a impropriedade do envio do Projeto nº 705 à Assembléia Legislativa.

Não se cuidou dos interesses do contribuinte. Não se examinaram os aspectos sociais envolvidos na criação dessas novas taxas. O intuito é meramente arrecadador. E esse Governo teve a coragem de dizer que estava conseguindo o equilíbrio financeiro do Estado e que o único aumento efetivo de receita ocorreu não por ação própria da administração estadual, mas única e exclusivamente por causa do aumento do preço dos combustíveis, das tarifas de energia elétrica.

Esse aumento repassa ao ICMS, aos cofres do Estado, mensalmente, uma quantia não inferior a R\$50.000.000,00 por mês. Nem assim esse Governador incompetente, que só quer fazer "road show"; que só quer viajar; que descuida do Estado; que não sabe o que acontece aqui; que ainda não assumiu o Governo do Estado; que ainda não largou o palanque das eleições ou já subiu no palanque das próximas - não se sabe bem -, deixa de lado essa voracidade de geração de recursos. No primeiro momento, envia um projeto que tem o desplante, o desrespeito, o descabro, a desonra de tentar impor taxas sobre bancos de leite, bancos de sangue, asilos e creches, que cuidam, sobretudo, das crianças carentes do nosso Estado.

Pois muito bem. A Oposição tem cumprido com seriedade o seu papel nesta Casa. Todos gritamos e, junto com o nosso grito, há a sensibilidade e o grito de alguns membros da base governista. Não é a primeira vez que isso acontece neste período legislativo. Todos se lembram do episódio que diz respeito àquele projeto de anistia dos policiais militares, o primeiro enviado a esta Casa pelo Governador Itamar Franco, que é uma vergonha que ficará para sempre registrada nos anais da Assembléia Legislativa, um projeto vergonhoso e que não faz justiça à tradição da política feita em Minas Gerais.

Todos se lembram que era um projeto que, de maneira simplista, rasteira, concedia anistia a todos os policiais militares, dando-lhes aposentadoria integral, inclusive àqueles com um ou dois anos de serviço na Polícia Militar. Foi o nosso grito, a nossa palavra enérgica que obrigou o Governador Itamar Franco a recuar, que forçou a transformação daquele projeto, fazendo-o ver a injustiça que se cometia. Mesmo derrotados, no momento posterior, nós, da Oposição, cumprimos o nosso papel, o papel que nos cabe nos regimes democráticos, de fiscalização dos atos do Poder Executivo. E conseguimos um avanço importante, porque aquele desvario desse Governador desviado não se perpetuou contra os interesses de Minas e dos mineiros.

Agora, mais uma vez, algumas conquistas importantes, alguns avanços importantes, em relação ao projeto original, estão ocorrendo. Muitas das injustiças contidas no projeto original já foram corrigidas pelo trabalho dos Deputados Rêmolo Aloise e Antônio Júlio, pela sensibilidade de alguns Deputados, que, mesmo sendo da base de sustentação do Governo, sabem perfeitamente que não é possível incorporar no seu currículo político, na sua história política, a vergonha de aprovar um projeto que cometia e continua cometendo tantas injustiças. Aqui estamos para separar o joio do trigo, para atribuir responsabilidades e, volto a dizer, a responsabilidade não é dos Deputados da base governista, embora tenham um compromisso com o Governo. A responsabilidade dessas injustiças, cometidas contra os interesses da população, a criação de novas taxas injustas que vão onerar a população de Minas Gerais, é exclusivamente de uma só pessoa, que atende pelo nome de Itamar Franco, é o responsável por esse projeto, responde pelo Governo de Minas Gerais. Não adianta, mais uma vez, dizer, como tem dito, que não sabia, que desconhecia. É o que tem feito desde o seu primeiro dia de governo. Afinal de contas, o que esse Governador sabe sobre Minas? Se não sabe do que está acontecendo no âmbito do seu próprio Governo, saberá de que, afinal? Seus assuntos estão ligados a Paris? Ele quer mudar, para lá, o Governo de Minas? Mande um projeto para a Assembléia Legislativa que o discutiremos. É isso que ele está querendo? De que entende, afinal de contas? Qual a especialidade desse Governador? Não sabe dos seus auxiliares, não sabe dos autos, não sabe dos projetos que estão sendo enviados a esta Casa. Não sei ainda muito bem qual é a desse Governador. Não sei quais as suas intenções, além daquelas que são explícitas. É candidato à Presidência da República, e disso todos sabemos.

Mas será possível que, pelo menos por alguns minutos, por um ou dois dias por semana, ele não pode largar a campanha para a Presidência da República e cuidar um pouco dos assuntos pertinentes ao Governo de Minas? Será que a população de Minas Gerais, que o elegeu, não merece um tratamento mais respeitoso?

O Deputado Doutor Viana (em aparte) - Agradeço o aparte concedido pelo nobre Deputado Amílcar Martins. Parabeno-o pelo seu pronunciamento, que é coerente. V. Exa. vem cumprindo bem seu papel, é uma Oposição que está olhando com bons olhos o interesse do nosso povo, e quero parabenizá-lo. Quero dizer, também, que nós, da Situação, estamos sensíveis, tanto que paramos várias vezes esta Assembléia, no dia de hoje, para negociarmos, juntamente com a Oposição, um melhor caminho para o Projeto nº 705, assim como em todas as vezes em que isso for necessário para se buscar um consenso. Quero lembrar o trabalho, não só da Situação, mas também da Oposição, que vem desempenhando seu papel. A Assembléia existe, e todos nós estamos aqui para aperfeiçoar tudo o que vem à discussão em Plenário e nas comissões. Quero dizer que o projeto já está bem melhorado, com a participação de todos. Isso é normal, fui Prefeito e sei que o Executivo faz um projeto, juntamente com sua assessoria, e às vezes algumas distorções acontecem.

O Governador tem uma preocupação, sim. Estou vindo do Palácio, onde estava assistindo à criação da segunda fase do Fundo de Assistência à Infância e à Adolescência, que cria com a sociedade civil um fundo que não onera ninguém, não exige nada dos cofres públicos. O objetivo é atender às necessidades reais da infância e da adolescência, nessa situação alarmante que existe em nossa sociedade.

Com relação à França, o Governador trouxe de lá um projeto para a segurança pública de Minas Gerais. A França tem um bom projeto. Na última sexta-feira, esteve aqui uma comissão de segurança da França, e ele pôde receber o projeto. Está buscando o melhor para a segurança em Minas Gerais.

Ainda com relação à polícia, foi um projeto que precisou ser melhorado, pois tinha distorções, concordamos, mas esta Casa, mais uma vez, exercendo seu papel, pôde aperfeiçoá-lo, dando aos policiais o que era melhor para eles, sem trazer uma situação constrangedora, que nem eles mesmos queriam, que era de serem aposentados indevidamente.

Cumprimento V. Exa., que está exercendo bem seu papel. Cumprimento a Oposição, que hoje, juntamente com todas as lideranças da Situação, buscou esse entendimento para que o Projeto de Lei nº 705 não penalize indevidamente as instituições, principalmente da área social. Agradeço, mais uma vez, ao nobre amigo Amílcar Martins por este aparte.

O Deputado Amílcar Martins\* - Obrigado, Deputado Doutor Viana. Concordo com V. Exa. pois é graças à sensibilidade desta Casa, dos Deputados da Assembléia Legislativa, incluindo, é claro, a base governista, que muitas injustiças deixarão de ser cometidas contra a população de Minas Gerais, contra as pequenas empresas que prestam serviços honrados a esta população. Concordo com V. Exa. e o cumprimento por essa postura de reconhecer, mesmo pertencendo à base governista, sob o comando do Deputado Alberto Pinto Coelho, que existe essa sensibilidade de procurarmos aperfeiçoar os projetos.

Isso é verdade. Por isso, disse que não é intenção da Oposição fazer obstrução. Tomamos uma decisão, assumimos compromissos e estamos cumprindo. Gostaríamos, apenas, de firmar, com clareza, uma posição. Nós, da base de Oposição na Assembléia Legislativa, ou seja, os Deputados do PSDB, do PFL e do PSN, somos contra o Projeto de Lei nº 705/99. Votaremos contra esse projeto, porque foi inadequada a sua tramitação nesta Casa e porque é inoportuno, pois veio no momento final dos trabalhos desta Casa Legislativa e está sendo enfiado goela abaixo dos Deputados. Entendemos que ele gera injustiças, apesar das muitas que já foram corrigidas. Com absoluta clareza, afirmamos que o único responsável pela criação dessas taxas deveria ser encontrado no Palácio da Liberdade. Não posso afirmar isso aos Srs. Deputados e à população, porque, na maioria das vezes, ele não está lá. Ele pode ser procurado no Palácio da Liberdade, pois é o Governador de Minas Gerais, Itamar Franco. Ele é o autor desse projeto e é o responsável por essa ganância, ou seja, por essa vontade alucinada de gerar novos recursos para os cofres de Minas, sem se sensibilizar com aspectos que dizem respeito às questões sociais e com o impacto que terá sobre a população e sobre as pequenas empresas do nosso Estado. Por essa razão, votaremos contra esse projeto, de maneira serena, mas firme, atentos ao nosso papel. Cabe, nas democracias, à Oposição, o papel de estabelecer o contraditório. Não abriremos mão desse papel. Independente das incompreensões e das questões circunstanciais, estaremos sempre aqui, vigilantes e atentos, para denunciar, à população de Minas Gerais, os abusos, as arbitrariedades e os absurdos cometidos contra os interesses da população de Minas Gerais. Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Miguel Martini - Sr. Presidente e Srs. Deputados, discuti esse Projeto de Lei nº 705, que alguns estão chamando de "boeing 705", porque está aterrissando aqui na Assembléia Legislativa, sem autonomia. Primeiramente, gostaríamos de dizer que acreditamos que poucos Deputados tenham condições de votar, conscientemente, esse projeto. Ele chegou à Casa ao apagar das luzes. Para aproveitar a fala do Deputado Adelmo Carneiro Leão, ainda que ficássemos até o dia 31, ou todo o mês de janeiro, esse tempo não seria suficiente para termos a clareza de poder votar com consciência esse projeto. Em um primeiro momento, numa primeira olhada, sem que tenha havido uma discussão mais profunda a respeito do assunto, o Deputado Antônio Júlio já cortou muita coisa desse projeto.

Depois, o Deputado Rêmolo Aloise, com outra olhada, cortou mais um tanto de coisas. E o que vamos nos perguntar é: se demorássemos mais nesse processo de debate e discussão, muitas dessas coisas e muitas dessas taxas não existiriam.

O que estamos fazendo aqui, nós, Deputados? Tentando adivinhar. Falo com o Deputado Sebastião Navarro Vieira: vai se cobrar R\$200,00 das clínicas de fonoaudiologia. Ele diz: "é muito, é pouco, é justo, é razoável? Deve-se ou não cobrar?". Não sei. Não sabemos. Não tivemos tempo para debater com a sociedade, que representamos. Nossa democracia é representativa. Então, se represento a sociedade, que é organizada, isso vai implicar prejuízo ou benefício para essa sociedade; devo, por isso, consultá-la.

Estranha-me muito o fato de alguns partidos que, no passado, diziam que não votavam sem um debate ou uma discussão terem, hoje, mudado seu discurso. Basta ser do Governo para não precisarmos mais discutir. Vejamos os senhores.

Havia uma taxa de agrotóxicos, aqui, de R\$1.500,00; perguntamos: é muito ou pouco? Ai, o relator olhou, achou que era muito e baixou para R\$300,00. De R\$1.500,00 para R\$300,00. E ainda perguntamos: é muito ou pouco? Isso é justo, razoável, ou é agressivo? Não sabemos. Não ouvi a sociedade. Não terei tempo para ouvi-la. Mas está aqui o projeto, e temos de votá-lo. De que maneira? Não sei. É do Governo e votamos a favor, não é do Governo e votamos contra? Será que a sociedade espera isso de nós, parlamentares, representantes do povo?

Outras taxas que estão aqui, disse o Deputado Adelmo Carneiro Leão que não vamos cobrar do contribuinte. Talvez não tenha lido, porque, de acordo com o projeto, quando chamarmos o Corpo de Bombeiros, vamos pagar uma taxa de R\$7,00. Cada vez que precisar chamar o Corpo de Bombeiros, vou pagar R\$7,00. Fico pensando no assalariado, que ganha salário mínimo. Sente um cheiro de fumaça em sua casa, mas vai pensar se chama o Corpo de Bombeiros, porque terá de pagar R\$7,00. E se não for nada? Dai a pouco, pode ter sua casa incendiada, porque lhe faltou dinheiro para isso.

Isso é do contribuinte, do cidadão. O cidadão que está nos assistindo em casa vai se perguntar: não pago impostos para que o Estado me dê segurança pública, no caso de risco de incêndio? Para que tenha uma estrutura de Corpo de Bombeiros para nos atender? Mas vou ter de pagar novamente. Como o cidadão vai entender isso?

Vimos o absurdo de pessoas - claro, devem ser do PT, ou, sei lá, seus assessores - aplaudindo a criação de taxas. Será que as ruas estão aplaudindo, ou os sindicalistas também

viraram governistas?

É tudo bonitinho. É tudo engraçadinho. Não é assim que vemos. Como poderemos entrar de recesso com a consciência tranqüila, se sabemos que votaremos aqui coisas que nem conhecemos? Não sabemos se é bom, ruim, pouco, ou muito. Quando a Oposição começou a denunciar a Situação, o Governo recuou. Quem sabe, se prorrogarmos um pouco mais, no final conseguiremos reduzir de 129 para 30, 25 ou 15, até que o Governo perceba que não pode ser dessa maneira? No ano que vem, teremos tempo. Começaremos a próxima sessão legislativa, e poderão entrar com esse projeto. Vamos discutir com os sanitaristas, os hospitais, a classe médica, os produtores rurais e a sociedade organizada, pois todos estão pagando, de uma forma ou de outra, por isso. Não é possível aceitar o que o Governo está querendo fazer, pois essa é uma verdadeira agressão ao cidadão e à sociedade. Ao apagar das luzes, chega esse projeto, para que não haja tempo de a sociedade saber que essas taxas estão sendo votadas e serão aprovadas, sem sequer termos o direito, como representantes do povo, de discutir sua conveniência. Pode ser até que, ouvindo a sociedade, concluamos que determinadas taxas poderiam ser cobradas, mas como poderei saber, se me foi negado o direito de discutir com essa mesma sociedade.

Ouvimos todas as justificativas. Fiquei, inclusive, encantado com a palavra do Deputado Adelmo Carneiro Leão. Imaginei que não estivesse na Assembléia de Minas e que outro projeto estivesse sendo discutido, porque dizia que tal projeto objetivava uma fiscalização mais eficiente. No entanto, lemos a mensagem do Secretário, em que a justificativa diz o seguinte: aumentar a arrecadação, para fechar o caixa do Estado, que está deficiente. Nesse ponto, perguntamos: será que é realmente para melhorar o serviço ou apenas para melhorar o caixa do Estado? Com regime de caixa único, tudo é muito simples: tudo vai para um caixa só, e o Governo faz o que quer com ele. Até mesmo do FUNDESE, um fundo criado por esta Casa, com R\$50.000.000,00, nem um centavo foi liberado para as pequenas e as microempresas. Isso deveria ser para capital de giro, a fim de financiar essas empresas.

O que acontece, então? Aumenta-se a arrecadação. Com o Projeto de Lei nº 351, aumentaremos mais a arrecadação, mas esse dinheiro não chega até quem deveria chegar. No caso das pequenas e das microempresas, o dinheiro seria destinado a financiamento e capital de giro, permitindo-se o crescimento e, às vezes, a sobrevivência dessas empresas. Entretanto, nenhum centavo chegou até elas, pois a burocracia é tão complexa, que ninguém tem acesso aos recursos. E o Governo o que faz? Pega os R\$50.000.000,00 do BDMG e lança no caixa único, para fazer suas despesas, desviando novamente os recursos de sua finalidade.

Todas essas taxas - depois do que falou o Secretário da Fazenda - também vão para o caixa único, e, assim, continuamos sem fiscalização, continuamos sem a prestação do serviço, sem a qualidade do serviço. Ai, mais uma vez, iludiu-se o povo mineiro. As taxas foram aumentadas mais uma vez. O povo já não suporta isso, ou seja, taxa aumentada e nenhum serviço prestado. Ao contrário, o serviço prestado é deficiente.

Então, perguntaria: quanto deve ser cobrado para dar permissão de trânsito para produtos de origem vegetal? E se dissesse para V.Exas. que a taxa seria de R\$100,00? Isso seria razoável? Seria muito ou pouco? A sociedade diria que deve ser um valor bom, pois são somente R\$100,00. Se falasse R\$100,00, seria uma exorbitância, porque aqui está se falando em R\$10,00. Agora, se citasse R\$10,00 para o caso da usina de beneficiamento de sementes, seria muito ou pouco? Todos iriam dizer que se o outro é R\$10,00, esse também seria no mesmo valor. Mas esse é R\$150,00. Então, quais foram os critérios adotados? Como vou votar um projeto se não conheço os critérios estabelecidos? Quais as implicações disso? Vimos as questões dos leilões. Eram cobrados R\$497,00. Durante uma pequena discussão, que foi feita muito rapidamente - porque, quanto a esse projeto, tudo é corrido -, descobriu-se que seria uma exorbitância, considerando-se que em leilões se arrecada muito pouco. Ai, baixou-se novamente. Então, estamos assim, "no chute". Como fazer uma lei que instituirá taxas, que resultará em prejuízos, em gastos, sem nenhum critério? Não é possível.

O Deputado João Leite (em aparte) - Deputado Miguel Martini, concordo com V. Exa., especialmente quanto ao tempo que temos para discutir essa matéria, que é importante para o Executivo, pois, como vimos pela mensagem do Secretário da Fazenda, tem de ser aprovada, a fim de que o Governo possa cobrá-las no ano que vem, para conseguir o equilíbrio necessário. Para tanto, precisa de recursos. Mas a Assembléia Legislativa não pode ser movida pelo interesse do Poder Executivo.

Estamos vendo o Deputado João Batista de Oliveira defendendo o Instituto da Terra. A Oposição também deseja votar esse projeto. No entanto, no que diz respeito à reforma agrária, que era uma prioridade para este Governo, era algo de suma importância, até hoje não temos a Secretaria para cuidar dela, e também não temos o Instituto da Terra. Estamos aqui, Deputado Miguel Martini, esperando que o Governo tenha alguma velocidade com relação ao Instituto da Terra. Apesar de estarem ocorrendo vários conflitos em Minas Gerais - a Comissão de Direitos Humanos recebeu denúncias do Triângulo e do Jequitinhonha contra a atuação de milícias armadas contra pessoas que estão ocupando terras -, não são dadas ao Deputado Marcos Helênio, pessoa escolhida para cuidar da reforma agrária, condições para que possa atender a essas situações, algumas de emergência, porque pessoas correm risco de vida por causa dos confrontos, outras, para que seja criada uma política de reforma agrária, porque, efetivamente, não vimos nada. Vimos um esforço, um entusiasmo do Deputado Marcos Helênio. No entanto, por parte do Governo, absolutamente nada. Enquanto isso, o Deputado João Batista de Oliveira reivindica o Instituto da Terra. Mas o Governo está lento. Mas no que se refere às taxas, o "Boeing 705" vem velozmente, querendo aterrissar no próximo ano, cobrando as taxas dos cidadãos de Minas Gerais. Enquanto isso, as pessoas que, neste período de chuvas, estão acampadas nas rodovias, aguardando as terras, também aguardam que o Governo envie para a Assembléia Legislativa a criação do Instituto da Terra. O Deputado Marcos Helênio aguarda. Que lentidão! De um lado, as taxas, que, como V. Exa. traduz muito bem, estão a jato, velozes. Do outro lado, o Instituto da Terra, prioridade deste Governo, mas uma proposta lenta como um bicho-preguiça, bem devagar. Será que chega até o final desta sessão legislativa, Deputado Miguel Martini? O "boeing" passará, mas o Instituto da Terra chegará?

O Deputado Miguel Martini - Acho difícil. Porque fazer discurso é fácil, governar é difícil. Promover ações concretas de governo é difícil. Mas desde um primeiro momento, Deputado João Leite, nos lembramos de que, das promessas de campanha do Governador, nenhuma foi cumprida. As que conseguimos viabilizar, foi por meio do Poder Legislativo, que resolveu o problema! Foi o Poder Legislativo que teve de entrar para solucionar o impasse criado, com a questão dos policiais que seriam antiatados. Tivemos de fazer uma mágica por meio de uma emenda à Constituição para resolver aquele problema. Houve a promessa da criação da Secretaria de Turismo, que foi criada e não tinha destinação de um centavo no orçamento que nos chegou. Veio a promessa e estou esperando para ver onde vai ser. Dizem que teria um tal de "construindo um orçamento participativo" e não sei onde está essa verba para contemplar isso!

O que estamos vendo é que se extinguiu a Secretaria de Assuntos Municipais e aí houve a dotação orçamentária: quase R\$50.000.000,00 para a secretaria extinta. Cria-se a Secretaria de Turismo e nem um centavo destinado de recursos. O que estamos vendo é que há um discurso bonito para a mídia. Para aquilo que ocupa espaço, aí as notícias chegam! Agora, ação de Governo mesmo, não vemos. Vemos é o Secretário de Administração ir ao jornal dizer: "Não dá para pagar o 13º-salário, porque o déficit mensal é de quase R\$100.000.000,00". Passados 20 dias, diz: "Minas resolveu o problema, reduzimos o déficit, e estamos apenas com R\$30.000.000,00". Daí 5, 10, 20 dias, diz: "Minas está com problemas: R\$80.000.000,00 de déficit mensal". E ficamos nos perguntando: onde está a verdade? Volto a perguntar ao Presidente: fizemos requerimento para que o Secretário da Fazenda nos fornecesse quanto foi arrecadado pelo Tesouro. Olha que não fomos nós, da Oposição, só aprovamos o requerimento. Foi do Deputado Rogério Correia, Líder do PT. Quanto o Governador arrecadou a mais, com a lei de anistia fiscal, com a operação de crédito da CEMIG, com o aumento da receita de combustível e energia elétrica? Isso sabemos, mas e o resto? Não sabemos. Hoje aprovamos um requerimento de setembro e precisaríamos da informação no dia seguinte. Foi aprovado agora, e como vamos entrar em recesso, lá para abril, maio, talvez se consiga ter essa informação. É isso que estamos vendo: discurso bonito. Prática, nenhuma. Reforma da previdência - cadê a reforma da previdência? Fui numa última reunião e estão pensando ainda numa adequação do texto constitucional, para se adequar à Emenda nº 20, para depois se pensar em que projeto de Previdência vamos ter para o Estado. Até que acabem os 4 anos de Governo - e graças a Deus! -, porque esse mal vai passar... Um dia tem de passar, temos que ter uma nova esperança lá na frente... E, aí, o que vemos? A única coisa que vemos: serviço de segurança, péssimo; serviço médico, péssimo; mas as taxas estão sendo criadas.

Veja, estou com o projeto em mãos, e diz o seguinte: "Art. 4º: O item 1 da Tabela A da Lei nº 6.763, de 26 de dezembro de 1975, fica acrescido dos seguintes subitens".

Prestem atenção, se se mencionasse produto agrotóxico por produto e se dissesse que a taxa é de R\$200,00, isso é muito ou pouco? Devem estar pensando: deve ser um valor bom. Mas está aqui: R\$1.500,00. E, aí, perguntamos: e de muda, por milheiro ou fração, quanto deve ser? Uns R\$100,00. Mas são R\$5,00. Como vamos votar uma tabela dessas, uma quantidade de taxas dessas, se não temos referências para saber se é certo, se é muito, se é pouco, se convém, se não convém, que alcance vai ter isso? Não temos condições de votar esse projeto de lei. É muito difícil para nós. Como vamos chegar às nossas bases? Vou chegar tranqüilo, porque votarei contra, mas, se alguém vier a votar favoravelmente, como explicará quando o eleitor lhe perguntar: "Como votou aquelas taxas?" "Que taxas?" "Aqueles taxas." Era muito? Era pouco? Não sei. Então, não é possível.

Posso dizer, por conhecer a maioria das Casas Legislativas do País, que Minas tem uma das melhores Assembléias Legislativas. E aí quero até louvar o Presidente Anderson Adauto, que tem aplicado uma seriedade cada vez maior na condução desta Casa. E esta Casa tem de primar pela seriedade na votação das proposições apresentadas. Não dá para votarmos mais na base da adivinhação. Não dá para ficarmos acreditando que está certo, sem nenhuma consistência, sem argumentação consistente, sem nenhum dado, sem fundamentação objetiva. O que estamos fazendo é "chutando", tentando adivinhar se vai dar certo, se vai dar errado. Só que votar de qualquer maneira implica prejuízo para o cidadão e para a sociedade. Aí é que está o problema, porque se votássemos aqui voto de congratulações para quem quer que seja, tudo bem, não atrapalha a vida de ninguém. Mas não, o que estamos dizendo é que se chamar o corpo de bombeiros, vai-se pagar mais R\$7,00 por chamada. O agricultor vai ter de pagar mais, o médico, a clínica, o asilo, a creche, todo o mundo vai ter de pagar mais. Então, se vou criar esse custo a mais para o cidadão, devo ter critérios. E vejam, tenho a certeza de que muitas dessas taxas que estão aqui podem perfeitamente ser reduzidas. Em duas olhadas que demos aqui conseguimos reduzir uma de R\$1.500,00 para R\$300,00; outra, de R\$497,00, para, aproximadamente, R\$100,00 ou R\$150,00.

Fica aqui o nosso apelo, a nossa vigilância, fica aqui, mais do que isso, a nossa denúncia e o alerta. Nobres pares desta Casa, a sociedade espera que cada um de nós, ao exercer o voto, que o faça conscientemente, ainda que discordante de A, de B ou de C, mas conscientemente, sabendo o que está votando, sabendo se é justo ou injusto, se é pouco, muito ou razoável. O nosso propósito aqui é o de sempre buscar o razoável, o justo.

O Deputado Hely Tarquínio (em aparte) - Quería cumprimentá-lo, Deputado Miguel Martini, pela sua fala, pela sua exposição, pelos seus conhecimentos com relação a este projeto, sobre o qual já tivemos oportunidade de nos manifestar. Aproveitaria este aparte para ler manifestação da FAEMG, encaminhada a esta Casa. (- Lê:)

"Em nome dos produtores rurais de Minas Gerais, devo manifestar nossa apreensão face ao projeto de autoria do Executivo, em fase de votação nessa Casa, criando mais taxas sobre serviços do IMA - Instituto Mineiro de Agropecuária. A primeira preocupação é com a progressiva inviabilização da atividade rural, submetida a ônus de todas as espécies e procedências. Na seqüência, preocupa-nos a desenvoltura com que o Estado avança em sua voracidade tributária, a ponto de desprezar parâmetros legais e do bom-senso. Pareceres dos melhores tributaristas demonstram que organismos como o IMA devem ser mantidos pelos impostos do Estado, pagos pelo conjunto da sociedade. Mesmo assim, o IMA já é subvencionado pelo recolhimento de taxas constantes da Tabela A, itens de 1.1 a 1.6 anexa à Lei nº 6.763/75, que são em número de 27, específicas da área rural. É aflitivo registrar que o Executivo despreza doutrinas tributárias e definições constitucionais para criar mais taxas, das quais 13 incidem sobre a atividade rural, quando o conjunto das atividades do IMA está sustentado por impostos e taxas vigentes. Temos como fundamental contarmos com a atuação e atenção de V. Exa., no sentido de impedir mais esse artifício tributário, que serve apenas para construir um emaranhado incompreensível e de correção quase impossível. Atenciosamente, pela FAEMG, o Presidente Gilman Viana Rodrigues." Aqui gostaríamos de enfatizar, através deste documento, enviado por um setor da sociedade, os vários setores que estão sendo atingidos por essa tributação. Gostaríamos de agradecer-lhe o aparte a mim concedido e de somarmos com V. Exa.

O Deputado Miguel Martini - V. Exa. é que me engrandece com um aparte tão lúcido, trazendo essa denúncia. Se a FAEMG, ao se manifestar, já se pronunciou contrariamente, imaginem todas as outras entidades? Como é que vamos votar sem ouvir essas outras entidades? Como é que poderemos votar? Estou lendo aqui que há uma febre de R\$300,00 e uma de R\$200,00. Há uma enorme quantidade de taxas de R\$300,00. Depois, uma quantidade de taxas de 200. Por que não pode ser R\$100,00 ou R\$50,00 ou R\$20,00?

Infelizmente, Sr. Presidente, o nosso tempo foi muito curto, mas ainda teremos tempo para encaminhar a votação. Muito obrigado.

O Deputado Mauro Lobo\* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, esse projeto pode ser olhado de várias formas, como os Deputados que me antecederam nesta tribuna já tiveram a oportunidade de dizer.

Quando se critica a área federal, é exatamente por não ter havido a reforma tributária, que é a expectativa de toda a sociedade. Por causa não só do número de taxas e impostos, mas também pela complexidade e pelo volume delas é que estamos, neste momento, discutindo um projeto que vem trazer mais ônus para o contribuinte e, em última análise, para toda a sociedade.

No meu entendimento, com esse projeto, estamos na contramão em relação aos anseios da sociedade. Quando, de forma inequívoca, todos os seus segmentos reclamam uma reforma tributária no País, em Minas ainda estamos discutindo a ampliação de taxas. Ou seja, enquanto a área federal não consegue fechar essa reforma, em Minas o Governador pretende aumentar a contribuição de toda a sociedade neste momento, através da criação dessas diversas taxas.

O pior, como tradição, esse projeto chega no fim do ano. Chega no último mês, quando se encerra a legislatura, e não temos tempo para uma discussão mais ampla com o envolvimento de toda a sociedade e de todos os segmentos interessados. Hoje, em discussão na Comissão de Fiscalização Financeira, buscamos informações. O próprio Governo e os componentes da base de Governo não estão dizendo o que vão representar essas medidas em termos de receita para o Estado. Trata-se de um dado fundamental, e está faltando.

Quando se discute a criação de taxas, a primeira pergunta que surge é: o que isso vai significar para o contribuinte e o que gerará de receita para o Estado? São aqueles projetos que parecem ser preparados pelo Governo no final de ano, ou seja, não vão ser discutidos amplamente, vão ser discutidos a toque de caixa, e haverá uma pequena negociação para que o Governo, antes de encerrar o ano, consiga sua aprovação.

O Deputado Miguel Martini (em aparte) - Quero parabenizá-lo porque V. Exa. lembrou-se de um detalhe que havia me passado despercebido. O mundo inteiro está falando em redução de carga tributária, de impostos. No Brasil, as empresas estão falindo por causa da questão tributária. Nosso produto não tem competitividade internacional por causa da carga tributária. O que vemos? A reforma tributária, vai ser concluída e votada na convocação extraordinária do Congresso Nacional, e a proposta é exatamente de redução de impostos, da carga tributária para que a sociedade possa sobreviver. O cidadão não agüenta mais esse peso.

Para terem uma idéia, se não me engano, o Paraguai, antes do MERCOSUL, tinha 83 taxas, tributos e impostos. Fez a sua reforma e reduziu para seis. Nesse momento, a tentativa é de redução drástica de muitos dos pesados impostos. Enquanto se discute essa redução, na contramão da história, mesmo que não se converse com o Presidente Fernando Henrique Cardoso, que se ouça o Congresso Nacional e não se caminhe contra essa tendência. Temos que caminhar é na direção de eliminação de taxas, e não de acréscimo dessas taxas. Parabenizo V. Exa. por ter se lembrado dessa questão.

O Deputado Mauro Lobo\* - Deputado Miguel Martini, agradeço sua manifestação. Mas voltando ao raciocínio, falava sobre o problema dos projetos que vêm no final do ano para que não haja maior participação da sociedade. Faço uma comparação com um projeto que foi amplamente discutido aqui, o Código de Defesa do Contribuinte. Nesse, tivemos prazo. O seu idealizador, Deputado Sebastião Navarro, comandou o processo com o apoio da Presidência desta Casa e da Comissão de Fiscalização Financeira. Rodou o Estado de Minas Gerais, colheu subsídios não só das bases, entre os contribuintes, mas também do próprio Fisco. Aí, conseguimos chegar a um bom termo. É um projeto de altíssima qualidade, que vem responder aos anseios dos contribuintes, sem prejuízo do Fisco.

Agora, um projeto desses, de criação de taxas, vem no último momento do ano, exatamente para que não haja uma ampla discussão, para que seja empurrado para a sociedade. É chegar aqui e mostrar: "Está aqui a tabela. É pagar e não chiar".

É contra isso que temos que nos posicionar nesta Casa: não aceitar que os projetos tenham essa formatação. O rito é trazer participação, fazer audiência pública, chamar as partes interessadas, para que o Governo possa colocar suas razões e para que o contribuinte também coloque suas razões, até chegarmos a um equilíbrio.

Essa é a forma que entendemos ser correta.

O Deputado Sebastião Navarro Vieira (em aparte)\* - Agradeço a V. Exa., Deputado Mauro Lobo, a gentileza da concessão deste aparte no discurso que agora profere, para contradizer esse já tão combatido, nefasto, repudiado pela sociedade, Projeto de Lei nº 705, do Governo do Estado.

V. Exa. fez referência a um projeto do qual tive a oportunidade de ser o subscritor e com o qual V. Exa. colaborou muito, que é o Código de Defesa do Contribuinte. Nele, Deputado Mauro Lobo, estamos explicitando claramente o que a lei já define e o que os princípios jurídicos já consagram: taxa não é imposto, mas contraprestação de serviço realizado pelo poder público ou colocado à disposição da sociedade.

O Código de Defesa do Contribuinte vem cobrando do Estado que apresente uma planilha de custo ao criar suas taxas e estabelecer seu valor. Infelizmente, esse foi um reclamo da sociedade, que participou da elaboração do Código de Defesa do Contribuinte, visto que, em Minas, há muito tempo, o Estado tem confundido taxa com imposto. E, mais uma vez, esta Casa foi instada a votar taxas como se fossem impostos.

O Deputado Miguel Martini, no seu pronunciamento para discutir o projeto, enfatizou muito isso. Qual é o valor? R\$100,00 é justo para uma determinada taxa ou R\$10,00? São R\$300,00 ou R\$1.500,00? Os valores são aleatórios.

O Deputado Antônio Júlio já aprimorou bastante o projeto, entendendo que não se podem taxar serviços cuja realização compete ao Estado e que são feitos pela sociedade em seu

nome. Eliminam-se, então, as taxas de bancos de leite humano, de postos de coleta de sangue, de asilos e de creches. Absurdos dessa natureza acontecem na ânsia de arrecadação que o Estado tem, criando taxas sobre serviços que a sociedade vem fazendo e cuja obrigação precípua é do Estado.

Somente gostaria de enfatizar o que V.Exa. disse quando fez referência ao Código: taxa não é imposto. Taxa é contraprestação de serviço realizado pelo poder público ou colocado à disposição da população. Tem que ter um valor, tem que ter um parâmetro. Não é cobrança aleatória. Mas é para cobrar de forma aleatória mesmo que - acredito - o Estado enviou um projeto dessa natureza na undécima hora desta sessão legislativa, para que não haja tempo, para que não possamos discutir e para que a sociedade não participe de uma discussão dessa natureza.

Muito obrigado pela gentileza do aparte que V. Exa. me concede.

O Deputado Mauro Lobo\* - Agradeço sua manifestação, Deputado Sebastião Navarro.

Finalmente, gostaria de me fixar também num ponto que foi mencionado pelo Deputado Miguel Martini: esse recurso vai para onde? Vai para a conta única. Recentemente, foi aprovado um projeto nesta Casa, o do FUNDERUR, em que está claro que o Banco de Desenvolvimento discutirá com a Secretaria da Fazenda como aplicar os recursos no momento em que estiverem disponibilizados, obviamente, antes de ser liberado para os tomadores do empréstimo. Ora, a Secretaria da Fazenda vai colocá-lo onde? Exatamente na conta única. Participei da CPI dos Fundos, que versava sobre esse assunto. Está, aqui, presente o Deputado Márcio Kangussu, que apresentou projeto de lei regulamentando e restringindo os recursos que seriam encaminhados para a conta única do Governo. Se continuarmos a criar mais taxas, impostos, obrigações para os contribuintes, os quais iriam para a conta única, obviamente não estaríamos realizando os objetivos para os quais foram criadas as taxas e os impostos, mas, simplesmente, ajudando a gestão financeira do Governo. Creio que não é esse o objetivo. Não sou contra a conta única, mas sim a favor de uma conta única disciplinada, que racionalize o aproveitamento dos recursos do Estado mas que não cerceie, não limite, não impeça o Estado de realizar seus objetivos nas diversas áreas porque não tem o recurso disponibilizado quando é requerido. Encerro meu pronunciamento mais uma vez enfatizando a inoportunidade dessas taxas e do momento em que o projeto é apresentado nesta Casa, sem a participação da sociedade, sem a realização de uma audiência pública, para se ampliar a discussão para se chegar a um projeto de bom feito, de bom tamanho, um projeto de boa qualidade. E projeto de qualidade é aquele que contribui para o crescimento social, econômico e político do nosso Estado. Muito obrigado.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Hely Tarquínio - Sr. Presidente, Srs. Deputados, estamos aqui para fazer o encaminhamento de votação, na condição de Líder do PSDB. Gostaríamos de reafirmar a nossa visão da atividade parlamentar. É uma atividade que tem sobre os ombros a representação de cada pessoa, de cada ser humano de Minas Gerais.

Isso nos é delegado pelo voto. Temos de nos comportar e de nos associar para as votações em Plenário, pensando em defender o povo, e não as propostas do Governo, que trazem o coeficiente apenas da necessidade do próprio Governo.

Muitas vezes, o Governo, devido aos seus diversos setores, por ter uma máquina bastante inchada, ainda que isso seja um vício no Brasil, com o espírito ditatorial do Governador, em um regime presidencialista, impõe sempre à Casa, quando termina o ano, projetos como o do Instituto da Terra. Gostaria de homenagear o ilustre Deputado João Batista de Oliveira, quando deu meia hora de prazo para ele chegar à Casa. Mas já estava na forma. Chegam, também, as emendas, em 2º turno, pegando todos despreparados, sem conhecer seu teor, pois foi publicado às 11 horas ou à meia noite. Ninguém tem tempo, nem a assessoria, de digerir isso e tornar-nos cientes do teor da matéria. Isso dificulta e atropela a assessoria da Casa. Na minha opinião, isso é uma irresponsabilidade coletiva, na qual nos incluímos. O Poder Legislativo tem de ser independente até para analisar o teor dos projetos. E esse projeto, que cria mais taxas - já existem as taxas -, vem com a desculpa de que tem de atender, de forma compulsória, uma medida provisória. Já fiz referência a isso. A medida provisória foi editada pelo Presidente da República no dia 25/11/99. No dia 18, o Secretário da Fazenda já tinha solicitado um parecer ou um encaminhamento ao Governador do Estado, que enviou mensagem a esta Casa. Nem a própria Secretaria da Fazenda teve tempo de avaliar os impactos que esse imposto causaria. Não adianta quereremos confundir o povo, falando de impostos, tributos e taxas. Tudo isso sobrecarrega. O mais importante é a sobrecarga. Conceitualmente, sobre imposto e tributo, o povo não quer saber mais, porque tudo repercutirá no bolso de cada contribuinte e de cada cidadão. Esta tribuna é a via final comum das manifestações.

Gostaríamos de, mais uma vez, solicitar aos nobres pares para mudarmos a cultura desta Casa, para que possamos proclamar a nossa independência. Tiradentes é um paradigma para todos nós. Neste momento, vamos pensar em Tiradentes e na independência deste Poder. A derrama está por aí. E o povo está, cada vez mais, sacrificado. O exemplo é o mais importante. O exemplo de cada um aqui tem de ficar bastante claro. Cada vez que formos analisar um projeto, temos de ter uma visão do conjunto da sociedade, do que é razoável e do que pode ser aplicado. O que nos entristece é que foi feito de forma aleatória, conforme outros colegas se manifestaram. Não há parâmetro nenhum para se estabelecer tal valor. Quando discutíamos, um sujeito dizia "põe R\$300,00", e o outro dizia "põe R\$250,00".

Então, também estou me manifestando pela metade. Está tudo deformado, até a nossa manifestação é deformada pelo próprio Regimento Interno, que o Governador usa na Assembléia Legislativa com a nossa aquiescência. Fica aqui o meu encaminhamento contra esse projeto, que vai, cada vez mais, pesar sobre o povo de Minas Gerais.

O Deputado Carlos Pimenta - Sr. Presidente, também vamos encaminhar o projeto. Ao fazê-lo, gostaria de deixar bem claro meu protesto contra o tratamento que está se dando a um acordo feito com relação à emenda apresentada ao relator do projeto, Deputado Rêmolô Aloise. Combinamos com o relator, apresentamos nossa emenda, que é importante.

O projeto diz que os recursos arrecadados com as taxas da área da saúde deverão ser usados para a saúde, mas não especifica em qual setor devem ser usados. Sentamos com o relator, apresentamos a emenda e destinamos 20% de tudo que seria arrecadado para programas especiais. A emenda não é minha, mas do Deputado Rêmolô Aloise. E não há nada de inconstitucional nela, porque o projeto deixa isso em aberto. A Secretaria da Saúde utilizará os recursos segundo sua programação. Que programação é essa? Não se fala nada. Estamos, então, destinando 20% para os programas de prevenção de neoplasias do câncer: câncer da mama, do útero e da próstata. São três programas prioritários do Governo, importantes. Já existem leis específicas desta Casa, mas nunca se arrecadou R\$0,01 sequer.

Escutei o companheiro Deputado Adelmo Carneiro Leão dizer da inconstitucionalidade do projeto e que todos os recursos deveriam ser usados na área de saneamento e de vigilância sanitária. Ora, há uma diferença muito grande do tratamento da vigilância sanitária. Ela, muitas vezes, é bastante rígida, principalmente para com as instituições públicas. O tratamento que se dá a um pequeno hospital de uma pequena cidade é o mesmo que se dá à Santa Casa de Belo Horizonte. Então, não há critérios. Aprovamos o Código de Saúde deste Estado, ajudamos o Adelmo Carneiro Leão. Sinto-me traído pelo Deputado Adelmo, quando joga essa afirmativa, que não tem nada de veracidade. A emenda apresentada pelo Rêmolô é constitucional e não fere nenhum dispositivo do projeto. Apenas normatiza a aplicação dos recursos para a área da saúde.

Solicito ao Líder do Governo, Deputado Alberto Pinto Coelho, que cheguemos a um consenso, a um acordo. Esse dinheiro não será aplicado pela Assembléia Legislativa, será aplicado pelo Governo do Estado, pela Secretaria da Saúde. Gostaríamos que os Deputados dessem essa oportunidade, para que esses programas possam ser implementados e concretizados em nosso Estado.

Agradeço ao Deputado Rêmolô Aloise. Faço esse apelo ao Deputado Alberto Pinto Coelho, em nome de um entendimento prévio, de um acordo feito, para que pudéssemos votar esse projeto em tempo recorde. Vem aí o 2º turno. Se não tivermos esse acordo, haveremos de entornar o balde. Tenho certeza de que esta Casa não encerrará, absolutamente, seus trabalhos na próxima sexta-feira. Muito obrigado.

O Deputado Miguel Martini - Sr. Presidente, Srs. Deputados, estamos aqui para encaminhar contrariamente ao projeto. Não perdi a esperança de demover os Deputados da base da intenção de votar favoravelmente ao projeto, considerando o grande prejuízo que causará à sociedade. O pior é que estaremos votando, sem saber, de fato, se essa taxa - e qualquer taxa já é ruim - é absurda, justa ou injusta. Assim, aproveitamos a oportunidade para chamar a atenção, mais uma vez, para o fato de que, sem uma discussão, ao apagar das luzes, quando todos os Deputados já estão cansados e loucos para entrar em recesso, vem essa matéria para apreciarmos.

Aproveito, ainda, para dizer que não poderemos votar o orçamento do Estado, se a tabela solicitada pelo Deputado Sebastião Navarro Vieira não chegar, sob a pena de votarmos um orçamento incompleto e ilegal. A Lei de Diretrizes Orçamentárias, já que esta Casa derrubou o veto do Governador, obriga-nos a proceder dessa forma. Sendo assim, o orçamento público para o ano que vem terá de ser votado com esse quadro demonstrativo da destinação das verbas de subvenção social do Executivo, para que saibamos quem está recebendo, por que está recebendo e quanto está recebendo. A tentativa do Governo era a de não mandar o quadro, vetando até o projeto, mas esta Casa deu uma demonstração de que tem força

e de que é um Poder e derrubou o veto. Assim, o Governo tem a obrigação de nos enviar esse demonstrativo, sem o qual não poderemos votar o orçamento. Ou será que o Governo quer esconder da sociedade aquelas verbas de subvenção que indica a seus apaniguados, aqueles que o apóiam, atendendo apenas aos interesses particulares, sem considerar o interesse público? Dessa forma, Sr. Presidente, encerro a minha fala, convocando os Deputados a votar contrariamente a esse projeto, por considerá-lo lesivo aos interesses da sociedade mineira. Muito obrigado.

O Deputado Sebastião Navarro Vieira\* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, esta Assembléia Legislativa tem primado, há muito, por promover uma interação com a sociedade. Tem trazido para o seu seio, na elaboração do processo legislativo, a própria sociedade mineira, através dos ciclos de debates, dos seminários legislativos, através da Assembléia "on-line", através das audiências públicas nas comissões temáticas, através das audiências públicas pelo interior do Estado, e temos feito escola nesse sentido, o que tem nos enriquecido sobremaneira.

Isso vem ocorrendo há bastante tempo - há 12 anos a Assembléia Legislativa tem a prática de procurar o concurso da sociedade na elaboração das leis que elaboramos. Infelizmente, no Projeto de Lei nº 705, que acredito esteja sendo repudiado pela sociedade, que dele tomou conhecimento - infelizmente poucas pessoas ou entidades organizadas da nossa sociedade sabem o que está acontecendo nesta Casa, que é a casa dos mineiros e elabora as leis para serem cumpridas por todos os mineiros - não houve a menor oportunidade de participação da comunidade.

Nós, Deputados que temos assento nesta Casa, tampouco temos conhecimento profundo, pleno, do que diz esse projeto de Lei que cria cento e tantas taxas e aumenta o valor de outras taxas cobradas vorazmente pelo nosso Estado, na sua ânsia arrecadadora. Como se vai estabelecer o valor de uma taxa se não tem parâmetro algum para dizer se uma taxa vai ser cobrada no valor de R\$1.500,00, se é justo, se é necessária a cobrança de um valor tão alto? Se é justo cobrar R\$300,00 para funcionamento de um asilo? Se é justo e necessário cobrar R\$300,00 para o funcionamento de um banco de coleta de sangue ou de um posto de coleta de leite materno?

Infelizmente, essas excrescências, esses absurdos maiores, já foram expurgados desse projeto pelos Deputados Rêmo Aloise e Antônio Júlio, que o atenuaram, mas continua péssimo. Era horroroso, continua péssimo, porque não tem o concurso da sociedade. A sociedade não sabe, nem tampouco os representantes da sociedade com assento nesta Casa, os quais irão votá-lo agora.

Em respeito ao povo de Minas Gerais, quero afirmar, como Líder do PFL, que o nosso partido, na oposição, votará contra esse projeto. Vamos votar contra, não aceitamos que esse projeto chegue à fase de votação sem uma discussão maior dentro desta Assembléia, sem uma discussão maior com a sociedade. Se aceitamos que seja votado sem uma discussão maior, não vamos aceitar que esse projeto seja votado sem "quorum". Vamos pedir verificação de "quorum", mesmo porque exigimos o "quorum" necessário para a sua aprovação e queremos saber quem são aqueles que querem mais servir à Secretaria da Fazenda e ao Governo Itamar Franco nessa ânsia arrecadadora em cima do povo mineiro. Muito obrigado.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado João Leite - Sr. Presidente, Srs. Deputados, público presente, telespectador da TV Assembléia, queremos encaminhar contrariamente a este projeto, por tudo que não representa. Ele não representa a realidade da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, o que tem sido construído por esta Casa, que tem demonstrado sua abertura e a possibilidade da participação popular. A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais foi a grande realizadora das audiências públicas regionais. Discutiu com a população em cada região. Agora temos a mudança do nome das audiências, e isso foi feito através de um acordo entre o PT e o Governo Itamar Franco. Hoje temos o Orçamento Participativo, que foi construído quase um ano pelo Estado de Minas Gerais. Vemos, neste momento, esse contra-senso. Esta Casa, que gasta recursos, que viaja para discutir o orçamento, diz que ele é participativo, desconsidera a sociedade civil, impondo à população do Estado essas taxas vergonhosas. Se fizermos uma avaliação, veremos que não há discussão nenhuma em torno dessa matéria. E diz bem o Deputado Sebastião Navarro Vieira, quando afirma que poucas pessoas sabem que a Assembléia Legislativa vai puni-las duramente com essas novas taxas, que prejudicarão a agricultura, que virão no preço final dos produtos. Deveria esse projeto passar por diversas comissões, como a Comissão de Política Agropecuária, de Defesa do Consumidor, de Direitos Humanos. Somente assim poderíamos avaliar o assunto com as entidades que são responsáveis pela criança, pelo adolescente, pelo idoso e pelo carente. Elas deveriam ser beneficiadas, mas o Governo quer cobrar dessas entidades. Por isso, creio que esta Casa, que gasta tantas vezes os seus recursos para chamar a sociedade civil para participar de discussões sobre vários assuntos, esconde-se neste momento e, no cair da noite, ao apagar das luzes, ataca o bolso das pessoas do Estado de Minas. É fundamental que tenhamos "quorum" para votar esse projeto. Há que haver "quorum". A Oposição tem de pedir a verificação de votação. Temos de conhecer aqueles Deputados que, ao mesmo tempo que viajam por Minas Gerais discutindo o orçamento, na calada da noite, ao apagar das luzes, votam para que a população seja sacrificada com mais taxas. Temos de estar atentos a tudo isso. Só permitiremos a votação com a presença dos Deputados neste Plenário. Não é possível que um projeto como esse, um "boeing" como esse, seja votado sem "quorum". Pediremos verificação de votação para saber o nome dos Deputados que estão comprometidos com esse projeto, que não estão comprometidos com a máxima da Assembléia Legislativa, que é permitir que a sociedade civil esteja presente para discutir e opinar sobre essas matérias. Por isso, encaminhamos contrariamente a esse projeto. Não ao "Boeing 705"!

O Deputado Alberto Bejani - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, gostaria de deixar bem claro que a Oposição já marcou sua presença em relação a dizer "não" a esse projeto que já foi denominado "Boeing 705", às taxas que, no entender da Oposição, são abusivas. Já que a Situação quer votar, já que considera direito votar, então, vamos para a votação, também para liberar essas pessoas que estão aqui há horas, cansadas, aguardando outras votações, porque esta tem prioridade na pauta. Portanto, já que o Governo quer, e os Deputados que pertencem à Situação querem assumir - desculpem a palavra - esse projeto abusivo, absurdo, cobrando mais de 100 taxas, que votem e assumam, perante os seus eleitores, a responsabilidade e até mesmo a coragem de criar novas taxas em Minas Gerais. O que não podemos continuar é vendo as pessoas esperando a votação de outros projetos, como a Proposta de Emenda à Constituição nº 26, a 483, e outros projetos importantes colocados em segundo plano, já que esse está sobrestando. Esta é a minha palavra. Peço ao Líder do Governo, Deputado Alberto Pinto Coelho, que articule para que dê "quorum", porque, naturalmente, é papel da Oposição ver se o número de Deputados aqui dentro é suficiente para votar esse projeto "Boeing 705". A minha declaração de voto é "não" a esse "Boeing 705". Obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado Miguel Martini\* - Sr. Presidente, queremos declarar nosso voto dado na votação anterior. Foi lamentável que tenhamos votado um projeto que prejudica a sociedade. A Oposição perdeu a votação. As entidades de classe que conseguiram fazer contato nos pediram a relação de quem votou, porque querem fazer uma avaliação de quem votou a favor e de quem votou contra.

Com relação a esse projeto a respeito do qual vamos agora começar a discussão, que cria o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, as alterações de pequena monta foram apresentadas pela Diretoria Executiva do Conselho à Secretária de Estado do Trabalho, que se mostrou favorável às mudanças propostas à consideração de V. Exa. no projeto.

Achamos que a idéia desse projeto é boa, mas temos dúvida se vai funcionar. Não sei o que funciona no Estado. Fica aqui o registro da nossa lamentação. Ou seja, apesar de termos tentado demover os nobres pares de votar o projeto do Boeing nº 705/99, foi votado. E fomos derrotados. Acredito que com a Oposição a sociedade foi aqui derrotada. Vamos esperar, porque ainda há o 2º turno, e quem sabe teremos mais sorte.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Sebastião Costa - Sr. Presidente, Srs. Deputados que estão integrando a Mesa, Sras. Deputadas presentes, demais colegas do Plenário, parece até que não é este o projeto de lei ideal para promover uma discussão de 60 minutos. Mas também não precisamos gastar os 60 minutos. Bastam-me uns 51 ou 52 minutos para esclarecê-lo bem.

Estávamos, Sr. Presidente, de frente para o relógio, durante o período entre a aprovação do projeto de lei que cria 106 taxas e o projeto seguinte e pudemos constatar que não tivemos sequer 10 segundos de intervalo, para que houvesse a declaração de voto. Naquela oportunidade, iríamos dizer - o que vamos dizer agora - que quem perdeu não fomos nós, que votamos contra, quem perdeu foi o contribuinte mineiro, que já paga para tudo e, agora, vai pagar mais 106 taxas.

Há dois ou três anos, aqui mesmo neste Plenário, o Presidente de hoje, Deputado Anderson Aduato, a Bancada do PT e alguns outros parlamentares que faziam oposição ao Governo lamentavam o que estamos lamentando agora: o Governo tem 12 meses - 11, para ser mais preciso - para encaminhar projetos de lei para a Assembléia Legislativa, mas só o faz no final do ano.

Essa é uma prática antiga, repudiada pela Oposição no passado. O Deputado Anderson Aduato, atuante, brilhante parlamentar, que se postava exatamente desse lado, lamentava constantemente esse procedimento dos Governos passados. Só que se mudou o governo e também se mudou o partido do Governo, mas a prática continua.

Queremos crer que, na Secretaria da Fazenda e na Secretaria da Casa Civil, as mesmas pessoas que elaboraram os projetos do passado devem estar fazendo isso no presente, porque continuam deixando para enviar os projetos mais importantes para a Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais exatamente no mês de dezembro.

Isso serve para criar dificuldades para a Oposição, para nos atrapalhar no processo de conscientização. Mas não é esse o nosso objetivo. Não temos posições radicais, temos consciência do momento. Apenas lamentamos a nossa derrota, Sr. Presidente, e lamentamos que, entre a conclusão da votação e a nossa intervenção, decorreram exatamente 8 segundos, e V. Exa. já estava anunciando o projeto seguinte.

Não estamos lamentando, nem questionando, estamos apenas dizendo que, com 2 minutos, teríamos declarado voto e dito por que votamos contra. Votamos contra porque entendemos que o povo de Minas Gerais já paga muitos impostos e já não suporta essas taxas.

Com relação a esse projeto, todos entendemos que é importante e necessário. Por isso, queremos, nesta fase da discussão, fazer a manifestação favorável à sua aprovação, mesmo porque não sacrifica o povo de Minas Gerais. O que sacrifica é o projeto anterior, que acabou de ser votado com a inclusão de várias taxas. Em que pese ao sacrifício do ilustre relator, não foi possível a Oposição sensibilizar a vasta maioria que o Governo tem no Plenário, para que deixasse pelo menos que essas taxas fossem aprovadas no ano que vem.

Vemos chegar ao microfone o Deputado João Leite. Concedemos-lhe aparte neste momento em que estamos discutindo o Projeto de Lei nº 586/99.

O Deputado João Leite (em aparte) - V. Exa. tem muita sensibilidade, especialmente em relação a essa matéria tão importante para o nosso Estado, que é a questão da criança e do adolescente.

V. Exa. discute muito bem esse projeto, Deputado Sebastião Costa, o qual mereceu uma emenda do Deputado Paulo Piau, justamente porque pretende retirar a representação da Assembléia Legislativa no Conselho.

Hoje estamos muito bem representados pelo Deputado Edson Rezende, titular, designado pelo Deputado Anderson Aduato, e pela suplente, Deputada Maria Tereza Lara, que representa a Assembléia no Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, tratando de matéria tão importante para esta Casa, que é a do acompanhamento das políticas em relação à criança e ao adolescente, no Estado de Minas Gerais. O que pretende o projeto? Retirar os Deputados, propondo a entrada de um membro da Casa Civil. O Deputado Alberto Pinto Coelho, parece-me, discorda, e solicito-lhe manifeste seu posicionamento.

O Deputado Alberto Pinto Coelho (em aparte) - Gostaria de esclarecer ao Plenário que esse projeto, na sua forma original, por um equívoco, propunha, realmente, a retirada do representante da Assembléia. Mas isso foi corrigido, e o projeto, na forma em que será aprovado, resgata essa situação.

O Deputado Sebastião Costa - Agradeço a intervenção do Deputado Alberto Pinto Coelho e a devolvo ao Deputado João Leite, já que, neste momento, estou me posicionando como mediador.

O Deputado João Leite (em aparte) - O Deputado Alberto Pinto Coelho está falando sobre a correção que se deu justamente com a emenda do Deputado Paulo Piau. Parece-me que haverá orientação para que se vote dessa maneira, mas continuamos discutindo a retirada da representação da Assembléia Legislativa, colocando um representante da Casa Civil. É interessante, Deputado Sebastião Costa, a Casa Civil vem assumindo do turismo à criança e ao adolescente no Estado de Minas Gerais. Ficou com a PRO-MINAS porque acha que o Minascentro e os outros espaços de eventos do Estado de Minas Gerais não são para o turismo. E quer, também, assumir o lugar da representação da Assembléia Legislativa no Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente. V. Exa. está de parabéns, porque dá oportunidade à Assembléia Legislativa de votar, de maneira consciente, um projeto muito importante. Tivemos algumas manifestações por parte do Governo em relação ao projeto proposto pelo Deputado Doutor Viana, em relação aos funcionários da MinasCaixa. Agora, sumiu, ninguém fala mais no projeto. O Governo tem muita pressa com as taxas, e é lento em relação àquilo que interessa à população e a segmentos penalizados. Não vemos intenção do Governo de aprovar esse projeto.

O Instituto da Terra veio lentamente, apesar de ter sido uma bandeira de campanha do Governador Itamar Franco: prioridade total para a reforma agrária. Já se passou um ano, lentamente, para se chegar ao Instituto da Terra, penalizando o cidadão de Minas Gerais, penalizando o Deputado Marcos Helênio, tentando, sem sucesso, trabalhar a questão. E agora vemos este Governo tão ágil para entregar todas as coisas à Casa Civil: PRO-MINAS, Conselho Estadual da Criança e do Adolescente. Quero parabenizar V. Exa., que deu um "pare" para que os Deputados pudessem perceber o que estamos votando, na verdade. Da minha parte, espero que todos votem com consciência, acompanhando as políticas relativas à criança e ao adolescente. Parabéns, Deputado Sebastião Costa.

O Deputado Sebastião Costa - Deputado João Leite, aproveitando sua intervenção, antes de passar a palavra ao Deputado Hely Tarquínio, que é um estudioso da questão do relacionamento humano e da evolução do comportamento humano, gostaríamos de lembrar que, talvez, durante a discussão, possa aparecer uma luz, até por parte da Liderança do Governo, que permita que, nesse Conselho, a Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa possa ter um representante além dos representantes que a Assembléia já tem, indicados pelo Presidente. Fico satisfeito quando V. Exa. lembra que a Deputada Maria Tereza Lara já estaria representando a Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa, o que faz com muita dedicação. É muito importante a permanência de alguém do Poder Legislativo nestes conselhos, não só neste, mas também em tantos outros que se criam pelo Estado afora e, mais precisamente, na órbita do Governo. É preciso que, nesses conselhos, haja alguém do Poder Legislativo, até mesmo para o equilíbrio, que é tão importante na relação entre os Poderes.

O Deputado Hely Tarquínio (em aparte) - Ilustre Deputado Sebastião Costa, observamos sua fala e sua coerência em explicar como o Deputado deve se comportar, independente de qualquer partido, em relação ao seu compromisso com o povo. Observamos, nesse projeto, o dispositivo que altera e cria o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente. A Emenda nº 1, do Deputado Paulo Piau, suprime que o supersecretário da Casa Civil coloque um representante da Pasta, em detrimento de um do Poder Legislativo. O Deputado Paulo Piau está querendo que nosso Poder seja forte, Srs. Deputados; precisamos ter um representante nesse Conselho, porque ele é de extrema importância.

Quero conclamar a todos para que não façam uma votação apenas para obedecer ao Executivo; em primeiro lugar, temos que pensar que estamos representando o povo, de fato e de direito, em qualquer conselho, muito mais nesse, que trata do direito da criança e do adolescente, os futuros dirigentes do Brasil, com quem devemos ter todo o cuidado em todos os sentidos e em todas as dimensões do ser humano: biológica, social e cultural. É de extrema importância a participação de um representante do Poder Legislativo. Quero pedir a todos que, por dever de consciência, votem a favor das Emendas nºs 1, do Deputado Paulo Piau, e 2, que restitui ao Conselho uma série de atribuições que está perdendo, em detrimento do Executivo. O Executivo é passageiro, não podemos dar ouvidos a supersecretário nenhum, e, sim, ao povo, e estabelecer, de forma racional, os direitos da criança e do adolescente. Agradeço pelo aparte, Deputado Sebastião Costa. Quero dizer que o PSDB votará a favor das Emendas nºs 1 e 2.

A Deputada Maria Tereza Lara (em aparte)\* - Quero cumprimentar o Presidente da Comissão de Educação, Deputado Sebastião Costa, e dizer da importância desse projeto enviado pelo Governador, que cria o Conselho Estadual de Direitos da Criança e do Adolescente. De fato, esta Casa está representada pelo Deputado Edson Rezende, que é membro efetivo, eu sou suplente. Existe um problema sério de horário, pois as reuniões acontecem sempre quarta-feira, à tarde. Já houve uma solicitação, pois, muitas vezes, o Deputado Edson Rezende não pode estar nem eu, como suplente, por causa do horário. Estamos fazendo um apelo, para que o Conselho reveja isso. Participamos, no dia, representando o colega Deputado Adelmo, na Comissão de Justiça, quando foi colocada a Emenda nº 1, para que permaneça a representação desta Casa no Conselho, pois, de fato, ele é de extrema importância. É importante que a Assembléia esteja lá representada, embora entendamos a colocação dos colegas Deputados com relação à presença de parlamentares em qualquer conselho. Existe esse questionamento.

Gostaríamos de dizer que, como foi encaminhada essa questão de se estar vetando a presença do parlamento, sem se discutir nem com o membro efetivo, Deputado Edson Rezende, discordamos desse processo. Gostaríamos de encaminhar favoravelmente à Emenda nº 1 e de dizer que é de extrema importância esse projeto. Cumprimentamos o Governador pelo projeto. De fato, questionamos a supressão desta Casa na participação desse projeto, pela razão que já mencionamos, e encaminhamos favoravelmente à Emenda nº 1 e ao projeto, fazendo um apelo a V. Exa. para que possamos, depois da sua exposição, quem sabe, em um tempo mais curto, aprovar esse projeto e a Emenda nº 1. Muito obrigada.

O Deputado Sebastião Costa - Agradecemos a intervenção da Deputada Maria Tereza Lara e concedemos aparte à Deputada Maria Olívia. Pode parecer que o nosso objetivo seria a obstrução, mas não estamos obstruindo. O projeto das taxas, contra o qual queríamos votar, não convinha. Infelizmente, já foi votado, e fomos derrotados, junto com a sociedade mineira.



A Deputada Maria Olívia (em aparte) - Obrigada, Deputado Sebastião Costa. Já fui membro efetivo do Conselho, indicada pelo Deputado Romeu Queiroz, como Presidente. Gostaria de dizer que é de extrema importância a presença da Assembléia. Quando assume um compromisso, tem de cumpri-lo. Se o horário da reunião do Conselho é à tarde, o Deputado que recebe a incumbência de representar esta Casa tem de estar lá. Ficava lá a tarde inteira, porque o meu compromisso era com o Conselho da Criança e do Adolescente. Isso é importante porque, de lá, saem várias orientações. Ficamos conscientes da realidade com relação à criança no Estado, porque, para essas reuniões, vêm representantes de várias cidades. Como os fatos maiores acontecem com as crianças de Belo Horizonte, não podemos tirar o representante. Se o representante da Assembléia não puder comparecer, tem de entregar o cargo ao Sr. Presidente. Muito obrigada.

O Deputado Sebastião Costa - Agradecemos a intervenção da Deputada Maria Olívia. Nessa fase conclusiva, gostaríamos de lembrar-lhes o seguinte. Se o Conselho ficar constituído eliminando-se o Poder Legislativo, passa a ser um órgão do Governo, tão-somente. Então, deixa de ser um Conselho para ser um órgão ou uma secretaria, absolutamente à mercê da vontade do Poder Executivo e à revelia dos outros Poderes. Esse Conselho deveria, inclusive, ter parte e representantes de todos os Poderes constituídos do Estado. Caso contrário, transforma-se em um órgão do Poder Executivo.

Assim sendo, gostaríamos de lembrar-lhes que somos favoráveis a esse projeto; para encerrar, lamentamos a aprovação do anterior, que institui mais de cem taxas, e não se teve sequer a coragem cívica de dizer que era de iniciativa do Governo. Dizia apenas que estava alterando o outro projeto, ou seja, alterando com a inclusão de mais de cem taxas para o povo de Minas Gerais. Com relação a este, estamos cumprimentando pela sua existência e pela necessidade de sua aprovação. Muito obrigado, Sr. Presidente.

\* - Sem revisão da oradora.

A Deputada Maria Tereza Lara\* - Na Comissão de Direitos Humanos, como relatora, o Substitutivo nº 1 torna esse Conselho paritário. Esse substitutivo foi aprovado pela Comissão. O objetivo foi esse. Esse Conselho é extremamente importante para o momento que vivemos, para que toda a sociedade organizada e o Governo possam dar norte, a fim de que haja uma mudança na sociedade, para combatermos a violência e darmos mais segurança à população mineira.

**\* - Sem revisão da oradora.**

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATO DA PRESIDÊNCIA

Nos termos do art. 54, III, §§ 1º e 7º, do Regimento Interno, a Presidência concede licença para tratamento de saúde ao Deputado José Castro Braga, matrícula 5911-0, no período de 7/12/99 a 20/12/99.

Mesa da Assembléia, 23 de dezembro de 1999.

Anderson Adatao, Presidente.

RESULTADO DE JULGAMENTO DE LICITAÇÃO

Convite nº 87/99 - Objeto: contratação de empresa especializada para serviço de táxi - Licitantes habilitadas: nºs 1 - Cooperativa de Comunicação e Apoio Social dos Condutores Autônomos da Grande Belo Horizonte Ltda. e 2 - Cooperativa Mista de Trab. dos Mot. Aut. de Táxi da Região Metropolitana de Belo Horizonte Ltda. Inabilitadas: 3 - UNITÁXI - União Intermunicipal dos Taxistas Ltda. (por descumprir o subitem 2.2 do edital) e 4 - Cooperativa Mista de Trab. de Motoristas Autônomos de Táxi Especial de Belo Horizonte - COOPERTRAMO (por descumprir o subitem 2.5 do edital).

TOMADA DE PREÇOS Nº 10/99

Data de julgamento: 27/12/99.

Objeto: contratação de empresa de engenharia, pelo período de 12 meses, para a execução de serviços de operação de sistema de ar condicionado central, exaustores, bombas de incêndio, bombas de água potável e de dois grupos motogeradores a diesel, bem como serviços de manutenção preventiva e corretiva dos mesmos sistemas e equipamentos.

Licitante vencedora: Cetest Minas Engenharia e Serviços S.A.

Belo Horizonte, 27 de dezembro de 1999.

**Claudette Ferreira, Presidente da Comissão Permanente de Licitação.**

ERRATAS

PARECER DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 448/99\*

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 448/99, do Governador do Estado, que revoga a Lei nº 12.459, de 13/1/97, e a Lei nº 12.763, de 14/1/98, foi aprovado no 2º turno com a Emenda nº 1 ao vencido no 1º turno.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 448/99

Revoga a Lei nº 12.459, de 13 de janeiro de 1997, que dispõe sobre a continuidade de percepção da remuneração do cargo de provimento em comissão por servidor afastado nas condições que menciona, e a Lei nº 12.763, de 14 de janeiro de 1998, que altera o art. 1º da Lei nº 12.459, de 13 de janeiro de 1997.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Ficam revogadas a Lei nº 12.459, de 13 de janeiro de 1997, e a Lei nº 12.763, de 14 de janeiro de 1998.

Parágrafo único - Ao servidor que, até a data de publicação desta lei, tenha exercido ou esteja exercendo cargo em comissão para o qual tenha sido nomeado nos termos das leis referidas no "caput" deste artigo, fica assegurada a continuidade da percepção dos vencimentos, gratificações e demais vantagens inerentes ao cargo, na seguinte proporção:

I - valor integral, em caso de exercício do cargo por dois períodos completos, concluídos ou a serem concluídos no prazo para eles estipulado;

II - valor correspondente a 1/6 da diferença entre o vencimento do cargo em comissão e o do cargo efetivo ocupado, por ano ou fração igual ou superior a seis meses de efetivo exercício, a ser somado ao vencimento do cargo efetivo, a título de vantagem pecuniária.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Comissões, 7 de dezembro de 1999.

Elmo Braz, Presidente - Marco Régis, relator - Maria Olívia - Paulo Pettersen.

\* - Republicado em virtude de incorreção verificada na publicação do dia 11/12/99, na pág. 27, col. 1.

#### PARECER DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 203/99

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 11/12/99, na pág. 26, col. 4, onde se lê:

"Art. 1º - O art. 12 da Lei nº 6.763, de 26 de dezembro de 1975, fica acrescido do seguinte § 16:

"Art. 12 - .....

§ 16 - ", leia-se:

"Art. 1º - O art. 12 da Lei nº 6.763, de 26 de dezembro de 1975, fica acrescido do seguinte § 17:

"Art. 12 - .....

§ 17 - ".

#### PARECER DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 424/99

Na publicação do parecer em epígrafe, verificada na edição de 24/12/99, na pág. 17, cols. 2 e 3, sob o título "PROJETO DE LEI Nº 424/99", substitua-se o Anexo I publicado pelo que se segue:

Anexo I				
(a que se refere o art. 1º da Lei nº, de de)				
Quadros Específicos de Provimento Efetivo				
I - Permanente:				
Código	Nº Cargos	Denominação	Classe	Padrão
MP-PG	6	Agente do MP	E	MP-01 a MP-24
MP-SG	32		D	MP-25 a MP-38
MP-GS	14		C	MP-39 a MP-52
MP-GS	6		B	MP-53 a MP-67
MP-GS	25		A	MP-17 a MP-79

MP-SG	325	Oficial do MP	D	MP-16 a MP-38
MP-GS	153		C	MP-39 a MP-52
MP-GS	62		B	MP-53 a MP-67
MP-GS	60		A	MP-17 a MP-79
MP-GS	29	Técnico do MP	C	MP-30 a MP-52
MP-GS	27		B	MP-53 a MP-67
MP-GS	24		A	MP-17 a MP-79
II - Quadro Especial:				
Código	Nº Cargos	Denominação	Classe	Padrão
MP-PG	1	Agente do MP	E	MP-01 a MP-24
MP-SG	4		D	MP-25 a MP-38
MP-GS	2		C	MP-39 a MP-52
MP-GS	1		B	MP-53 a MP-67
MP-GS	4		A	MP-17 a MP-79
MP-SG	6	Oficial do MP	D	MP-16 a MP-38
MP-GS	25		C	MP-39 a MP-52
MP-GS	19		B	MP-53 a MP-67
MP-GS	10		A	MP-17 a MP-79
MP-GS	8	Técnico do MP	C	MP-30 a MP-52
MP-GS	16		B	MP-53 a MP-67
MP-GS	12		A	MP-17 a MP-79

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 24/12/99, na pág. 16, col. 2, inclua-se ao final:

"e 229/99, do Deputado Alberto Bejani".